



**RELATÓRIO DO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1º Semestre de 2009

Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, SA. Sociedade Aberta

Av. Fontes Pereira de Melo, 14 – 10º 1050-121 Lisboa · Tel. (351) 213 184 700 · Fax (351) 213 521 748

Mat. Cons. Reg. Com. de Lisboa e Nº Pessoa Colectiva 502 593 130 · Capital Social 118.332.445 Euros

Relatório do Conselho de Administração

ÍNDICE

1 ENQUADRAMENTO DE MERCADO	2
2 SÍNTESE DA ACTIVIDADE DO GRUPO SEMAPA	3
3 PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS	11
4 ÁREA DE NEGÓCIOS DE PAPEL E PASTA DE PAPEL - PORTUCEL	12
4.1 Principais Indicadores Económico-Financeiros	12
4.2 Evolução dos Negócios	12
4.3 Desenvolvimento	13
4.4 Sustentabilidade	14
5 ÁREA DE NEGÓCIOS DE CIMENTOS E DERIVADOS – SECIL	16
5.1 Principais Indicadores Económico-Financeiros	16
5.2 Principais Indicadores Operacionais	17
5.3 Evolução dos Negócios	17
6 ÁREA DE NEGÓCIOS DE AMBIENTE – ETSA	22
6.1 Principais Indicadores Económico-Financeiros	22
6.2 Principais Indicadores Operacionais	22
6.3 Evolução dos Negócios	22
7 RECURSOS HUMANOS DO GRUPO SEMAPA	24
8 ÁREA FINANCEIRA DO GRUPO SEMAPA	25
8.1 Endividamento	25
8.2 Gestão de Risco	25
8.3 Pensões e Outros benefícios pós-emprego	27
8.4 Evolução da Performance Bolsista	28
8.5 Dividendos	28
8.6 Resultado Líquido do 1º Semestre de 2009	29
9 PERSPECTIVAS PARA O 2º SEMESTRE DE 2009	30

1 Enquadramento de Mercado

O primeiro semestre de 2009 continuou dominado pelo ambiente recessivo que tem vindo a afectar a economia mundial na sequência da crise financeira que teve o seu início em 2007.

Nos Estados Unidos assistiu-se a uma forte desaceleração do PIB, com especial incidência no 1º trimestre de 2009. Os receios de depressão e deflação criaram uma conjuntura excepcional, através de intervenção do FED nos níveis das taxas de juro. As taxas de juro de referência situaram-se em níveis próximos de zero, com os *fed funds* a variarem entre 0% e 0,25%.

Na Zona Euro, a economia contraiu 2,5% no 1º trimestre do ano fundamentalmente devido às quedas ocorridas no investimento e nas exportações, constituindo o registo mais negativo de sempre. De acordo com os dados mais recentes, no 2º trimestre, a economia mostrou já sinais de alguma recuperação, que se traduziu no abrandamento do ritmo de contracção económica. Após 4 trimestres consecutivos de retracção a Alemanha e a França voltaram a terreno positivo entre Abril e Junho. Não obstante, o PIB do conjunto dos países da zona Euro recuou 0,1% face ao primeiro trimestre do ano.

Em Junho, a taxa de inflação homóloga na área do euro foi negativa (-0,1%), o que deriva essencialmente da queda do preço dos bens energéticos e alimentares, em resultado da reversão do forte aumento dos preços das matérias-primas registado em 2008, em particular do preço do petróleo. O preço do crude alcançou um máximo de sempre de 147 USD/barril em Julho de 2008, para depois cair para o mínimo de 28 USD/barril em Dezembro.

As autoridades monetárias têm sublinhado que a actual taxa de inflação está em linha com as expectativas e reflecte efeitos temporários, estimando-se que seja um fenómeno de curta duração, estando os riscos de deflação minimizado no curto prazo.

Um dos principais efeitos adversos sobre a economia real da crise financeira que se tem feito sentir é ao nível do emprego. Pela sua natureza, o mercado de trabalho reage com desfasamento aos eventos que se fazem sentir na economia. Nos Estados Unidos a taxa de desemprego atingiu os 9,5% no mês de Junho, o nível mais elevado desde meados de 1983. Na Zona Euro, a taxa de desemprego alcançou também os 9,5% em Maio, o que não se verificava desde 1999.

As últimas estimativas para o PIB português em 2009, apontam para uma contracção da actividade económica para níveis que só encontram paralelo na recessão de 1975, ie na ordem dos 3,5%.

Com efeito, de acordo com dados divulgados pelo INE, no período de Janeiro a Maio a produção do sector da construção apresentou um decréscimo de 3,5% (índice da produção na construção e obras públicas). Estima-se que a procura de cimento tenha decrescido cerca de 17% nos primeiros seis meses do ano mantendo a tendência de queda sensível já revelada no 1º trimestre.

Durante o 1º semestre de 2009, a taxa de câmbio média EUR/USD foi de 1,33 USD, o que representa uma quebra de 12,9% em relação à taxa observada em período homólogo de 2008. No início de Março, o euro atingiu o mínimo de 1,26 USD, tendo recuperado de forma sustentada até ao valor de máximo de 1,42 USD observado no início de Junho.

2 Síntese da Actividade do Grupo Semapa

Principais indicadores económico-financeiros consolidados (IFRS)

Volume de Negócios: 700,1 milhões de euros

EBITDA Total: 131,0 milhões de euros

EBIT: 71,9 milhões de euros

Resultado Líquido: 25,8 milhões de euros

IFRS - valores acumulados (milhões de euros)	Jun 09	Jun 08	09/08 (Var.%)
Volume de Vendas	700,1	746,1	-6,2%
Outros Proveitos	26,5	31,7	-16,5%
Gastos e Perdas	(595,6)	(592,7)	-0,5%
EBITDA Total	131,0	185,1	-29,3%
EBITDA Recorrente	130,2	181,2	-28,2%
Amortizações e perdas por imparidade	(68,6)	(65,6)	-4,6%
Provisões (reforços e reversões)	9,6	0,0	N/D
EBIT	71,9	119,5	-39,8%
Resultados Financeiros	(21,9)	(27,6)	20,8%
Resultados Antes de Impostos	50,0	91,9	-45,6%
Impostos sobre Lucros	(11,6)	(18,4)	36,8%
Lucros Retidos do Período	38,4	73,5	-47,8%
Atribuível a Accionistas da Semapa	25,8	55,7	-53,7%
Atribuível a Interesses Minoritários	12,6	17,7	-29,1%
Cash-Flow	97,4	139,1	-29,9%
Margem EBITDA (% Vol. Vendas)	18,7%	24,8%	
Margem EBITDA Recorrente (% Vol. Vendas)	18,6%	24,3%	
Margem EBIT (% Vol. Vendas)	10,3%	16,0%	
	30-06-2009	31-12-2008	09/08 (Var.%)
Activo Líquido total	3.318,7	3.280,5	1,2%
Capitais Próprios (antes de IM)	814,8	821,3	-0,8%
Dívida Líquida	1.122,6	1.016,5	10,4%
Nº de Colaboradores	5.155	5.033	122

Notas:

- EBITDA Total = resultado operacional + amortizações e perdas por imparidade + provisões – reversão de provisões
- *Cash-Flow* = Lucros retidos do período + amortizações e perdas por imparidade + provisões – reversão de provisões
- Dívida líquida = dívida remunerada não corrente (líquida de encargos com emissão de empréstimos) + dívida remunerada corrente (incluindo dívida a accionistas) – caixa e seus equivalentes – valor de mercado das acções próprias e outros títulos cotados em carteira

Análise de resultados

No 1º semestre de 2009, as diversas áreas de negócio do Grupo Semapa debateram-se com condições de mercado particularmente difíceis, designadamente quebra significativa dos níveis de procura, consequência directa do contexto macroeconómico de forte recessão global.

Os mercados do papel e da pasta defrontaram-se com quebras significativas dos níveis de procura, tanto na Europa como nos EUA, tendo o consumo aparente global de papel fino não revestido (UWF) sofrido nesses mercados uma retracção de 16% em termos homólogos no primeiro semestre de 2009.

Na área de negócios de cimento (Grupo Secil), também a actividade da construção e consumo de cimento registou uma forte quebra na generalidade dos países desenvolvidos, incluindo Portugal, um dos principais mercados de referência do Grupo Secil.

O Grupo ETSA viu-se confrontado com alguma escassez de matéria-prima, uma vez que, em resultado da crise económica, houve uma redução do nível de consumo.

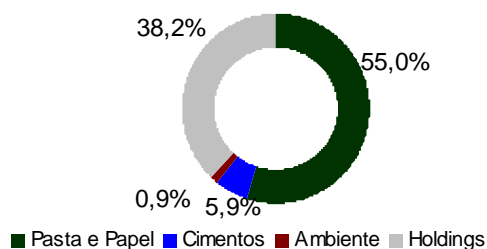
Apesar do contexto macroeconómico e de mercado particularmente adverso, o Grupo Semapa continuou a empreender o seu ambicioso plano de investimentos, contribuindo favoravelmente para a criação valor para o país, incluindo a criação de novos postos de trabalho. No final do 1º semestre de 2009, o nº total de colaboradores do Grupo Semapa era de 5.155, mais 122 que no final de 2008.

Os resultados consolidados do Grupo Semapa relativos ao 1º semestre de 2009, passaram a incluir o contributo da sua nova área de negócios – Ambiente (Grupo ETSA). Uma vez que a aquisição do Grupo ETSA ocorreu no decurso do 4º trimestre de 2008, nos valores apresentados para o semestre homólogo do ano anterior não está incluído o contributo desse Grupo.

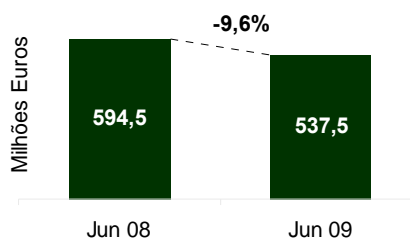
Volume de Negócios Consolidado: 700,1 milhões de euros

O volume de negócios do Grupo Semapa no 1º semestre de 2009 cifrou-se em **700,1 milhões de euros**, apresentando a seguinte repartição e evolução por área de negócio:

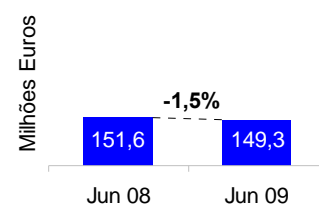
Contribuição por Segmento de Negócio



Papel e Pasta



Cimentos



- **Papel e Pasta - Grupo PORTUCEL**

O volume de negócios do Grupo Portucel registou um decréscimo de 9,6% em relação ao 1º semestre de 2008. O papel representou 77% do volume de negócios, a pasta 15%, sendo os restantes 8% essencialmente imputáveis à venda de energia.

A produção de papel no período em análise atingiu um valor muito semelhante ao registado no 1º semestre de 2008.

As vendas de papel em volume comparam muito favoravelmente com as do semestre homólogo do ano anterior, tendo registado um crescimento de 3,8% num contexto de mercado particularmente mais difícil. Por seu lado, nos preços de papel na Europa assistiu-se a uma quebra no 1º semestre, facto que o

Grupo Portucel conseguiu contrariar uma vez que, o preço dos produtos Premium evidenciaram grande resiliência descendo significativamente menos do que a média da indústria.

A produção de pasta foi inferior em 5,8% à do 1º semestre de 2008 devido à realização de paragens para manutenção nas fábricas de Cacia e Figueira da Foz, facto não verificado no 1º semestre do ano transacto.

O desempenho do negócio da pasta reflecte simultaneamente quebras no volume e no preço comparativamente com o 1º semestre do ano anterior. A profunda crise económico-financeira global traduziu-se na contracção da procura iniciada na segunda metade de 2008, com particular acuidade no 4º trimestre do ano, bem como na queda de 27% do preço médio de referência para a pasta *hardwood*.

- **Cimentos – Grupo SECIL**

O volume de negócios acumulado do Grupo Secil no 1º semestre de 2009 foi de **292,8 milhões de euros**, tendo o Grupo Semapa apropriado cerca de **149,3 milhões de euros**, valor este que representa um ligeiro decréscimo em relação ao 1º semestre de 2008.

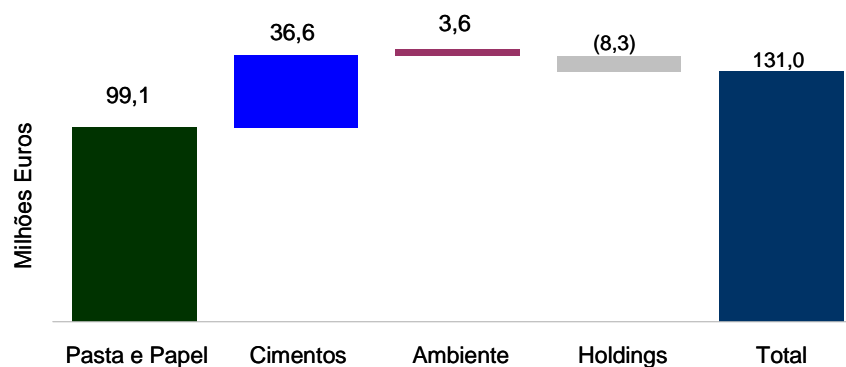
Este desempenho deveu-se essencialmente aos seguintes factores: i) crescimento de 10% das vendas na Tunísia; ii) aumento de 49% das vendas no Líbano; iii) aumento de 50% das vendas em Angola e, iv) aumento do preço do cimento no mercado interno, que não foi, no entanto, suficiente para contrariar as quebras das quantidades vendidas de cimento e clínquer e dos preços de exportação.

- **Ambiente – Grupo ETSA**

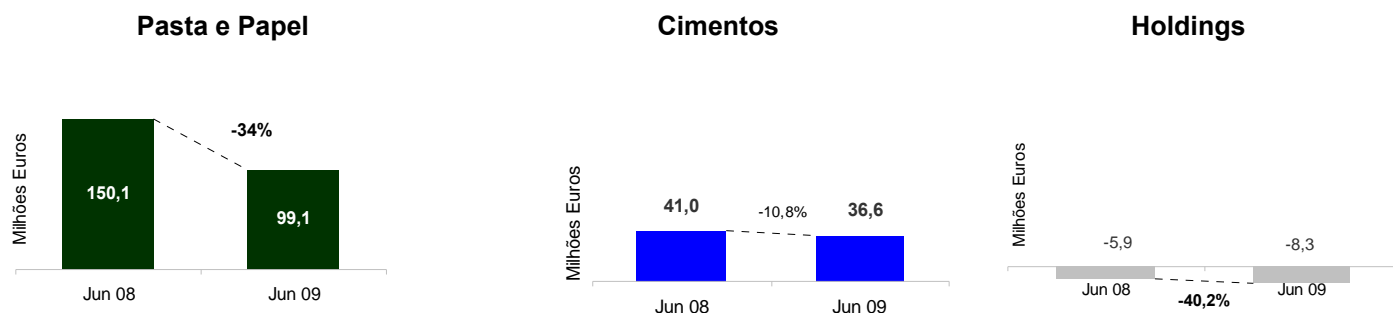
O Grupo ETSA apresentou uma contribuição de **13 milhões de euros** para o volume de negócios consolidado do Grupo Semapa.

EBITDA Total Consolidado: 131,0 milhões de euros

O contributo por área de negócio para o EBITDA consolidado foi:



Comparativamente com o 1º semestre do ano anterior, o EBITDA apresentou a seguinte evolução:



- **Papel e Pasta – Grupo PORTUCEL**

O EBITDA total atingiu **99,1 milhões de euros**, evidenciando uma quebra de 34% face a idêntico período do ano anterior. A redução dos principais factores de custo registada neste semestre, não foi suficiente para compensar a quebra dos preços do papel e da pasta, bem como a redução do volume de pasta colocada no mercado.

- **Cimentos – Grupo SECIL**

Na área dos Cimentos, o EBITDA total acumulado foi de **71,7 milhões de euros**, tendo o Grupo Semapa apropriado cerca de **36,6 milhões de euros**, traduzindo-se numa quebra deste indicador de 11% face ao semestre homólogo de 2008.

Apesar das operações no Líbano e em Angola registarem melhorias dos respectivos desempenhos, estes foram insuficientes para compensar o desempenho menos favorável das unidades de negócio Tunísia – Cimento e das unidades de negócio em Portugal:

- Apesar do crescimento do volume de negócios acima referido, as operações na Tunísia foram especialmente afectadas pelo agravamento dos custos da energia térmica e da electricidade não repercutido nos preços de venda.
- A diminuição conjunta do preço médio de venda e das quantidades de Cimento e Clínquer colocadas no mercado, contribuíram negativamente para performance atingida pelas actividades desenvolvidas em Portugal.

- **Ambiente – Grupo ETSA**

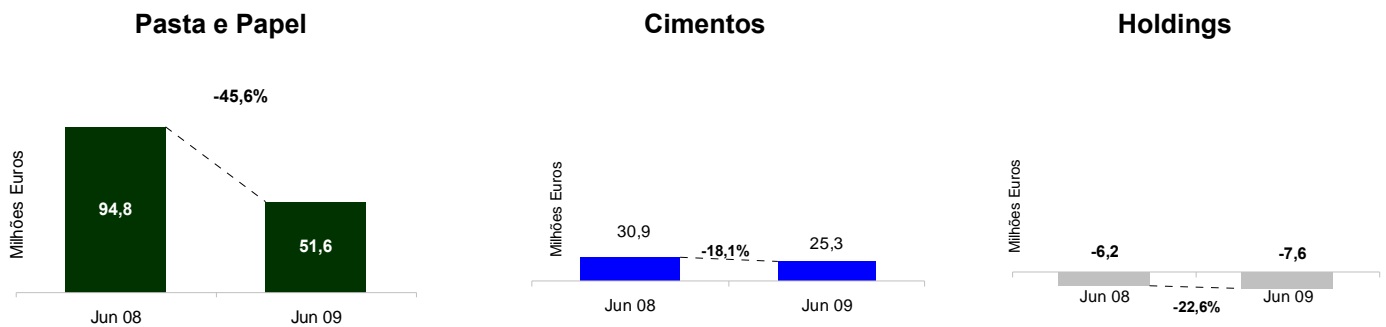
O EBITDA total cifrou-se em 3,6 milhões de euros. Para além da redução do nível de consumo, a maior escassez de matéria-prima resultou também de uma alteração dos padrões de consumo por via da intensificação do uso na alimentação humana de alguma da matéria-prima recolhida.

- **Holdings – Semapa SGPS e suas sub-holdings instrumentais**

Tiveram uma contribuição negativa de **8,3 milhões de euros**, que compara desfavoravelmente com os **5,9 milhões de euros** registados no 1º semestre do ano anterior. No 1º semestre de 2008, EBITDA total acumulado foi positivamente afectado por ajustes ao preço de venda, em 2004, de 49% da Secil em virtude da ocorrência de activos contingentes nessa data nomeadamente créditos fiscais relacionados com o processo de internacionalização da Sociedade Ciments de Gabés, no valor de cerca de 3 milhões de euros, que não ocorreu no presente semestre

Em termos de EBITDA recorrente, o valor foi semelhante ao registado no período homólogo do ano de 2008 e que reflecte os custos de estrutura da Semapa e das suas sub-holdings instrumentais

EBIT Consolidado: 71,9 milhões de euros

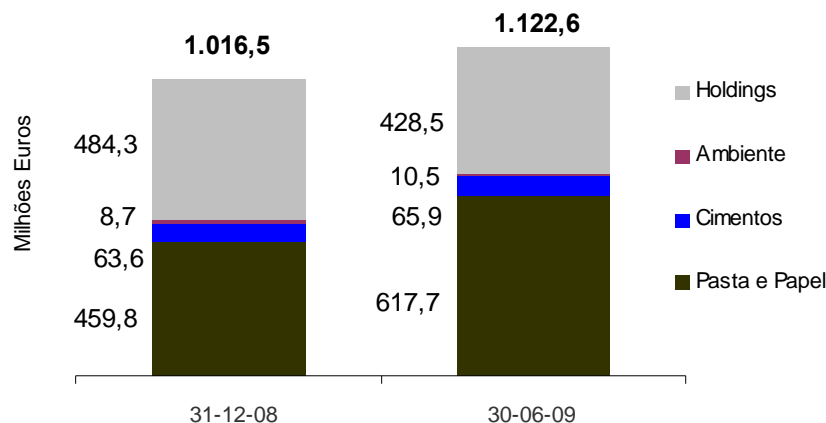


- **Papel e Pasta de Papel:** contribuiu de **51,6 milhões de euros**, que traduz uma quebra de 45,6% relativamente ao período homólogo de 2008. Os resultados operacionais no 1º semestre de 2009 foram positivamente influenciados em 9,1 milhões de euros relacionados com a reversão de provisões de períodos anteriores que deixaram de ser necessárias, facto este não verificado no semestre homólogo do ano anterior.
- **Cimentos:** registou-se uma redução do contributo deste segmento de 18,1% face ao 1º semestre do ano anterior, totalizando **25,3 milhões de euros**. As razões invocadas na evolução do EBITDA explicam igualmente a evolução homóloga do EBIT.
- **Ambiente:** concorreu em **2,6 milhões de euros** para o EBIT consolidado.
- **Holdings:** o EBIT registou um valor de **-7,6 milhões de euros**, o que representa uma redução de 22,6% face ao valor registado no período homólogo de 2008

Dívida Líquida Consolidada: 1.122,6 milhões de euros

O nível de endividamento líquido do Grupo Semapa evidenciou um agravamento de **106,1 milhões de euros** comparativamente com o valor registado no final do exercício de 2008, que reflectiu a aceleração do ritmo de investimentos em curso no Grupo.

Repartição por Segmento de Negócio da Dívida Líquida



- **Papel e Pasta de Papel:** o endividamento líquido registou um aumento de **158 milhões de euros** em relação a 31 de Dezembro de 2008, situando-se em 617,7 milhões de euros. Tendo em consideração o facto de a Portucel ter procedido à distribuição de dividendos durante o primeiro semestre de 2009, no valor de **80,6 milhões de euros**, bem como a investimentos em activos fixos de **248,4 milhões de euros**, o actual nível de endividamento evidencia a forte capacidade do Grupo em gerar *cash-flows*.

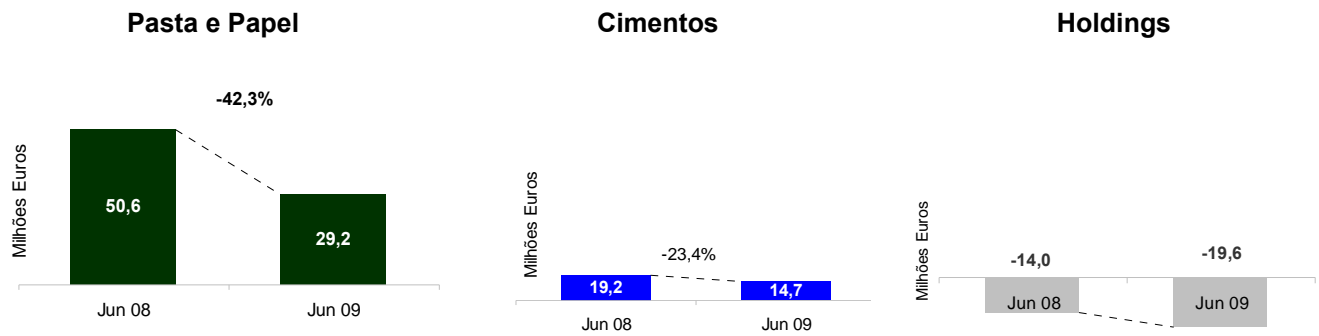
- **Cimentos:** a contribuição da dívida líquida foi de **65,9 milhões de euros**, o que representou um ligeiro acréscimo (2,3 milhões de euros) face ao final de 2008. Esta evolução favorável denota igualmente a capacidade de libertação de *cash-flow* por parte da Secil, tendo em conta que durante o primeiro semestre de 2009 efectuou investimentos num montante global de **22,2 milhões de euros** e procedeu à distribuição de dividendos no montante de **42 milhões de euros** referente ao exercício de 2008.
- **Ambiente:** O Grupo ETSA apresentou um nível de endividamento líquido de **10,5 milhões de euros**, valor que compara com 8,7 milhões de euros registados no final de Dezembro de 2008. Este aumento deveu-se fundamentalmente à concretização do plano de investimentos da própria actividade e para o desenvolvimento de novas linhas de negócio.
- **Holdings:** no final do 1º semestre de 2009, a dívida líquida totalizou **428,5 milhões de euros**, valor que representa uma redução de **64,6 milhões de euros** relativamente ao final de 2008.

Esta evolução decorre essencialmente: i) do diferencial entre os dividendos recebidos das subsidiárias e os dividendos pagos pela Semapa SGPS aos seus accionistas; ii) recebimento da CRH de valor relativo a acerto do preço de venda da Secil, na sequência de eventos que se encontravam pendentes de resolução e respeitantes a factos anteriores à referida venda; iii) alienação de 20% do Grupo ETSA à Sociedade SGVR. Estes fluxos foram superiores aos encargos financeiros e custos de estrutura suportados pela Semapa SGPS e holdings instrumentais, razão pela qual o seu endividamento líquido se reduziu.

Resultados Financeiros: -21,9 milhões de euros

- **Papel e Pasta de Papel:** assinala-se uma melhoria de 23% em relação ao período homólogo de 2008, tendo a contribuição desta área de negócios ascendido a **-8,2 milhões de euros**, pese embora o já referido aumento do nível de endividamento líquido. Esta evolução favorável resultou essencialmente da reversão da periodificação de juros compensatórios relativos a contingências fiscais de anos anteriores que não se concretizaram.
- **Cimentos:** a contribuição da Secil cifrou-se em **-1,4 milhões de euros**, o que representa uma redução de 1,7 milhões de euros face ao valor do 1º semestre de 2008, que se deve essencialmente à redução do nível das taxas de juro.
- **Ambiente:** contribuição de **-0,3 milhões de euros**.
- **Holdings:** apresentaram um resultado financeiro de **-12 milhões de euros**, uma evolução favorável face ao valor do 1º semestre do ano transacto, beneficiando da descida generalizada das taxas de juros.

Resultados Líquidos Consolidados: 25,8 milhões de euros



O Resultado Líquido Consolidado antes de interesses minoritários foi de **38,4 milhões de euros**, dos quais são atribuíveis aos accionistas da Semapa **25,8 milhões de euros**:

- **Papel e Pasta de Papel:** contributo de **29,2 milhões de euros**, valor que compara com os 50,6 milhões de euros registados no primeiro semestre de 2008. A redução explica-se essencialmente pelos factores apontados anteriormente. O resultado líquido do semestre foi ainda positivamente influenciado pela diminuição do valor do IRC no período, devido à redução da taxa efectiva de imposto, como consequência da reversão de provisões para impostos de períodos anteriores que deixaram de ser necessárias.
- **Cimentos:** o resultado líquido do Grupo Secil foi de **28,8 milhões de euros**, tendo o Grupo Semapa apropriado em cerca de **14,7 milhões de euros** e representou uma redução de 4,5 milhões de euros face ao valor do 1º semestre de 2008.
- **Ambiente:** contribuição de **1,6 milhões de euros**.
- **Holdings:** contribuíram com **-19,6 milhões de euros**, que compara com os -14,0 milhões de euros registados em idêntico período de 2008 pelas razões referidas anteriormente.

Quadro resumo da contribuição por segmentos de negócio

IFRS - valores acumulados (milhões de euros)	Papel e Pasta	Cimentos	Ambiente	Holdings	Consolidado
Volume de vendas	537,5	149,3	13,0	0,3	700,1
EBITDA Total	99,1	36,6	3,6	(8,3)	131,0
EBITDA Recorrente	99,1	36,5	3,6	(9,0)	130,2
Amortizações e perdas por imparidade	(56,6)	(11,1)	(0,8)	(0,1)	(68,6)
Provisões (reforços e reversões)	9,1	(0,2)	(0,2)	0,8	9,6
EBIT	51,6	25,3	2,6	(7,6)	71,9
Resultados Financeiros	(8,2)	(1,4)	(0,3)	(12,0)	(21,9)
Resultados Antes de Impostos	43,4	23,9	2,3	(19,6)	50,0
Impostos sobre Lucros	(5,5)	(5,5)	(0,7)	(0,0)	(11,6)
Lucros Retidos do Período	37,9	18,4	1,6	(19,6)	38,4
Atribuível a Accionistas da Semapa	29,2	14,7	1,6	(19,6)	25,8
Atribuível a Interesses Minoritários	8,7	3,7	0,1	-	12,6
Cash-Flow	85,4	29,7	2,7	(20,4)	97,4
Margem EBITDA (% Vol. Vendas)	18,4%	24,5%	27,7%	-	18,7%
Margem EBITDA Recorrente (% Vol. Vendas)	18,4%	24,4%	27,7%	-	18,6%
Margem EBIT (% Vol. Vendas)	9,6%	17,0%	19,7%	-	10,3%
Activo líquido total	2.518,0	491,9	26,7	282,1	3.318,7
Dívida Líquida	617,7	65,9	10,5	428,5	1.122,6
Nº de Colaboradores	2.279	2.681	174	21	5.155

- Os valores dos indicadores por segmentos de negócio poderão diferir dos apresentados individualmente por cada Grupo, na sequência de ajustamentos de consolidação efectuados
- A participação financeira de 51% na Secil detida pelo Grupo Semapa é consolidada pelo método proporcional

3 Principais Acontecimentos

Holdings – Semapa SGPS e suas sub-holdings instrumentais

- A Semapa pagou um dividendo de 25,5 cêntimos por acção, em 23 de Abril, no montante total de **29,5 milhões de euros**.
- No início do mês de Abril, o Grupo Semapa alienou 20% do Grupo ETSA à Sociedade SGVR - Serviços de Gestão e Valorização de Resíduos, estabelecendo uma parceria que poderá potenciar o desenvolvimento de novos negócios do Grupo Semapa na área do Ambiente.
- A Semapa informou o mercado que decidiu não dar seguimento, neste momento, ao projecto que visava o estabelecimento de uma parceria com a finalidade de estudar a possibilidade da apresentação conjunta com outras entidades de uma oferta no concurso que o Governo Português se propunha lançar para a privatização do capital da ANA – Aeroportos de Portugal e para a elaboração do projecto e construção do novo aeroporto internacional de Lisboa.

Papel e Pasta de Papel - Grupo PORTUCEL

- A Portucel pagou um dividendo de 10,5 cêntimos por acção, em 6 de Abril, no montante total de **80,6 milhões de euros**.
- O investimento em activo fixo no 1º semestre de 2009 situou-se em **248,4 milhões de euros**, valor justificado pela intensificação dos desembolsos relativos ao ambicioso plano de investimentos actualmente em execução, do qual se destacam a conclusão da nova fábrica de papel em Setúbal e os projectos na área da energia, nomeadamente uma central de co-geração de ciclo combinado a gás natural, duas novas centrais termoelectricas a biomassa, uma nova turbina para co-geração a biomassa.
- No decurso do 1º semestre de 2009, a Portucel, por via da sua subsidiária Portucel Florestal, S.A., adquiriu 1.707.911 acções próprias, traduzindo-se num investimento total de **2,4 milhões de euros**. Em 30 de Junho de 2009, a Portucel, nas suas contas consolidadas evidenciava um total de 15.054.358 acções próprias correspondentes a 1,96% do seu capital social.

Cimentos e Derivados - Grupo SECIL

- A Secil pagou um dividendo de 84 cêntimos por acção, em 16 de Abril, no montante total de 42 milhões de euros.
- Aquisição de uma participação adicional da AVE – Gestão Ambiental e Valorização Energética passando a participação para 70%.
- Aquisição de uma participação de 100% na empresa Quimipetra, localizada em Sesimbra.

Ambiente – Grupo ETSA

- Na Assembleia Geral da Sociedade, realizada em 6 de Abril de 2009, foi deliberada a distribuição de um dividendo no montante total de 2,1 milhões de euros.
- Em Junho de 2009, a ITS em consórcio com a empresa Luís Leal e Filhos SA, ganhou o concurso do prestação de serviços com o IFAP para a recolha, transporte, tratamento e eliminação, em território nacional, de cadáveres das espécies animais: bovino, equino, ovino, caprino e suíno.

4 Área de Negócios de Papel e Pasta de Papel - PORTUCEL

4.1 Principais Indicadores Económico-Financeiros

<i>IFRS - valores acumulados (milhões de euros)</i>	Jun 09	Jun 08	09/08 (Var. %)
Volume de vendas	537,5	594,5	(10%)
Outros Proveitos	17,0	12,1	40%
Gastos e Perdas	(455,4)	(456,6)	0%
EBITDA	99,1	150,1	(34%)
EBITDA Recorrente	99,1	149,2	(34%)
Amortizações e perdas por imparidade	(56,6)	(55,3)	(2%)
Provisões (reforços e reversões)	9,1	(0,0)	N/D
EBIT	51,6	94,8	(46%)
Resultados Financeiros Líquidos	(8,2)	(10,7)	23%
Resultados Antes de Impostos	43,4	84,1	(48%)
Impostos sobre Lucros	(5,5)	(17,4)	69%
Lucros retidos do período	37,9	66,8	(43%)
Atribuível aos Accionistas da Portucel*	38,0	66,8	(43%)
Atribuível a Interesses Minoritários (IM)	(0,0)	(0,0)	(4%)
Cash-Flow	85,4	122,0	(30%)
Margem EBITDA (%)	18,4%	25,2%	(27%)
Margem EBIT (%)	9,6%	15,9%	(40%)
	30-06-2009	31-12-2008	09/08 (Var. %)
Activo líquido total	2.518,0	2.489,4	1%
Capitais Próprios (antes de IM)	1.127,3	1.174,2	(4%)
Dívida Líquida	617,7	459,8	34%

* dos quais 76,95% são atribuíveis à Semapa

4.2 Evolução dos Negócios

Os principais mercados onde actua o Grupo Portucel – Europa e Estados Unidos da América – registaram uma marcada recessão no nível de actividade económica, com fortes reduções nos níveis de emprego e orçamentos publicitários, indicadores chave para a evolução do mercado de papel fino não revestido (UWF).

Neste quadro, o consumo aparente global de UWF sofreu uma redução de 16% em termos homólogos durante o primeiro semestre de 2009, tanto na Europa como nos EUA.

O primeiro semestre de 2009 continuou a registar o impacto do processo de encerramento de capacidades produtivas deste tipo de papéis, estimado para este período em cerca de 500 mil toneladas na Europa e 300 mil toneladas nos EUA, face a igual período de 2008.

4.2.1 Papel

As vendas globais de papel do Grupo no primeiro semestre de 2009 tiveram um crescimento de 3,8% em termos homólogos, correspondente a um acréscimo de 20 mil toneladas.

Este aumento das vendas foi sustentado nos mercados fora da Europa, que passaram a representar uma parcela crescente do volume de vendas de papel do Grupo, continuando o seu *mix* de formatos a comparar muito favoravelmente com o da indústria europeia.

No que respeita a segmentação por qualidade, as vendas de produtos *premium* mantiveram nos mercados Europeus um peso superior a dois terços do volume vendido, valor singular para um produtor da dimensão do Grupo e particularmente relevante na actual conjuntura económica. O desempenho do Grupo na Europa, apesar do decréscimo em termos homólogos, superou largamente a evolução do mercado e resultou num reforço adicional de quota de mercado na Europa de mais de 42.000 toneladas.

As marcas próprias do Grupo representam a maior parte do volume de vendas de produtos transformados em folhas, tendo reforçado o seu peso nas vendas para mercados Europeus em cerca de um ponto percentual no primeiro semestre de 2009, face a período homólogo de 2008.

Em particular, a marca Navigator, líder mundial no segmento *premium*, atingiu novos ganhos, apesar do contexto adverso, crescendo 10% nos mercados Europeus face a período homólogo de 2008.

4.2.2 Pasta

No mercado de pasta de papel registou-se uma diminuição dos níveis da procura nos mercados Europeus, tendo o consumo de pasta regredido 4,5% no segundo trimestre de 2009 em relação ao anterior, reflexo directo do abrandamento da actividade em todos os segmentos e mercados. Dentre os principais mercados consumidores, apenas o mercado chinês tem mantido um desempenho superior ao do ano transacto, o que sustentou um crescimento global das entregas dos produtores de *hardwood* em cerca de 10%. Os preços *spot* na China evoluíram positivamente em cerca de 100 USD/t desde o início de Abril até ao final do semestre.

Durante o primeiro semestre, pelo menos 5 milhões de toneladas de produção de pasta foram retiradas do mercado, correspondentes a cerca de 10% da capacidade instalada no final de 2008. Este facto e o já referido bom desempenho do mercado chinês têm contribuído para a diminuição acentuada do nível anormalmente elevado de stocks que se verificava no final do primeiro trimestre.

4.3 Desenvolvimento

O Grupo prosseguiu o seu programa de desenvolvimento, de acordo com o cronograma estabelecido, tendo o investimento no semestre atingido €248,4 milhões, o que representa um crescimento de 135,4% em relação a período idêntico do ano anterior.

O investimento na Nova Fábrica de Papel em Setúbal é, naturalmente, o mais expressivo, tendo representado cerca de 71% daquele valor. Os investimentos na área da energia corresponderam a 22% e assumem também um peso de destaque no desenvolvimento actualmente em curso no seio do Grupo.

O projecto da Nova Fábrica encontra-se em fase de conclusão e a sua entrada em funcionamento está prevista para meados do mês de Agosto.

A nova máquina de papel, que terá uma capacidade anual de produção de 500 mil toneladas, um comprimento de 200 metros, uma velocidade máxima de 1800 metros por minuto e uma largura de folha de 11,1 metros, será a maior e mais sofisticada máquina de papel do mundo para produção de papéis de impressão e escrita não revestidos.

A área de transformação está equipada com três máquinas de corte de papel de formatos gráficos e três máquinas de corte de papel de escritório. Duas delas, com capacidade para produzir 16 resmas em simultâneo, são as maiores até hoje fabricadas.

O armazém de bobinas de papel, totalmente automático, com 93,2 m de comprimento e 28,4 m de altura, tem capacidade para 6 000 bobinas, correspondente a 12 dias de produção. Permite uma cadência de entrada de 186 bobinas/hora e de 164 bobinas/hora de saída.

A armazenagem de paletes de papel é também robotizada e gerida por computador, numa área com 122 m de comprimento e 28,4 m de altura, com a capacidade para 32 000 paletes e cadências de entrada e de saída de 215 paletes/hora e 320 paletes/hora, respectivamente.

A Nova Fábrica dispõe de um parque de 35 000 m², com capacidade para 1 000 contentores, está equipada com 20 cais de carga e tem um ramal interno ferroviário de via dupla com 465 metros de extensão, constituindo uma plataforma logística de elevada capacidade e flexibilidade.

Na área da energia, os investimentos em curso consistem na construção de três novas centrais de produção de energia e de uma nova turbina para a central de co-geração a biomassa no complexo fabril da Figueira da Foz, num total de investimentos de cerca de € 175 milhões. Estes investimentos irão aumentar a capacidade de produção de energia do Grupo em mais 800 GWh / ano.

Entre as novas centrais de produção de energia destaca-se a Central de Co-geração de Ciclo Combinado a Gás Natural, destinada à geração e fornecimento de vapor à Nova Máquina de Papel e fornecimento de energia à rede eléctrica nacional, cuja entrada em funcionamento precederá o arranque da nova fábrica.

As outras duas centrais são centrais termoeléctricas a biomassa, localizadas nos centros fabris de Setúbal e de Cacia, e destinam-se à valorização de resíduos florestais, produzindo energia eléctrica para venda à rede nacional. Estas duas centrais entrarão em funcionamento no quarto trimestre de 2009.

Finalmente, o investimento na nova turbina para cogeração a biomassa no complexo fabril da Figueira da Foz deverá arrançar no terceiro trimestre de 2010.

Uma vez em pleno funcionamento, os investimentos em curso na área da energia permitirão um acréscimo de cerca de 80% da produção de energia do Grupo, que passará a representar cerca de 5% do total da produção portuguesa de energia eléctrica.

4.4 Sustentabilidade

4.4.1 Ambiente e Sistemas de Gestão

No segundo trimestre de 2009 todas as fábricas do Grupo mantiveram ou melhoraram os seus bons níveis de desempenho ambiental.

Na fábrica de Cacia, com a reconversão para tecnologia a leito fluidizado da Caldeira a Biomassa, com início do funcionamento em Março, verificaram-se melhorias significativas nas emissões para a

atmosfera e no consumo de combustíveis de origem fóssil.

No âmbito dos Sistemas de Gestão implementados, no segundo trimestre do ano foi realizada a auditoria externa ao Sistema Cadeia de Responsabilidade FSC, cujo âmbito foi alargado à empresa About the Future e Empresa Comercial Portucel Sales & Marketing NV, respectivamente responsáveis pela produção e distribuição de papel oriundo da nova fábrica de papel.

O Grupo reforçou o apoio a organizações de produtores florestais, com vista à valorização do património detido pelos respectivos associados, através de acções conducentes à certificação florestal e ao aumento da produtividade.

4.4.2 Prevenção de incêndios florestais

Na linha do que tem sido a sua política de preservação da floresta, o Grupo tem previsto manter na campanha de 2009 o mesmo nível de intervenção de anos anteriores na prevenção e apoio ao combate aos incêndios florestais. Cerca de 60% dos meios alocados destinam-se a acções de prevenção e os restantes 40% são encaminhados para o apoio a actividades de combate. O Grupo Portucel é, a larga distância, a entidade privada que maiores recursos destina para esta importante vertente da protecção florestal.

No âmbito da prevenção, salientam-se várias acções de sensibilização junto das populações em zonas de maior risco, a gestão estratégica de combustíveis florestais em locais críticos ao nível da paisagem, a execução de actividades de desbastes e desramas em mais de 1 200 hectares de povoamentos de resinosas, intervenções de manutenção em mais de 10 000 hectares e conservação de cerca de 5 000 quilómetros de aceiros e caminhos na área florestal sob gestão do Grupo.

No apoio a actividades de combate, o Grupo manteve o nível de participação no dispositivo nacional de defesa da floresta contra incêndios, nomeadamente através das acções da Afocelca, organização do sector detida maioritariamente pelo Grupo, que apoia activamente o combate aos incêndios, os quais na sua larga maioria ocorrem em propriedades não detidas pelo Grupo.

A atenção do Grupo aos aspectos relacionados com a prevenção e combate aos incêndios florestais está bem traduzida no facto de através da Afocelca ter contribuído para a reintrodução em Portugal das técnicas de combate com ferramentas manuais e golpe único, que depois se tornaram comuns nos teatros de operações.

Na campanha de 2009 estão envolvidas mais de 300 pessoas, coordenadas a partir de uma central de operações funcionando em permanência, e um significativo conjunto de meios de combate que incluem 4 helicópteros com brigadas heli-transportadas, 6 torres de vigia, 35 unidades ligeiras de primeira intervenção e 16 unidades semi-pesadas, com as respectivas equipas de sapadores, para além de 40 colaboradores das empresas associadas mobilizados em carrinhas equipadas com kits de 600 litros de água.

O Grupo integrou pelo terceiro ano consecutivo o movimento ECO – Empresas contra os Fogos, um movimento da sociedade civil lançado em 2007 que corporiza a parceria entre empresas, o Ministério da Administração Interna e o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. Esta iniciativa tem como principal objectivo promover a disseminação de mensagens de sensibilização para boas práticas comportamentais na área da prevenção e do combate aos incêndios florestais.

5 Área de Negócios de Cimentos e Derivados – SECIL

Conforme mencionado anteriormente, o **Grupo Semapa** detém uma participação de **51% no Grupo Secil**, sendo este integrado nas suas contas pelo método proporcional por aquela percentagem.

Por forma a permitir uma melhor compreensão da evolução real da actividade desenvolvida pela Secil e suas subsidiárias, optou-se por apresentar apenas **neste capítulo** do presente Relatório **100% da Secil** (após ajustamentos de consolidação) ao invés da percentagem detida pela Semapa.

5.1 Principais Indicadores Económico-Financeiros

IFRS - valores acumulados (milhões de euros)	Jun 09	Jun 08	09/08 (Var.%)
Volume de vendas	292,8	297,2	(1,5%)
Outros Proveitos	16,2	32,6	(50%)
Gastos e Perdas	(237,2)	(249,3)	5%
EBITDA	71,7	80,4	(10,8%)
EBITDA Recorrente	71,6	80,2	(10,8%)
Amortizações e perdas por imparidade	(21,8)	(20,2)	(8%)
Provisões (reforços e reversões)	(0,3)	0,4	(181%)
EBIT	49,7	60,6	(18,1%)
Resultados Financeiros Líquidos	(2,7)	(6,0)	54%
Resultados Antes de Impostos	46,9	54,7	(14%)
Impostos sobre Lucros	(10,8)	(14,0)	23%
Lucros retidos do período	36,1	40,6	(11%)
Atribuível aos Accionistas da Secil*	28,8	37,6	(23%)
Atribuível a Interesses Minoritários (IM)	7,3	3,1	139%
Cash-Flow	58,2	60,4	(4%)
Margem EBITDA (%)	24,50%	27,1%	(9%)
Margem EBIT (%)	17,0%	20,4%	(17%)
	30-06-2009	31-12-2008	09/08 (Var.%)
Activo Líquido total	964,5	965,9	(0%)
Capitais Próprios (antes de IM)	456,2	476,4	(4%)
Dívida Líquida	129,3	124,7	4%

* dos quais 51% são atribuíveis e integrados nas contas consolidadas da Semapa

5.2 Principais Indicadores Operacionais

Os principais indicadores operacionais do primeiro semestre de 2009 são apresentados no quadro seguinte:

	Unid.	Jun 09	Jun 08	09/08 (%)
Capacidade produtiva anual de cimento	1 000 t	6.850	6.850	0%
Vendas Cimento cinzento	1 000 t	2.585	2.742	(6%)
Vendas Cimento branco	1 000 t	46	43	7%
Vendas Cal artificial	1 000 t	32	33	(5%)
Vendas Clinquer	1 000 t	168	108	56%
Betão-pronto	1 000 m3	990	1.227	(19%)
Inertes	1 000 t	1.388	1.116	24%
Prefabricação em betão	1 000 t	81	71	14%
Argamassas	1 000 t	195	224	(13%)
Cal hidráulica	1 000 t	11	17	(36%)
Cimento-cola	1 000 t	2	3	(13%)

5.3 Evolução dos Negócios

Análise do Volume de Negócios

O primeiro semestre de 2009 foi caracterizado pelo impacto da recessão económica mundial, iniciada em 2008, sobre as economias dos países desenvolvidos e em menor expressão nas economias dos países emergentes.

A actividade de construção e a procura de cimento, devido à crise económica, caíram significativamente a nível mundial atingindo particularmente os países mais desenvolvidos, onde se enquadra Portugal, um dos mercados de referência do Grupo Secil.

Neste contexto adverso, o volume de negócios consolidado do Grupo Secil ascendeu a **292,8 milhões de euros**, tendo registado uma redução de 1,5% relativamente ao período homólogo de 2008.

No primeiro semestre do ano corrente destaca-se o crescimento do volume de negócios atingidos pelas unidades de negócio Angola – Cimento, Tunísia – Cimento e Líbano – Cimento que permitiu equilibrar a evolução desfavorável das unidades de negócio em Portugal.

O EBITDA atingiu **71,7 milhões de euros**, registando uma redução de 10,8% face ao período homólogo do ano de 2008. A performance atingida pelas unidades de negócio Líbano – Cimento e Angola – Cimento não foi suficiente para compensar o desempenho menos favorável das unidades de negócio Tunísia – Cimento e das operações desenvolvidas em Portugal.

O resultado líquido atribuível aos accionistas da Secil ascendeu a **28,8 milhões de euros**.

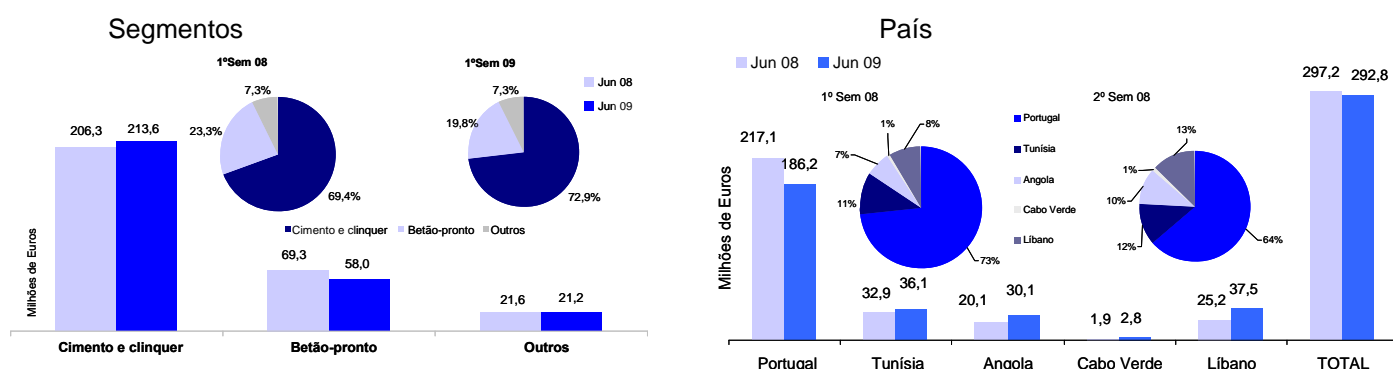
O investimento global totalizou cerca de **22,2 milhões de euros**, sendo que **13,9 milhões de euros** traduziram-se em investimentos operacionais e **8,3 milhões de euros** corresponderam a aquisições de participações em empresas subsidiárias.

A dívida líquida, em 30 de Junho de 2009, cifrava-se em **129,1 milhões de euros** tendo aumentado face ao valor apurado no final do ano transacto (125 milhões de euros).

Distribuição do Volume de Negócios por Segmentos e Países

O volume de negócios do segmento Cimento e Clinquer aumentou 3,5% face ao período homólogo do 2008, em resultado do desempenho atingido pelas unidades que operam no Líbano e em Angola. Os outros dois segmentos registaram reduções absolutas face aos valores registados no 1º semestre de 2008.

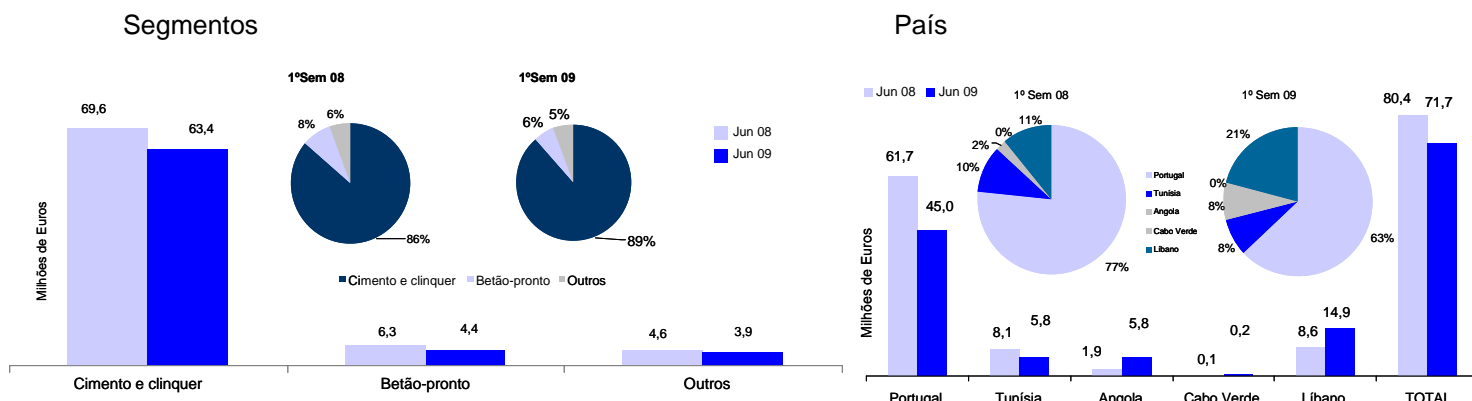
O volume de negócios resultante de operações fora de Portugal apresentou um peso de cerca de 36,4% do total, com destaque para o aumento do peso relativo das operações em Angola e no Líbano.



Distribuição do EBITDA por Segmentos e Países

Em termos relativos, o segmento Cimento e Clínquer aumentou o seu peso, com um contributo de cerca de 89% para a formação do EBITDA total do Grupo Secil.

Em termos de repartição geográfica, o EBITDA apresentou uma maior dispersão face ao período homólogo do ano anterior, onde as operações fora de Portugal representaram cerca de 37,3% do total do EBITDA do Grupo Secil.



5.3.1 Portugal

Os indicadores globais da actividade desenvolvida em Portugal pelo Grupo Secil, no primeiro semestre do exercício de 2008 e 2009, apresentaram a seguinte evolução:

Portugal (milhões de euros)	Volume de Negócios			EBITDA			Quantidades Vendidas (ton)			
	Jun 09	Jun 08	09/08 (%)	Jun 09	Jun 08	09/08 (%)	Unid.	Jun 09	Jun 08	09/08 (%)
Cimento e Clínquer	115,4	132,3	-0,1	38,1	51,5	-25,9%	1.000 t	1.379,8	1.642,0	-16,0%
Betão Pronto	50,2	63,7	-0,2	3,2	5,8	-44,8%	1.000 m3	830,6	1.089,7	-23,8%
Inertes	6,7	5,7	0,2	2,2	2,4	-9,2%	1.000 t	1.353,4	1.091,2	24,0%
Argamassas	9,1	10,6	-0,1	1,5	2,1	-28,1%	1.000 t	209,0	244,3	-14,5%
Pré-fabricados	4,8	4,7	0,0	0,0	-0,1	-102,8%	1.000 t	72,5	59,6	21,6%
Total	186,2	217,1	-0,1	45,0	61,7	-27,0%				

Durante o 1º semestre de 2009, a actividade económica continuou em recessão prosseguindo a tendência negativa já registada no 4º trimestre de 2008.

A actividade de construção civil continuou em queda em resultado da recessão económica e da contracção do segmento da construção residencial. Com efeito, no período de Janeiro-Maio a produção do sector da construção apresentou um decréscimo de 3,5% (Índice da produção na construção e obras públicas – INE Julho 2009).

Relativamente à procura de cimento, no período em análise, registou-se uma diminuição face ao 1º semestre de 2008 que se estima na ordem dos 17% (evolução idêntica registada no 1º trimestre do ano corrente).

Neste enquadramento adverso, a Unidade de Negócio “Portugal – Cimento” obteve uma performance inferior à verificada no período homólogo de 2008, tendo o EBITDA atingido um valor de **38,1 milhões de euros**, 27% abaixo do valor registado no 1º semestre de 2008.

A performance desta unidade de negócio foi afectada pela redução das quantidades vendidas de Cimento e Clínquer e dos preços unitários no mercado externo, na ordem dos 19% e 22% respectivamente. No entanto, destacam-se positivamente o aumento do preço unitário do Cimento no mercado interno em Janeiro, a redução do preço do coque, a intensificação da utilização de combustíveis alternativos e o esforço continuado do controlo de custos.

As Unidades de Negócio “Portugal-Betão”, “Portugal-Inertes” e “Portugal-Prefabricados em Betão” apresentaram um desempenho inferior ao registado no 1º semestre do ano anterior, em resultado da prolongada crise no sector da construção residencial.

5.3.2 Tunísia

(milhões de euros)	Volume de Negócios			EBITDA		
	Jun 09	Jun 08	09/08 (%)	Jun 09	Jun 08	09/08 (%)
Cimento e Clínquer	32,4	29,9	8,4%	5,0	7,7	-36,0%
Betão Pronto	3,6	2,7	31,5%	0,8	0,4	119,5%
Pré-fabricados	0,2	0,3	-36,8%	0,0	0,0	5,4%
Total	36,1	32,9	9,9%	5,8	8,1	-28,9%

Durante o 1º semestre do ano corrente, os efeitos da crise financeira e económica mundial começaram a afectar a Tunísia, estimando o FMI uma desaceleração do crescimento da economia tunisina para 3% vs 4,5% verificados no ano de 2008.

Em sintonia com a desaceleração da economia e na sequência da crise dos sectores imobiliário e turístico, a actividade da construção desacelerou durante o 1º semestre do ano, tendo o consumo de

cimento diminuído em cerca de 0,5% face ao período homólogo do ano anterior.

O volume de negócios global de Cimento e Clínquer ascendeu a **32,37 milhões de euros**, o que representou um aumento de 8,36% face ao período homólogo de 2008. O crescimento do volume de negócios resultou do efeito conjunto de aumento dos preços e das quantidades vendidas.

No 1º semestre de 2009, o EBITDA desta unidade de negócio atingiu **5,0 milhões de euros**, apresentando uma redução de -35,97% relativamente ao período homólogo do ano anterior.

Com efeito, o bom desempenho comercial materializado no aumento das vendas em volume e dos preços, não foi suficiente para compensar (i) o aumento sensível dos custos energéticos - combustíveis térmicos e electricidade e (ii) os preços elevados de petcocke em resultado de se estar a consumir stocks adquiridos em 2008 a um custo superior.

De salientar, as fortes restrições impostas pelo Governo às exportações que representam margens superiores às praticadas no mercado interno.

5.3.3 Líbano

(milhões de euros)	Volume de Negócios			EBITDA		
	Jun 09	Jun 08	09/08 (%)	Jun 09	Jun 08	09/08 (%)
Cimento e Clínquer	33,4	22,4	49,3%	14,5	8,5	71,2%
Betão Pronto	4,2	2,8	47,2%	0,5	0,2	189,0%
Total	37,5	25,2	49,1%	14,9	8,6	73,4%

Segundo dados publicados pelo FMI a economia libanesa deverá crescer cerca de 4% em 2009, abaixo do crescimento dos 8% registados em 2008.

Apesar de um contexto de desaceleração do crescimento económico, o sector da construção mantém-se em crescimento.

Durante o 1º semestre de 2009, o volume de negócios da Unidade de Negócio “Líbano-Cimento” atingiu cerca de **33,37 milhões de euros**, o que representou um aumento de 49,29% face a idêntico período do ano anterior. Para esta evolução contribuiu (i) o aumento das vendas nos mercados interno e externo e (ii) a valorização em cerca de 12,9% do dólar face ao euro face ao período homólogo de 2008.

O EBITDA foi de cerca de **14,5 milhões de euros** e cresceu 71,25% face ao ano anterior. O crescimento deste indicador deveu-se à boa performance comercial e fabril, à redução dos custos com a energia térmica decorrente da diminuição do preço do carvão e coque e à já mencionada valorização do dólar face ao euro.

5.3.4 Angola

(milhões de euros)	Volume de Negócios			EBITDA		
	Jun 09	Jun 08	09/08 (%)	Jun 09	Jun 08	09/08 (%)
Cimento e Clínquer	30,1	20,1	49,8%	5,8	1,9	203,2%

Dada a dependência face ao petróleo a actividade económica em Angola deverá decrescer cerca de 3,6% em 2009, de acordo com o FMI. O sector da construção apresenta, no entanto, um ritmo de

crescimento positivo.

Neste contexto, a actividade desenvolvida pela Unidade de Negócio “Angola-Cimento” teve um desempenho superior ao verificado no período homólogo do ano anterior.

O volume de negócios de cerca de **30,12 milhões de euros** no 1º semestre de 2009 representou um aumento de 49,77% face ao valor registado no 1º semestre de 2008.

Em resultado do aumento da actividade e da valorização do dólar face ao euro, o EBITDA atingiu **5,82 milhões de euros**, + 203,22% do que o valor registado no 1º semestre de 2008.

6 Área de Negócios de Ambiente – ETSA

Uma vez que a aquisição do Grupo ETSA pela Semapa ocorreu no decurso do 4º trimestre de 2008, apresentam-se apenas os valores do 1º semestre de 2009.

6.1 Principais Indicadores Económico-Financeiros

IFRS (milhões de euros)	Jun 09
Volume de vendas	13,0
Outros Proveitos	0,6
Gastos e Perdas	(9,9)
EBITDA	3,6
EBITDA Recorrente	3,6
Amortizações e perdas por imparidade	(0,8)
Provisões (reforços e reversões)	(0,2)
EBIT	2,6
Resultados Financeiros líquidos	(0,3)
Resultados Antes de Impostos	2,3
Impostos sobre Lucros	(0,7)
Lucros retidos do período	1,6
Atribuível aos Accionistas da ETSA*	1,7
Atribuível a Interesses Minoritários (IM)	(0,0)
Cash-Flow	2,7
Margem EBITDA (%)	27,7%
Margem EBIT (%)	19,7%
	30-06-09
Activo líquido total	26,7
Capitais Próprios (antes de IM)	6,7
Dívida Líquida	10,5

* dos quais 80% são atribuíveis à Semapa

6.2 Principais Indicadores Operacionais

	Unid.	Jun 09
Recolha Matéria Prima - Resíduos de Animais(categoria 1,2)	1 000 t	22,2
Recolha Matéria Prima - Resíduos de Animais(categoria 3)	1 000 t	34,2
Vendas Gorduras Animais	1 000 t	6,0
Vendas Farinhas	1 000 t	5,2
Vendas Produtos Congelados para Petfood	1 000 t	7,3

6.3 Evolução dos Negócios

O Grupo ETSA desenvolveu a sua actividade num enquadramento de mercado difícil.

A montante, registou-se uma forte redução do nível de recolhas de matérias primas decorrente do contexto recessivo e que se materializou no abrandamento do consumo alimentar e alteração de hábitos

de consumo. Refira-se que se intensificou no uso para a alimentação humana alguma da matéria-prima recolhida pelo Grupo ETSA.

Por outro lado, a jusante, tem-se verificado uma retracção da procura das indústrias de petfood e biodiesel.

O desenvolvimento de novas linhas de negócio ocorrida no período em análise, como por exemplo o estabelecimento de parcerias para a recolha de resíduos provenientes das cadeias de distribuição, e a selecção pelo IFAP do consórcio da ITS/Luís Leal como vencedor do concurso de recolha, transporte, tratamento e eliminação de subprodutos animais no mercado nacional até 2011 (o qual incorpora espécies animais que anteriormente não eram alvo de tratamento), permitirão adicionar novas fontes de receita para o grupo ETSA.

7 Recursos Humanos do Grupo Semapa

A política de recursos humanos do Grupo SEMAPA está orientada para a melhoria contínua da produtividade através do reforço de qualificação dos Colaboradores e do desenvolvimento das suas competências, a par de um esforço de racionalização e redimensionamento.

A aposta em recursos humanos qualificados, com carreiras profissionais especializadas, bem como o esforço na qualificação profissional através da realização de acções de formação adequadas continuam a ser vectores estratégicos da política de recursos humanos do Grupo.

O total de colaboradores do Grupo Semapa passou de 5.033 no final de Dezembro de 2008 para 5.155 no final de Junho de 2009, conforme pode ser observado no quadro seguinte:

Segmento	Dez-08	Jun 09	09/08
Papel e Pasta	2.164	2.279	115
Cimentos	2.674	2.681	7
Ambiente	174	174	0
Holdings	21	21	0
TOTAL	5.033	5.155	122

O acréscimo do nº de colaboradores verificado no segmento de Pasta e Papel resultou, essencialmente, da contratação de quadros para integração na nova fábrica de papel em construção pelo Grupo Portucel e que se encontram em processo de formação profissional e da internalização de algumas actividades que anteriormente eram realizadas em regime de *outsourcing*.

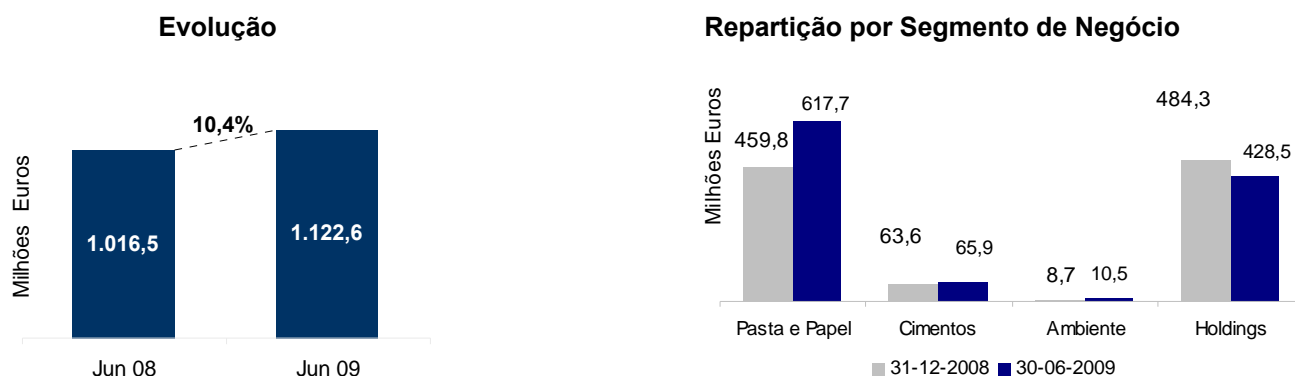
8 Área Financeira do Grupo Semapa

8.1 Endividamento

No final do 1º semestre de 2009, a dívida líquida consolidada da Semapa totalizou cerca de **1.122,6 milhões de euros**, o que compara com **1.016,5 milhões de euros** registado em 31 de Dezembro de 2008. As razões explicadas anteriormente no capítulo 2 justificaram este acréscimo.

De seguida, apresenta-se a evolução da dívida líquida total consolidada, bem como a sua decomposição, no final do 1º semestre de 2009 comparativamente ao final de 2008:

Dívida Líquida Consolidada



8.2 Gestão de Risco

As actividades do Grupo Semapa estão expostas a um conjunto de riscos, quer de natureza financeira, quer de natureza operacional. A gestão de riscos tem como prioridade a detecção e cobertura dos riscos que possam ter um impacto materialmente relevante no “resultado líquido” e nos “capitais próprios” ou que criem restrições significativas à prossecução do desenvolvimento dos negócios do Grupo.

8.2.1 Riscos Financeiros

Risco Cambial

Uma vez que as vendas de pasta e as exportações de papel do Grupo Portucel para países não europeus são denominadas em USD, encontrando-se fortemente expostas ao risco cambial, principalmente no que se refere ao USD.

Neste sentido, o Grupo Portucel recorre, quando tal se afigura oportuno, à contratação de um conjunto de instrumentos financeiros tendentes a minimizar os efeitos das variações cambiais, cobrindo parte das vendas sujeitas ao risco cambial neste período e a quase totalidade dos valores de balanço denominados em moeda estrangeira.

O Grupo Secil realizou uma optimização dos fluxos intra-grupo em moeda estrangeira com vista à potenciação do *hedging natural*. Para os fluxos não compensados naturalmente, o risco tem vindo a ser analisado, e coberto, através da contratação de estruturas de forwards cambiais fixando o contra-valor, mitigando deste modo, evoluções desfavoráveis na taxa de câmbio.

O Grupo Secil detém activos localizados na Tunísia, Angola e Líbano, pelo que a variação das moedas

dos referidos países poderá ter impacto no balanço da Semapa.

A Semapa SGPS e as suas *sub-holdings* instrumentais não se encontram expostas ao risco de taxa de câmbio uma vez que não efectuam transacções com o mercado externo.

Risco de Taxa de Juro

Os principais indexantes do mercado, utilizados como referência nos financiamentos do Grupo, registaram reduções significativas ao longo do 1º semestre de 2009, na sequência da forte recessão em que se encontra mergulhada a economia europeia. Adicionalmente, na sequência da grave financeira que eclodiu na 2ª metade de 2007, assistiu-se a uma forte contracção dos mercados de crédito a qual resultou na revisão em alta dos spreads praticados pelos bancos.

Em relação ao Grupo Portucel, o custo da quase totalidade da dívida financeira contraída está indexado a taxas de referência de curto prazo – geralmente Euribor 6m. Com o objectivo de reduzir a exposição a variações desfavoráveis da taxa de juro, o Grupo Portucel decidiu fixar as taxas numa parte dos seus empréstimos de médio longo prazo, tendo para tal contratado swaps de taxa de juro cujo montante coberto representa cerca de 32% do valor total das linhas de crédito utilizadas e em dívida a 30 de Junho de 2009.

O Grupo Secil, por seu lado, em 2005, optou por fazer uma cobertura parcial do risco da taxa de juro através de uma estrutura de derivados que fixou um valor máximo para os encargos financeiros relativos à dívida de longo prazo com reembolsos escalonados. A dívida remanescente foi mantida num regime de taxa variável.

Actualmente o Grupo Secil tem contratado instrumentos de cobertura de taxa de juro para dois empréstimos, designadamente swaps plain vanilla e cap-floor knock-In, cujo montante total coberto corresponde a cerca de 27,8 milhões de euros.

De referir que após o fecho do semestre, no decurso de mês de Julho, o Grupo Secil contratou um swap forward start para um *notional* de 40 milhões de euros. Após esta operação, a totalidade das linhas bancárias de médio e longo prazo encontrava-se coberta (o que corresponde a 37% do total das linhas de crédito utilizadas em 30 de Junho de 2009).

No que concerne à actividade da Holding, esta encontra-se exposta a risco de taxa de juro, uma vez que todos os seus financiamentos se encontram em regime de taxa de juro variável. Como forma de mitigar este risco e tendo em conta os níveis actuais de taxas de juro historicamente baixos, foi contratado após o fecho do semestre, no decurso de mês de Julho, uma operação de cobertura de taxa de juro para dois empréstimos obrigacionistas com maturidade em 2016, cujo montante total coberto foi de 225 milhões de euros. Esta operação consistiu na contratação de “Zero Cost Collars” com algumas instituições financeiras nacionais, tendo ficado coberta 48% da dívida bancária da Holding (com referência a 30 de Junho de 2009).

Risco de Liquidez

A adequada maturidade da dívida do Grupo Semapa, face às características das áreas de negócios onde actua, a existência de linhas de crédito por utilizar, garantem ao Grupo um elevado nível de liquidez.

A dívida bancária contratada pelas diversas subsidiárias do Grupo Semapa apresenta uma componente elevada de médio e longo prazo, com uma maturidade adequada à vida útil dos seus activos.

8.2.2 Riscos Operacionais

Risco do Preço da Pasta

Em 2009, seguindo a prática de anos anteriores e de forma a reduzir o risco associado às flutuações dos preços da pasta das vendas previstas em 2009, foi contratado um instrumento financeiro de cobertura que se vence ao longo desse ano.

Risco de Crédito da Carteira de Clientes

O Grupo Portucel está sujeito a risco no crédito que concede aos seus clientes, tendo adoptado uma política de maximização da cobertura do risco através de um seguro de crédito. As vendas que não estão abrangidas por um seguro de crédito estão sujeitas a regras que procuram assegurar que as vendas sejam efectuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado e, ou são total ou parcialmente cobertas por garantias bancárias, ou no caso de existir uma parte não coberta, encontram-se dentro de limites de exposição razoáveis.

No Grupo Secil, diligenciou-se, desde há algum tempo a esta parte, pela contratação de apólices de seguro de crédito para as áreas de negócios do cimento, betão-pronto, inertes, prefabricação e argamassas, com coberturas diferenciadas em função do risco inerente a cada uma das áreas de negócio.

A diminuição das coberturas por parte das seguradoras, tem levantado problemas de risco de crédito aos agentes económicos e ao Grupo. Esperamos que as autoridades competentes procurem ajudar na resolução desta situação.

Riscos Patrimoniais, responsabilidade civil, acidentes pessoais e doença

O Grupo Semapa procedeu à renegociação da carteira de seguros para 2009 relativa às diferentes áreas de negócios, incluindo o Grupo ETSA, sendo de salientar uma redução significativa das taxas dos prémios de seguros em todas as áreas.

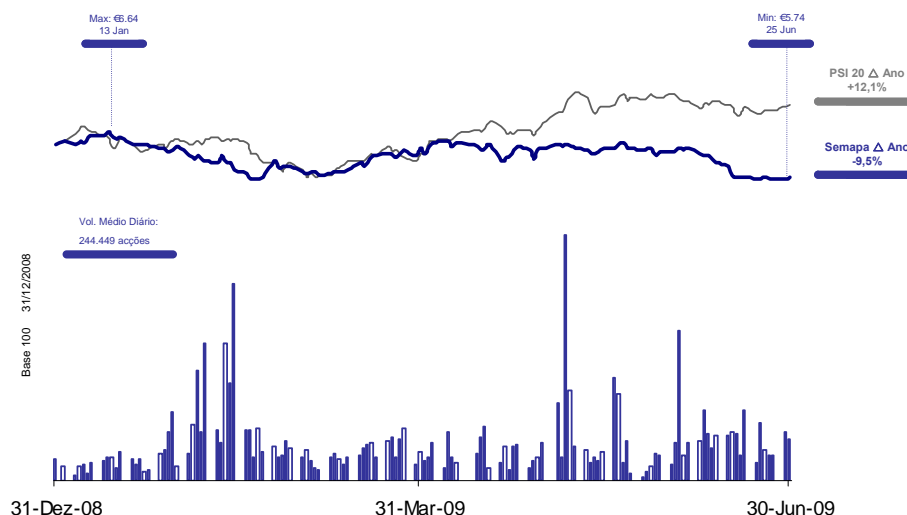
8.3 Pensões e Outros benefícios pós-emprego

O total das responsabilidades com pensões, em termos consolidados, apurado a 30 de Junho de 2009, ascendia a 260,1 milhões de euros, dos quais 142,3 milhões de euros se encontravam cobertos através de fundos de pensões autónomos. As responsabilidades não cobertas nessa data, no montante de 117,8 milhões de euros, respeitam a i) 24,7 milhões de euros do Grupo Portucel , ii) 4,3 milhões de euros do Grupo Secil e iii) 88,8 milhões de euros da Semapa.

Adicionalmente, o Grupo Semapa apurou também responsabilidades com outros benefícios pós-emprego no total de 9,7 milhões de euros (2,5 milhões de euros do Grupo Portucel e 7,2 milhões de euros do Grupo Secil).

8.4 Evolução da Performance Bolsista

A segunda metade do 1º semestre de 2009 caracterizou-se por fortes subidas dos principais índices bolsistas mundiais, com especial destaque para as empresas do sector financeiro, a corrigirem da queda abrupta das cotações ocorrida a partir do 4º trimestre do ano passado. A Bolsa portuguesa não ficou imune a este movimento. Neste contexto, o título Semapa acompanhou a evolução do índice do mercado nacional – PSI 20 até ao final do 1º trimestre para depois encetar um movimento de descida conforme pode ser observado no gráfico seguinte:



Nota: cotações de fecho

O título Semapa registou uma desvalorização de 9,5%, tendo o índice PSI 20 apresentado uma valorização de 12,1%.

A cotação de fecho diária do título Semapa variou entre o mínimo de 5,74 euros e o máximo de 6,64 euros. O volume médio diário de transacções, no período em referência, situou-se nos 244.449 títulos.

Refira-se que em 2008, o título Semapa teve uma performance superior em 24 p.p. face ao índice PSI 20. (desvalorização de 27% da Semapa vs 51% do PSI20).

No período imediatamente subsequente à divulgação dos resultados referentes ao exercício de 2008, ocorrida no dia 10 de Março de 2009 não se registou alteração significativa da cotação do título. Por seu lado, o pagamento de dividendos relativos ao exercício anterior não teve impacto relevante na formação do preço da acção.

8.5 Dividendos

No que se refere à distribuição de dividendos, a sociedade tem seguido a política de distribuir um montante tal que não seja necessário recorrer a endividamento adicional significativo e que não ponha em causa a sua solidez financeira. Procura-se manter, por um lado, uma estrutura financeira compatível com o crescimento sustentado do Grupo e diversas áreas de negócio, e por outro, indicadores sólidos de solvabilidade. Deste modo:

- Na Assembleia Geral da Semapa, realizada em 31 de Março de 2009, foi deliberada a distribuição de um dividendo de 25,5 cêntimos por acção, que foi pago já em 23 de Abril, no montante total de 29.481.173 euros.

- Na Assembleia Geral da Portucel, realizada em 6 de Março de 2008, foi deliberada a distribuição de um dividendo de 10,5 cêntimos por acção, que foi pago em 6 de Abril, no montante total de 80.585.500 euros.
- A Secil aprovou a distribuição de um dividendo de 84 cêntimos por acção, que foi pago em 16 de Abril, no montante total de 42.019.690 euros.
- Na Assembleia Geral da ETSA, realizada em 6 de Abril de 2009, foi deliberada a distribuição de um dividendo no montante total de 2,1 milhões de euros,

8.6 Resultado Líquido do 1º Semestre de 2009

O Resultado Líquido Consolidado da Semapa do 1º semestre de 2009, antes de interesses minoritários foi de 38,4 milhões de euros, dos quais são atribuíveis aos accionistas da Semapa 25,8 milhões de euros.

9 Perspectivas para o 2º Semestre de 2009

Apesar dos indicadores económicos mais recentes evidenciarem alguns sinais de recuperação e de aumento dos índices de confiança, permanecem diversos factores de incerteza que poderão travar a recuperação económica a nível mundial. Subsistem inúmeros riscos e dúvidas sobre a sustentabilidade da retoma económica, designadamente a persistência de alguns desequilíbrios macroeconómicos fundamentais, a sustentabilidade orçamental na sequência das políticas encetadas pelos diversos governos com vista a promover o estímulo económico, a deterioração do mercado de trabalho e consequente pressão sobre o consumo privado, a fragilidade do mercado imobiliário e o aumento do crédito mal parado no sistema bancário.

As perspectivas para o desempenho do Grupo Semapa no 2º semestre de 2009 estão, em grande medida, dependentes da evolução da actividade das suas áreas de negócio. Assim:

GRUPO PORTUCEL

A segunda metade do ano de 2009 constituirá certamente um período de grandes desafios para o sector da pasta e papel e, em particular, para o Grupo Portucel.

A procura dos produtos de pasta e papel continua ainda em níveis fracos, apesar de existirem mercados onde a procura regista algum crescimento.

O Grupo desenvolveu vantagens competitivas alicerçadas num conjunto de factores que constituem os pilares do seu sucesso e que passam pela utilização de matérias-primas de elevada qualidade, pela constituição de uma base de activos industriais de grande eficiência e dimensão, aliada a uma estratégia bem sucedida de integração vertical, assim como por uma política orientada para o cliente, promovendo a inovação, a qualidade, o *branding*, o serviço e a diferenciação dos seus produtos.

São estes factores, potenciados pela elevada qualidade e motivação dos seus colaboradores, conjuntamente com o esforço desenvolvido junto dos consumidores, no sentido de alargar o leque de países onde vende os seus produtos e reforçar as posições em mercados onde a sua presença é ainda susceptível de ser alargada, que têm permitido ao Grupo operar em níveis de capacidade de 100%, muito acima dos níveis praticados pelos seus concorrentes.

O Grupo é considerado o produtor de UWF mais eficiente da Europa. O arranque da Nova Fábrica de Papel de Setúbal, previsto para Agosto, irá reforçar ainda mais a posição competitiva do Grupo e colocá-lo numa posição de claro destaque entre os produtores Europeus de UWF.

Os investimentos na área da energia constituem também uma forte aposta num crescimento sustentável e irão permitir ao Grupo produzir cerca de 5% de toda a energia eléctrica produzida em Portugal, obtida na sua grande maioria a partir de recursos renováveis – biomassa florestal e subprodutos de exploração, reforçando assim a sua posição como maior produtor em Portugal de “energia verde” a partir de biomassa.

Relativamente a possibilidades de expansão internacional, o Grupo continua a analisar diversas alternativas, designadamente na América Latina e em África, regiões onde as aptidões naturais proporcionam elevados níveis de produtividade florestal.

As oportunidades de desenvolvimento que se encontram em análise implicam investimentos muito exigentes, quer do ponto de vista financeiro quer técnico, pelo que se torna fundamental reunir um conjunto de condições que permitam garantir a sua exequibilidade. É neste âmbito que o Grupo tem

vindo a realizar diversos estudos e reuniões de trabalho com os responsáveis dos países de acolhimento dos eventuais projectos de investimento, tendo em vista o aprofundamento das condições essenciais à sua eventual concretização.

Qualquer decisão neste domínio obedecerá sempre à imprescindível necessidade de preservar a robustez financeira do Grupo, que se tem mostrado uma condição importante para ultrapassar os tempos tão adversos que têm afectado a actividade económica mundial.

GRUPO SECIL

O actual contexto de crise económica mundial mantém-se desfavorável ao desenvolvimento positivo das actividades principais da Secil, em particular em Portugal e, em menor grau, na Tunísia.

Nestes termos, caso a situação da crise internacional não se agrave significativamente, perspectiva-se um ano com um desempenho global positivo embora abaixo do obtido no ano anterior.

GRUPO ETSA

O Grupo ETSA irá desenvolver a sua actividade num quadro de desenvolvimento sustentado dos negócios das suas participadas.

A procura de produtos do Grupo ETSA (gorduras animais, farinhas e produtos congelados para *petfood*) não deixará de reflectir o abrandamento da actividade económica e a diminuição dos níveis de consumo.

Lisboa, 24 de Agosto de 2009

O Conselho de Administração

Pedro Mendonça de Queiroz Pereira
Presidente

Maria Maude Mendonça de Queiroz Pereira Lagos
Vogal

José Alfredo de Almeida Honório
Vogal

Francisco José de Melo e Castro Guedes
Vogal

Carlos Maria Cunha Horta e Costa
Vogal

José Miguel Pereira Gens Paredes
Vogal

Paulo Miguel Garcês Ventura
Vogal

Rita Maria Lagos do Amaral Cabral
Vogal

António da Nóbrega de Sousa da Câmara
Vogal

António Paiva de Andrada Reis
Vogal

Joaquim Martins Ferreira do Amaral
Vogal

DECLARAÇÃO
A QUE SE REFERE A ALÍNEA C) DO Nº 1 DO ARTIGO 246º
DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

Dispõe a alínea c) do nº 1 do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários que cada uma das pessoas responsáveis dos emitentes deve fazer um conjunto de declarações aí previstas. No caso da Semapa foi adoptada uma declaração uniforme, com o seguinte teor:

Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 246.º do Código dos Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, as demonstrações financeiras condensadas da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A., relativas ao primeiro semestre de 2009, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão intercalar expõe fielmente as informações exigidas pelo nº 2 do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários.

Nos termos da referida disposição legal, faz-se a indicação nominativa das pessoas subscritoras e das suas funções:

Nome	Funções
Pedro Mendonça de Queiroz Pereira	Presidente do Conselho de Administração
Maria Maude Mendonça de Queiroz Pereira Lagos	Vogal do Conselho de Administração
José Alfredo de Almeida Honório	Vogal do Conselho de Administração
Francisco José Melo e Castro Guedes	Vogal do Conselho de Administração
Carlos Maria Cunha Horta e Costa	Vogal do Conselho de Administração
José Miguel Pereira Gens Paredes	Vogal do Conselho de Administração
Paulo Miguel Garcês Ventura	Vogal do Conselho de Administração
Rita Maria Lagos do Amaral Cabral	Vogal do Conselho de Administração
António da Nóbrega de Sousa da Câmara	Vogal do Conselho de Administração
António Paiva de Andrada Reis	Vogal do Conselho de Administração
Joaquim Martins Ferreira do Amaral	Vogal do Conselho de Administração
Duarte Nuno d'Orey da Cunha	Presidente do Conselho Fiscal
Miguel Camargo de Sousa Eiró	Vogal do Conselho Fiscal
Gonçalo Nuno Palha Picão Caldeira	Vogal do Conselho Fiscal

INFORMAÇÕES A QUE SE REFEREM AS ALÍNEAS A) E C) DO N.º 1 DO ARTIGO 9.º E Nº 7
DO ARTIGO 14º DO REGULAMENTO DA CMVM N.º 5/2008

1. Valores mobiliários emitidos pela sociedade e por sociedades em relação de domínio ou de grupo detidos pelos titulares dos órgãos sociais no final do primeiro semestre:

- José Alfredo de Almeida Honório - 20.000 acções da sociedade
- Duarte Nuno d'Orey da Cunha – 2.907 acções da sociedade
- Duarte Nuno d'Orey da Cunha – 16.000 acções da Portucel – Empresa Produtora de Pasta e Papel, S.A.
- António Paiva de Andrada Reis – 4.400 acções da Portucel – Empresa Produtora de Pasta e Papel, S.A.

2. Durante o primeiro semestre não foram efectuadas aquisições, onerações ou transmissões de valores mobiliários da sociedade e de sociedades em relação de domínio ou de grupo pelos titulares dos órgãos sociais.

3. Lista dos titulares de participações qualificadas, com indicação do número de acções detidas e percentagem de direitos de voto correspondente, calculada nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários:

Entidade	Nº acções	% capital e direitos de voto	% dir. de voto não suspensos
A - Cimigest, SGPS, SA	1.097.966	0,93%	0,97%
Cimo - Gestão de Participações, SGPS, S.A.	14.106.675	11,92%	12,50%
Longapar, SGPS, S.A.	20.769.300	17,55%	18,40%
Sonaca, SGPS, S.A.	1.630.590	1,38%	1,44%
OEM - Organização de Empresas, SGPS, S.A.	515.000	0,44%	0,46%
Sociedade Agrícola da Quinta da Vialonga, S.A.	625.199	0,53%	0,55%
Administradores da Soc. Agrícola da Q.ta da Vialonga:			
Duarte Nuno d'Orey da Cunha	2.907	0,00%	0,00%
Maude da Conceição Santos M. de Queiroz Pereira	145.685	0,12%	0,13%
Sodim, SGPS, S.A.	18.842.424	15,92%	16,69%
Soma:	57.735.746	48,791%	51,15%

Entidade	Nº acções	% capital e direitos de voto	% dir. de voto não suspensos
B - Banco BPI, S.A.	-	-	-
Banco Português de Investimento, S.A. – carteira própria	3.294	0,00%	0,00%
BPI Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	405.804	0,34%	0,36%
Fundos de Pensões geridos pela BPI Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	10.362.388	8,76%	9,18%
Fundos de Investimento geridos pela BPI Fundos – Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.	1.237.518	1,05%	1,10%
Soma:	12.009.004	10,15%	10,64%
C - Banco Espírito Santo, S.A.	-	-	-
Fundo de Pensões do BES	6.058.823	5,12%	5,37%
Soma:	6.058.823	5,12%	5,37%
D - Credit Suisse Group	-	-	-
Credit Suisse	3.000	0,00%	0,00%
Credit Suisse International	17.914	0,02%	0,02%
Credit Suisse Securities (Europe) Ltd	5.430.411	4,59%	4,81%
Credit Suisse (por conta de clientes, não detendo o Credit Suisse Group os direitos de voto)	10.000	0,01%	0,01%
Soma:	5.461.325	4,62%	4,84%
E - Bestinver Gestión, SA, SGIIC	-	-	-
Bestinver Bolsa, F.I.	3.892.368	3,29%	3,45%
Bestifond, F.I.	2.384.394	2,01%	2,11%
Bestinver Mixto, F.I.	696.737	0,59%	0,62%
Soixa SICAV	453.626	0,38%	0,40%
Bestinver Bestvalue SICAV	414.359	0,35%	0,37%
Bestinver Global, FP	407.007	0,34%	0,36%
Bestinver Ahorro, F.P.	343.616	0,29%	0,30%
Texrenta Inversiones SICAV	127.855	0,11%	0,11%
Loupri Inversiones	34.058	0,03%	0,03%
Divalsa de Inversiones SICAV, SA	22.064	0,02%	0,02%
Acciones, Cup. y Obli. Segovianas	16.740	0,01%	0,01%
Linker Inversiones, SICAV, SA	12.442	0,01%	0,01%
Bestinver Empleo FP	12.059	0,01%	0,01%
Jorick Investment	5.897	0,00%	0,01%
Soma:	8.823.222	7,46%	7,82%

Semapa é detentora de 2.720.000 acções próprias, e a sociedade Seminv - Investimentos, SGPS, S.A., integralmente dominada pela Semapa, detém 2.727.975 acções da Semapa, havendo assim um total de 5.447.975 acções, correspondentes as 4,6% do capital, sujeitas ao regime de acções próprias

4. Transacções de acções da sociedade efectuadas pelos dirigentes e pessoas estreitamente relacionadas durante o primeiro semestre:

- OEM – Organização de Empresas, SGOPS, S.A., adquiriu em bolsa 15.000 acções no dia 23 de Abril pelos seguintes preços:
 - (i) 1.000 acções pelo preço unitário de € 6,287;
 - (ii) 1.000 acções pelo preço unitário de € 6,30;
 - (iii) 500 acções pelo preço unitário de € 6,315;
 - (iv) 2.881 acções pelo preço unitário de € 6,319;
 - (v) 7.755 acções pelo preço unitário de € 6,32, e
 - (vi) 1.864 acções pelo preço unitário de € 6,325.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS INTERCALARES

1º SEMESTRE DE 2009

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

EM 30 DE JUNHO DE 2009 E 2008

Valores em Euros	Notas	1ºS 2009	1ºS 2008	2ºT 2009	2ºT 2008
Réditos					
Vendas	4	683.552.645	733.351.499	350.815.490	366.796.701
Prestação de Serviços	4	16.528.727	12.785.653	6.892.818	6.348.161
Outros proveitos					
Ganhos na alienação de activos não correntes	5	3.689.207	6.613.155	590.564	6.529.684
Outros ganhos operacionais	5	22.805.100	25.100.038	8.862.551	19.044.929
Variações de Justo valor nos activos biológicos	18	814.493	1.176.064	(47.258)	869.464
Gastos e perdas					
Inventários consumidos e vendidos	6	(288.860.203)	(288.023.513)	(145.379.924)	(143.585.056)
Varição da produção	6	(23.206.602)	(1.844.669)	(18.994.823)	(5.104.877)
Materiais e serviços consumidos	6	(188.372.515)	(188.407.500)	(96.496.322)	(95.168.923)
Gastos com o pessoal	6	(80.183.751)	(90.568.393)	(40.357.349)	(45.019.086)
Outros gastos e perdas	6	(15.812.345)	(25.040.522)	(7.914.019)	(20.316.327)
Provisões líquidas	6	9.585.970	22.756	7.779.893	297.395
Depreciações, amortizações e perdas por imparidade	8	(68.630.173)	(65.636.726)	(35.217.740)	(38.672.677)
Resultados operacionais		71.910.553	119.527.842	30.533.881	52.019.388
Apropriação de resultados em empresas associadas	9	391.638	413.824	394.932	415.418
Resultados financeiros líquidos	10	(22.276.257)	(28.058.805)	(7.362.522)	(11.925.347)
Resultados antes de impostos		50.025.934	91.882.861	23.566.291	40.509.459
Imposto sobre o rendimento	11	(11.648.159)	(18.428.738)	(4.583.927)	(387.692)
Lucros retidos do período		38.377.775	73.454.123	18.982.364	40.121.767
Lucros retidos do período					
Atribuível aos accionistas da Semapa		25.819.318	55.746.096	13.065.252	31.389.279
Atribuível a interesses não controlados	13	12.558.457	17.708.027	5.917.112	8.732.488
Resultados por acção					
Resultados básicos por acção, Eur	12	0,229	0,494	0,116	0,278
Resultados diluídos por acção, Eur	12	0,229	0,494	0,116	0,278

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 30 DE JUNHO DE 2009 E 31 DE DEZEMBRO DE 2008

Valores em Euros	Nota	30-06-2009	31-12-2008
ACTIVO			
Activos não correntes			
Goodwill	15	321.353.441	330.370.980
Outros activos intangíveis	16	171.858.989	176.504.902
Terrenos, edifícios e equipamentos	17	1.978.922.135	1.775.576.228
Propriedades de investimento		165.197	169.276
Activos biológicos	18	123.641.543	122.827.050
Investimentos em associadas	19	2.219.915	1.828.322
Activos financeiros ao JV através de resultados	20	13.147.676	13.400.586
Activos disponíveis para venda	21	990.568	877.174
Activos por impostos diferidos	28	26.830.315	31.775.603
Outros activos não correntes		2.024.775	1.365.582
		2.641.154.554	2.454.695.703
Activos correntes			
Existências	23	239.786.831	288.970.191
Valores a receber correntes	24	247.889.829	276.176.825
Estado	25	53.558.257	55.462.868
Caixa e seus equivalentes	31	136.328.227	205.172.630
		677.563.144	825.782.514
Activo total		3.318.717.698	3.280.478.217
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital e reservas			
Capital social	26	118.332.445	118.332.445
Acções próprias	26	(47.164.986)	(47.164.986)
Prémios de emissão de acções		3.923.459	3.923.459
Reservas de conversão cambial	27	(17.292.847)	(14.005.971)
Reservas de justo valor	27	1.312.336	3.580.893
Outras Reservas	27	711.616.512	649.750.205
Lucros retidos	27	18.302.002	574.051
Lucros retidos do período		25.819.318	106.347.480
Capital Próprio atribuível ao Grupo		814.848.239	821.337.576
Interesses não controlados	13	290.954.706	302.940.493
Total do Capital Próprio		1.105.802.945	1.124.278.069
Passivos não correntes			
Passivos por impostos diferidos	28	271.899.406	278.308.207
Pensões e outros benefícios pós-emprego	29	127.553.251	125.142.849
Provisões	30	44.094.800	54.865.795
Passivos remunerados	31	926.516.041	1.227.116.283
Outros passivos	1.2	17.458.402	18.834.060
		1.387.521.900	1.704.267.194
Passivos correntes			
Passivos remunerados	31	404.015.322	64.032.032
Valores a pagar correntes	32	354.928.624	326.778.240
Estado	25	66.448.907	61.122.682
		825.392.853	451.932.954
Passivo total		2.212.914.753	2.156.200.148
Capital Próprio e passivo total		3.318.717.698	3.280.478.217

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO

PERÍODO DE 6 MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2009 E 2008

Valores em Euros	1ºS 2009	1ºS 2008	2ºT 2009 <i>(Não Auditado)</i>	2ºT 2008 <i>(Não Auditado)</i>
Lucros retidos do período antes de interesses não controlados	38.377.775	73.454.123	18.982.364	40.121.767
Justo valor de instrumentos financeiros derivados	(4.168.838)	(469.207)	1.851.088	3.080.845
Justo valor de investimentos financeiros disponíveis para venda	-	(351.757)	-	(101.436)
Diferenças de conversão cambial	(4.000.109)	(4.330.749)	(5.005.500)	(1.664.299)
Ganhos e (Perdas) Actuariais	2.234.862	(4.369.102)	3.753.798	(944.195)
Impostos sobre os itens supra quando aplicável	1.294.166	1.854.091	(324.366)	5.727
Rendimento reconhecido directamente no capital próprio	(4.639.919)	(7.666.724)	275.019	376.642
Total dos rendimentos e gastos reconhecidos no período	33.737.856	65.787.399	19.257.383	40.498.409
Atribuível a:				
Accionistas da Semapa	22.699.775	50.838.355	14.490.818	32.478.288
Interesses não controlados	11.038.081	14.949.044	4.766.565	8.020.121
	33.737.856	65.787.399	19.257.383	40.498.409

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS DE 1 DE JANEIRO DE 2008 A 30 DE JUNHO DE 2009

	Capital Social	Acções Próprias	Prêmios de emissão	Reservas de justo valor	Outras Reservas	Reservas de conversão cambial	Lucros retidos	Lucros retidos exercício	Total	Interesses não controlados	Total
Capital próprio em 1 de Janeiro de 2008	118.332.445	(47.164.986)	3.923.459	4.755.757	614.568.727	(14.378.266)	(56.162.674)	121.950.561	745.825.023	304.873.080	1.050.698.103
Transposição das DF's das participadas estrangeiras	-	-	-	-	-	(3.057.583)	-	-	(3.057.583)	(1.273.166)	(4.330.749)
Aplicação do resultado líquido do exercício 2007:											
- Transferência para reservas	-	-	-	-	35.181.478	-	-	(35.181.478)	-	-	-
- Transferência para lucros retidos	-	-	-	-	-	-	57.287.910	(57.287.910)	-	-	-
- Dividendos pagos	-	-	-	-	-	-	-	(29.481.173)	(29.481.173)	-	(29.481.173)
Aquisição de Acções Próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(845.717)	(845.717)
Alterações de perímetro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.481.469)	(12.481.469)
Dividendos pagos pelas subsidiárias aos minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.673.283)	(8.673.283)
Ganhos e perdas actuariais em CP's*	-	-	-	-	-	-	(1.252.022)	-	(1.252.022)	(1.387.321)	(2.639.343)
Justo valor de activos financeiros disponíveis para venda*	-	-	-	(351.757)	-	-	-	-	(351.757)	-	(351.757)
Reserva de Revalorização resultantes da aquisição de controlo*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	207.379	207.379
Justo valor de instrumentos financeiros*	-	-	-	(246.379)	-	-	-	-	(246.379)	(98.496)	(344.875)
Diferenças de aquisição a interesses não controlados	-	-	-	-	-	-	(3.483.988)	-	(3.483.988)	(250.964)	(3.734.952)
Dividendos distribuídos à subsidiária Seminv, SGPS, SA	-	-	-	-	-	-	695.634	-	695.634	-	695.634
Outros movimentos	-	-	-	-	-	-	(174.487)	-	(174.487)	(35.380)	(209.867)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	55.746.096	55.746.096	17.708.027	73.454.123
Capital próprio em 30 de Junho de 2008	118.332.445	(47.164.986)	3.923.459	4.157.621	649.750.205	(17.435.849)	(3.089.627)	55.746.096	764.219.364	297.742.690	1.061.962.054
Transposição das DF's das participadas estrangeiras	-	-	-	-	-	3.429.878	-	-	3.429.878	2.809.544	6.239.422
Aquisição de Acções Próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(174.648)	(174.648)
Alterações de perímetro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.760.737)	(9.760.737)
Dividendos pagos pelas subsidiárias aos minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(229.046)	(229.046)
Ganhos e perdas actuariais em CP's*	-	-	-	-	-	-	4.292.655	-	4.292.655	(429.160)	3.863.495
Justo valor de activos financeiros disponíveis para venda*	-	-	-	74.120	-	-	-	-	74.120	-	74.120
Reserva de Revalorização resultantes da aquisição de controlo*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.416	8.416
Justo valor de instrumentos financeiros*	-	-	-	(650.848)	-	-	-	-	(650.848)	(533.855)	(1.184.703)
Diferenças de aquisição a interesses não controlados	-	-	-	-	-	-	(676.001)	-	(676.001)	314.558	(361.443)
Outros movimentos	-	-	-	-	-	-	47.024	-	47.024	(137.191)	(90.167)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	50.601.384	50.601.384	13.329.922	63.931.306
Capital próprio em 31 de Dezembro de 2008	118.332.445	(47.164.986)	3.923.459	3.580.893	649.750.205	(14.005.971)	574.051	106.347.480	821.337.576	302.940.493	1.124.278.069
Transposição das DF's das participadas estrangeiras	-	-	-	-	-	(3.286.876)	-	-	(3.286.876)	(713.233)	(4.000.109)
Aplicação do resultado líquido do exercício 2008:											
- Transferência para reservas	-	-	-	-	61.866.307	-	-	(61.866.307)	-	-	-
- Transferência para lucros retidos	-	-	-	-	-	-	15.000.000	(15.000.000)	-	-	-
- Dividendos pagos	-	-	-	-	-	-	-	(29.481.173)	(29.481.173)	-	(29.481.173)
Alterações de perímetro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.711.456	1.711.456
Dividendos pagos pelas subsidiárias aos minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(21.576.475)	(21.576.475)
Ganhos e perdas actuariais em CP's*	-	-	-	-	-	-	2.435.890	-	2.435.890	(11.603)	2.424.287
Justo valor de instrumentos financeiros*	-	-	-	(2.268.557)	-	-	-	-	(2.268.557)	(795.539)	(3.064.096)
Diferenças de aquisição a interesses não controlados	-	-	-	-	-	-	(403.354)	-	(403.354)	(3.222.604)	(3.625.958)
Dividendos distribuídos à subsidiária Seminv, SGPS, SA	-	-	-	-	-	-	695.634	-	695.634	-	695.634
Outros movimentos	-	-	-	-	-	-	(219)	-	(219)	63.754	63.535
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	25.819.318	25.819.318	12.558.457	38.377.775
Capital próprio em 30 de Junho de 2009	118.332.445	(47.164.986)	3.923.459	1.312.336	711.616.512	(17.292.847)	18.302.002	25.819.318	814.848.239	290.954.706	1.105.802.945

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E 2008

Valores em Euros	Notas	1ºS 2009	1ºS 2008	2ºT 2009	2ºT 2008
ACTIVIDADES OPERACIONAIS					
Recebimentos de clientes		752.708.851	799.637.828	390.579.131	376.116.174
Pagamentos a fornecedores		(595.565.637)	(638.349.604)	(280.423.446)	(338.314.562)
Pagamentos ao pessoal		(60.654.939)	(71.959.440)	(34.854.275)	(41.072.464)
Fluxos gerados pelas operações		<u>96.488.275</u>	<u>89.328.784</u>	<u>75.301.410</u>	<u>(3.270.852)</u>
(Pagamentos)/recebimentos do imposto sobre o rendimento		(4.546.839)	(21.268.565)	(1.666.117)	(19.024.723)
Outros (pagamentos)/recebimentos da actividade operacional		<u>22.552.622</u>	<u>18.666.560</u>	<u>16.306.651</u>	<u>22.622.296</u>
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u>114.494.058</u>	<u>86.726.779</u>	<u>89.941.944</u>	<u>326.721</u>
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Recebimentos provenientes de:					
Investimentos financeiros		26.912.505	757.179	8.390.171	757.179
Imobilizações corpóreas		41.051	127.706	15.439	96.602
Imobilizações incorpóreas		5.522.900	-	-	-
Subsídios de investimento		6.009.539	12.888.916	5.813.757	-
Juros e proveitos similares		7.500.115	9.281.887	2.617.659	525.294
Dividendos		560.946	34.440	553.216	34.440
		<u>46.547.056</u>	<u>23.090.128</u>	<u>17.390.242</u>	<u>1.413.515</u>
Pagamentos respeitantes a:					
Investimentos financeiros		(5.224.026)	(4.600.485)	(4.546.917)	(1.417.305)
Saldo de caixa e equivalentes por variação de perímetro		-	144.803	-	144.803
Imobilizações corpóreas		(187.149.396)	(96.086.573)	(94.568.273)	(29.850.243)
		<u>(192.373.422)</u>	<u>(100.542.255)</u>	<u>(99.115.190)</u>	<u>(31.122.745)</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>(145.826.366)</u>	<u>(77.452.127)</u>	<u>(81.724.948)</u>	<u>(29.709.230)</u>
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Recebimentos provenientes de:					
Empréstimos obtidos		533.102.997	415.475.712	216.931.609	257.617.074
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão		-	48.956	-	48.956
		<u>533.102.997</u>	<u>415.524.668</u>	<u>216.931.609</u>	<u>257.666.030</u>
Pagamentos respeitantes a:					
Empréstimos obtidos		(484.414.149)	(431.382.336)	(184.690.092)	(213.613.752)
Amortização de contratos de locação financeira		(39.822)	(199.498)	251.188	(134.827)
Juros e custos similares		(34.239.618)	(37.993.238)	(21.138.607)	(24.013.868)
Dividendos		(49.011.818)	(37.821.848)	(48.869.839)	(37.671.908)
Aquisição de acções próprias		(2.356.650)	(13.748.395)	(17)	(13.748.395)
		<u>(570.062.057)</u>	<u>(521.145.315)</u>	<u>(254.447.367)</u>	<u>(289.182.750)</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>(36.959.060)</u>	<u>(105.620.647)</u>	<u>(37.515.758)</u>	<u>(31.516.720)</u>
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (1)+(2)+(3)		(68.291.368)	(96.345.995)	(29.298.762)	(60.899.229)
EFEITO DAS DIFERENÇAS DE CÂMBIO		(553.035)	(875.430)	(1.001.182)	(285.447)
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO		205.172.630	438.742.899	166.628.171	402.635.666
ALTERAÇÃO DO MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO		-	-	-	70.484
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	31	<u>136.328.227</u>	<u>341.521.474</u>	<u>136.328.227</u>	<u>341.521.474</u>

ÍNDICE DAS NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1.	Resumo das principais políticas contabilísticas	8	9.	Apropriação de resultados em empresas associadas	25
1.1	Bases de preparação	8	10.	Resultados financeiros Líquidos	26
1.2	Comparabilidade	8	11.	Imposto sobre o rendimento	26
1.3	Bases de Consolidação	8	12.	Resultados por acção	27
1.3.1	Subsidiárias	8	13.	Interesses não controlados	27
1.3.2	Associadas	9	14.	Aplicação do resultado do exercício anterior	27
1.3.3	Empreendimentos conjuntos	9	15.	Goodwill	27
1.4	Relato por segmentos	9	16.	Outros activos intangíveis	29
1.5	Conversão cambial	10	17.	Terrenos, edifícios e outros equipamentos	30
1.5.1	Moeda Funcional e de Relato	10	18.	Activos biológicos	31
1.5.2	Saldos e transacções expressos em moedas estrangeiras	10	19.	Investimentos em associadas	31
1.5.3	Empresas do Grupo	10	20.	Activos financeiros ao justo valor através de resultados	31
1.6	Activos intangíveis	10	21.	Activos disponíveis para venda	31
1.6.1	Direitos de emissão de CO2	10	22.	Imparidades em activos não correntes e correntes	31
1.6.2	Marcas	10	23.	Existências	32
1.7	Goodwill	11	24.	Valores a receber correntes	32
1.8	Terrenos, Edifícios e Equipamentos	11	25.	Estado	32
1.9	Propriedades de investimento	11	26.	Capital social e acções próprias	32
1.10	Imparidade de activos não correntes	11	27.	Reservas e Lucros retidos	33
1.11	Activos biológicos	12	28.	Impostos diferidos	35
1.12	Investimentos financeiros	12	29.	Pensões e outros benefícios pós-emprego	36
1.13	Instrumentos financeiros derivados	13	30.	Provisões	39
1.14	Imposto sobre o rendimento	13	31.	Passivos remunerados	39
1.15	Existências	13	32.	Valores a pagar correntes	40
1.16	Valores a receber correntes	14	33.	Activos e Passivos Financeiros	41
1.17	Caixa e seus equivalentes	14	34.	Saldos e transacções com partes relacionadas	42
1.18	Capital Social e Acções Próprias	14	35.	Alterações no perímetro de consolidação	42
1.19	Passivos remunerados	14	36.	Dispêndios em matérias ambientais	42
1.20	Encargos financeiros com empréstimos	14	37.	Custos suportados com auditoria e revisão legal de contas	43
1.21	Provisões	15	38.	Número de pessoal	43
1.22	Pensões e outros benefícios pós-emprego	15	39.	Compromissos	43
1.22.1	Planos de pensões de benefícios definidos	15	40.	Outros compromissos assumidos pelas empresas do Grupo	44
1.22.2	Outros benefícios pós emprego	15	41.	Activos contingentes	45
1.22.3	Férias e subsídio de férias e prémios	16	42.	Cotações utilizadas	46
1.23	Valores a pagar correntes	16	43.	Empresas incluídas na consolidação	47
1.24	Subsídios	16			
1.25	Locações	16			
	Locações incluídas em contratos conforme IFRIC 4	16			
1.26	Distribuição de dividendos	16			
1.27	Rédito e especialização dos exercícios	16			
1.28	Activos e passivos contingentes	17			
1.29	Eventos subsequentes	17			
1.30	Novas normas, alterações e interpretações a normas existentes	17			
2.	Gestão do Risco	18			
2.1	Factores do risco financeiro	18			
2.1.1	Risco cambial	18			
2.1.2	Risco de taxa de juro	18			
2.1.3	Risco de crédito	20			
2.1.4	Risco de liquidez	20			
2.1.5	Risco de licenças de emissão de carbono	21			
2.2	Factores de risco operacional	21			
2.2.1	Abastecimento de matérias-primas	21			
2.2.2	Preço de venda	21			
2.2.3	Procura dos produtos do Grupo	22			
2.2.4	Concorrência	22			
2.2.5	Legislação ambiental	22			
2.2.6	Custos energéticos	22			
2.2.7	Custos de contexto	23			
3.	Estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes	23			
3.1	Imparidade do Goodwill	23			
3.2	Imposto sobre o Rendimento	23			
3.3	Pressupostos actuariais	23			
3.4	Justo valor dos activos biológicos	23			
3.5	Reconhecimento de provisões e ajustamentos	23			
4.	Relato por segmentos	24			
5.	Outros proveitos	25			
6.	Gastos e perdas	25			
7.	Remuneração dos membros dos órgãos sociais	25			
8.	Depreciações, amortizações e perdas por imparidade	25			

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS INTERCALARES

DO 1º SEMESTRE DE 2009

(Nas presentes notas, todos os montantes são apresentados em euros, salvo se indicado o contrário.)

O Grupo SEMAPA (Grupo) é constituído pela Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. (Semapa) e Subsidiárias. A Semapa foi constituída em 21 de Junho de 1991 e tem como objecto social a gestão de participações sociais noutras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

Sede Social: Av. Fontes Pereira de Melo, 14, Lx
Capital Social: Euros 118.332.445
N.I.P.C.: 502 593 130

A Semapa lidera um Grupo Empresarial com actividades em três ramos de negócio distintos: pasta e papel, cimentos e derivados e ambiente desenvolvidos, respectivamente, sob a égide da Portucel – Empresa Produtora de Pasta e Papel, S.A., da Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. e da ETSA – Empresa Transformadora de sub-Produtos Animais, SA..

Estas demonstrações financeiras consolidadas intercalares foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de Agosto de 2009.

Os responsáveis da Empresa, isto é, os membros do Conselho de Administração que assinam o presente relatório, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da posição financeira e dos resultados das empresas incluídas no perímetro de consolidação do Grupo.

1. Resumo das principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo.

1.1 Bases de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas intercalares para o período de 6 meses findo em 30 de Junho de 2009 foram preparadas de acordo com o previsto na Norma Internacional de Contabilidade nº 34 – Relato Financeiro Intercalar.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas pela União Europeia (IFRS – anteriormente designadas Normas Internacionais de Contabilidade – IAS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e Interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (SIC), em vigor à data da preparação das referidas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 43), e tomando por base o custo histórico, excepto para os instrumentos financeiros derivados e activos biológicos que se encontram registados ao justo valor (Notas 33 e 18).

A preparação das demonstrações financeiras exige a utilização de estimativas e julgamentos relevantes na aplicação das políticas contabilísticas do Grupo. As principais asserções que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou os pressupostos e estimativas mais significativas para a preparação das referidas demonstrações financeiras, estão divulgados na Nota 3.

1.2 Comparabilidade

No período em análise não ocorreu qualquer alteração de métodos de consolidação pelo que a comparabilidade não se encontra afectada por este efeito.

1.3 Bases de Consolidação

1.3.1 Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem o poder de decisão sobre as políticas financeiras e operacionais, geralmente representado por mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito dos direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se o Grupo detém o controlo sobre outra entidade.

O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondentes à participação de terceiros nas mesmas são apresentados nas rubricas de interesses não controlados, respectivamente, na Demonstração da Posição Financeira consolidada em linha própria no capital próprio e na Demonstração dos resultados consolidada. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na Nota 43.

É utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição de subsidiárias. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, dos instrumentos de capital emitidos e dos passivos incorridos, ou assumidos na data de aquisição,

adicionados dos custos directamente atribuíveis à aquisição.

Os activos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses não controlados. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do Grupo dos activos e passivos identificáveis adquiridos é registado como Goodwill que se encontra detalhado na nota 15.

As subsidiárias são consolidadas, pelo método integral, a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo, como é o caso do sub-Grupo Portucel.

Na aquisição de parcelas adicionais de capital em sociedades já controladas pelo Grupo, o diferencial apurado entre a percentagem de capitais adquiridos e o respectivo valor de aquisição é registado directamente em Capitais próprios na rubrica Lucros retidos (Nota 27).

Sempre que de um reforço de posição no capital social de uma empresa associada resulte a aquisição de controlo, passando esta a integrar as demonstrações financeiras consolidadas pelo método integral, a quota parte dos justos valores atribuídos aos activos e passivos, correspondente às percentagens anteriormente detidas, é registada numa rubrica de capital próprio, em Reservas de justo valor, sob a denominação de Reservas de revalorização resultantes da aquisição de controlo (Nota 27).

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida (Goodwill negativo), a diferença é reconhecida directamente na Demonstração dos Resultados na rubrica Outros proveitos operacionais.

As transacções internas, saldos, ganhos não realizados em transacções e dividendos distribuídos entre empresas do grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, excepto se a transacção revelar evidência de imparidade de um activo transferido.

As políticas contabilísticas das subsidiárias foram alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

1.3.2 Associadas

Associadas são todas as entidades sobre as quais o grupo exerce influência significativa mas não possui controlo, geralmente com investimentos representando entre 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em associadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas, e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como Goodwill e mantidas na rubrica Investimento em associadas. Se essas diferenças forem negativas são registadas como proveito do período na rubrica Apropriação de resultados em empresas associadas.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir também naquela rubrica. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objecto de reversão à excepção do Goodwill.

Quando a participação do Grupo nas perdas da associada iguala ou ultrapassa o seu investimento nestas sociedades, o Grupo deixa de reconhecer perdas adicionais, excepto se tiver incorrido em responsabilidades ou efectuado pagamentos em nome destas. Os ganhos não realizados em transacções com as associadas são eliminados na extensão da participação do Grupo nas mesmas. As perdas não realizadas são também eliminadas, excepto se a transacção revelar evidência de imparidade de um bem transferido.

As políticas contabilísticas de associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo. Os investimentos em associadas encontram-se detalhados na Nota 20.

1.3.3 Empreendimentos conjuntos

Uma entidade conjuntamente controlada é um empreendimento conjunto que envolve o estabelecimento de uma sociedade, de uma parceria ou de outra entidade em que o Grupo tenha um interesse.

As entidades conjuntamente controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação proporcional sendo os activos, passivos e rendimentos e gastos das entidades conjuntamente controladas reconhecidos linha a linha nas demonstrações financeiras consolidadas, como é o caso do sub-Grupo Secil.

1.4 Relato por segmentos

Segmento operacional é um grupo de activos e operações do Grupo que estão sujeitos a riscos e retornos diferentes dos de outros segmentos de negócio.

Foram identificados três segmentos operacionais: Pasta e Papel, Cimento e derivados e Ambiente.

Pasta e Papel

A Portucel – Empresa Produtora de Pasta e Papel, S.A. é a subsidiária, cuja participação maioritária foi adquirida em 2004, que lidera o Grupo Empresarial

conexo à produção e comercialização, em Portugal, na Alemanha, Espanha, França, Itália, Grã-Bretanha, Holanda, Áustria e Estados Unidos da América entre outros de menor relevância, de pastas celulósicas, papel e seus derivados ou afins, aquisição de madeiras, produção florestal e agrícola, corte das florestas da produção e comercialização de pasta e papel, actividades exercidas em Portugal essencialmente por si e pelas suas subsidiárias Soporcel – Sociedade Portuguesa de Papel, S.A. e Portucel Florestal, S.A., entre outras.

Cimento e derivados

A Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. é a sociedade que lidera o Grupo Empresarial dos cimentos e derivados e exerce a sua actividade em Portugal, Tunísia, Espanha, Angola, Holanda, França, Líbano e Cabo Verde, destacando-se a produção de cimento, através das suas subsidiárias, nas fábricas de Maceira, Pataias, Outão, Gabés (Tunísia), Lobito (Angola) e Beirute (Líbano) e a produção e comercialização de betão, inertes pré fabricados e exploração de pedreiras, através das suas subsidiárias, cujas participações se encontram, essencialmente, concentradas na Sub-Holding Secil Betões e Inertes, SGPS, S.A..

Ambiente

A ETSA – Empresa transformadora de Sub-Produtos Animais, SA é a sociedade que lidera o Grupo Empresarial do Ambiente e exerce a sua actividade em Portugal.

As políticas contabilísticas do relato por segmentos são as utilizadas consistentemente no Grupo. Todos os réditos intersegmentais são a preços de mercado e todos os réditos intersegmentais são eliminados na consolidação. A informação relativa aos segmentos identificados encontra-se apresentada na Nota 4.

1.5 Conversão cambial

1.5.1 Moeda Funcional e de Relato

Os elementos incluídos nas Demonstrações Financeiras de cada uma das entidades do Grupo são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As Demonstrações Financeiras consolidadas são apresentadas em Euros, sendo esta a moeda funcional e de relato do Grupo.

1.5.2 Saldos e transacções expressos em moedas estrangeiras

Todos os activos e passivos do Grupo expressos em moedas estrangeiras foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data de encerramento.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do

encerramento, foram registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados consolidados do exercício.

1.5.3 Empresas do Grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo que possuam uma moeda funcional diferente da sua moeda de relato são convertidas para a moeda de relato como segue:

- (i) Os activos e passivos são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data das Demonstrações Financeiras;

As diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como componente separada no Capital Próprio, na rubrica reservas de conversão cambial.

- (ii) Os rendimentos e os gastos de cada Demonstração de Resultados são convertidos pela taxa de câmbio média do período de reporte, a não ser que a taxa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas em vigor nas datas das transacções, sendo neste caso os rendimentos e os gastos convertidos pelas taxas de câmbio em vigor nas datas das transacções.

1.6 Activos intangíveis

Os activos intangíveis, com excepção dos direitos de emissão de CO₂, encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações e perdas por imparidade, pelo método das quotas constantes durante um período que varia entre 3 e 5 anos.

1.6.1 Direitos de emissão de CO₂

As Licenças de emissão de CO₂ atribuídas ao Grupo no âmbito do Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão de CO₂, a título gratuito, são registadas na rubrica Activos Intangíveis pelo valor de mercado na data de atribuição por contrapartida de um passivo, na rubrica Proveitos diferidos - Subsídios a reconhecer, de igual montante.

Pelas emissões de CO₂ efectuadas pelo Grupo é registado um custo operacional por contrapartida de um passivo e de proveito operacional em resultado do reconhecimento da quota parte do subsídio correspondente.

As vendas de direitos de emissão darão origem a um ganho ou perda apurada entre o valor de realização e o respectivo custo de aquisição, deduzido do correspondente subsídio do Estado, o qual é registado em Outros rendimentos e ganhos operacionais ou Outros gastos e perdas respectivamente.

1.6.2 Marcas

Sempre que numa concentração de actividades empresariais sejam identificadas marcas, o Grupo procede ao seu reconhecimento em separado nas demonstrações financeiras consolidadas como um

activo mensurado ao custo histórico, o qual corresponde ao justo valor na data da aquisição.

Na mensuração subsequente as marcas encontram-se reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo pelo seu custo deduzido de perdas por imparidade.

1.7 Goodwill

O Goodwill representa o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis das subsidiárias na data de aquisição.

O Goodwill não é amortizado e encontra-se sujeito a testes por imparidade, numa base mínima anual. As perdas por imparidade relativas a Goodwill não podem ser revertidas. Ganhos ou perdas decorrentes da venda de uma entidade incluem o valor do Goodwill correspondente.

1.8 Terrenos, Edifícios e Equipamentos

Os terrenos, edifícios e equipamentos adquiridos até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registados ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

No que respeita às sociedades CMP, Société des Ciments de Gabés (SCG), Portucel e Soporcel e ETSA, o custo das imobilizações corpóreas na data de aquisição destas sociedades foi determinado com base em avaliações efectuadas por entidades independentes.

Os activos fixos tangíveis adquiridos posteriormente à data de transição são apresentados ao custo de aquisição deduzido de depreciações e perdas por imparidade. O custo de aquisição inclui todos os dispêndios directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no custo de aquisição do bem ou reconhecidos como activos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o respectivo custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

As amortizações são calculadas sobre o custo de aquisição, sendo utilizado o método das quotas constantes, utilizando-se as taxas que melhor reflectem a sua vida útil estimada, como segue:

	Anos médios de vida útil
Terrenos de exploração	14
Edifícios e outras construções	12 – 30
Equipamentos:	
Equipamento básico	6 – 25

Equipamento de transporte	4 - 9
Ferramentas e utensílios	2 - 8
Equipamento administrativo	4 - 8
Taras e vasilhames	6
Outras imobilizações corpóreas	4 - 10

Os valores residuais dos activos e as respectivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário, na data do encerramento. Se a quantia escriturada é superior ao valor recuperável do activo, procede-se ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado mediante o registo de perdas por imparidade (Nota 1.10).

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações deduzido dos custos de transacção e a quantia escriturada do activo, e são reconhecidos na demonstração dos resultados, como outros proveitos ou outros custos operacionais.

1.9 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são valorizadas ao custo de aquisição líquido de amortizações e perdas por imparidade sendo que, para as adquiridas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), o custo de aquisição corresponde ao custo de aquisição histórico ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data.

1.10 Imparidade de activos não correntes

Os activos não correntes que não têm uma vida útil definida, não estão sujeitos a amortização, mas são objecto de testes de imparidade anuais. Os activos sujeitos a amortização são revistos quanto à imparidade sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do activo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um activo, deduzidos os gastos para venda, e o seu valor de uso.

Para realização de testes por imparidade, os activos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa a que pertence o activo), quando não seja possível fazê-lo individualmente, para cada activo.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram (com excepção das perdas por imparidade do Goodwill – ver Nota 1.7).

A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como Outros proveitos operacionais, a não ser que o activo tenha sido reavaliado, situação em que a reversão corresponderá a um acréscimo da reavaliação. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registada em períodos anteriores.

1.11 Activos biológicos

Os activos biológicos são mensurados ao justo valor, deduzido dos custos estimados de venda no momento da colheita. Os activos biológicos do Grupo correspondem às florestas detidas para produção de madeira.

Na determinação do justo valor das florestas foi utilizado o método do valor presente de fluxos de caixa descontados, os quais foram apurados através de um modelo desenvolvido internamente, no qual foram considerados pressupostos correspondentes à natureza dos activos em avaliação, nomeadamente, a produtividade das florestas, o preço de venda da madeira deduzido do custo de corte, recheia e transporte, os custos de plantação e manutenção e a taxa de desconto.

A taxa de desconto utilizada corresponde a uma taxa de mercado, determinada tendo em consideração a rentabilidade que o Grupo espera obter dos activos florestais e o risco associado aos mesmos.

As alterações ao justo valor resultantes de alterações de estimativas de crescimento, período de corte, preço, custo e outras premissas são reconhecidas em Variações de justo valor dos activos biológicos na demonstração dos resultados.

No momento do corte, a madeira é valorizada pelo justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda.

1.12 Investimentos financeiros

O Grupo classifica os seus investimentos nas seguintes categorias: activos financeiros ao justo valor através de resultados, empréstimos concedidos e contas a receber, investimentos detidos até à maturidade e activos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende do objectivo de aquisição do investimento. A classificação é determinada no momento de reconhecimento inicial dos investimentos e sendo essa classificação reavaliada em cada data de relato.

Todas as aquisições e alienações destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, sendo o justo valor equivalente ao preço pago, incluindo despesas de transacção. A mensuração subsequente depende da categoria em que o investimento se insere, como segue:

Empréstimos concedidos e contas a receber

Os empréstimos concedidos e contas a receber são activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados num mercado activo. São originados quando o Grupo fornece dinheiro, bens ou serviços directamente a um devedor, sem intenção de negociar a dívida.

São incluídos nos activos correntes, excepto quanto a maturidades superiores a 12 meses após a data do encerramento, sendo nesse caso classificados como activos não correntes.

Os empréstimos concedidos e contas a receber são incluídos na Demonstração da Posição Financeira Consolidada em Valores a receber correntes.

Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Um activo financeiro é classificado nesta categoria se adquirido principalmente com o objectivo de venda a curto prazo ou se assim designado pelos gestores. Os activos desta categoria são classificados como correntes se forem detidos para negociação ou sejam realizáveis no período até 12 meses da data de encerramento. Estes investimentos são mensurados ao justo valor através da demonstração de resultados.

Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que o Grupo tem intenção e capacidade para manter até à maturidade. Esta categoria de investimento está registada ao custo amortizado pelo método da taxa de juro efectiva.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que são designados nesta categoria ou que não são classificados em nenhuma das outras categorias. São incluídos em activos não correntes, excepto se os gestores entenderem alienar o investimento num prazo até 12 meses após a data do encerramento (Nota 21). Estes investimentos financeiros são contabilizados ao valor de mercado, entendido como o respectivo valor de cotação à data de encerramento.

Se não existir mercado activo, o Grupo determina o justo valor através da aplicação de técnicas de avaliação, que incluem o uso de transacções comerciais recentes, a referência a outros instrumentos com características semelhantes, a análise de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções modificados para incorporar as características específicas do emitente.

As mais e menos valias potenciais resultantes são registadas directamente na reserva de justo valor até que o investimento financeiro seja vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, momento em que o ganho ou perda acumulado, anteriormente reconhecido na reserva de justo valor é incluído no resultado líquido do período. (Nota 27)

Caso não exista um valor de mercado ou não o seja possível determinar, os investimentos em causa são mantidos ao custo de aquisição. São reconhecidas perdas por imparidade para a redução de valor nos casos que se justifiquem.

O Grupo avalia, em cada data de encerramento, se há uma evidência objectiva de que um activo financeiro ou um grupo de activos financeiros sofreram uma perda por imparidade. Se existir uma diminuição no justo valor por um período prolongado dos activos disponíveis para venda, a perda cumulativa – calculada pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor corrente, menos qualquer perda por imparidade nesse activo financeiro que já foi reconhecida em resultados – é anulada através do capital próprio e reconhecida no resultado do período.

Uma perda por imparidade reconhecida relativamente a activos financeiros disponíveis para venda é revertida se a perda tiver sido causada por eventos externos específicos de natureza excepcional que não se espera que se repitam mas que acontecimentos externos posteriores tenham feito reverter, sendo que nestas circunstâncias a reversão não afecta a demonstração de resultados, registando-se a subsequente flutuação positiva do activo na reserva de justo valor.

1.13 Instrumentos financeiros derivados

O Grupo utiliza derivados com o objectivo de gerir os riscos financeiros a que se encontra sujeito. Sempre que as expectativas de evolução de taxas de juro e de câmbio o justifiquem, o Grupo procura contratar operações de protecção contra movimentos adversos, através de instrumentos derivados, tais como interest rate swaps (IRS), caps e floors, forwards, etc. Na selecção de instrumentos financeiros derivados são essencialmente valorizados os aspectos económicos dos mesmos. Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor.

Na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor são inicialmente registadas por contrapartida de capitais próprios e posteriormente reclassificadas para a rubrica Ganhos/Perdas em instrumentos financeiros em Resultados financeiros líquidos na data da sua liquidação.

Desta forma e em termos líquidos, os custos associados aos financiamentos cobertos são periodificados à taxa inerente à operação de cobertura contratada. Os ganhos ou perdas decorrentes de rescisão antecipada deste tipo de instrumento são reconhecidos em resultados aquando da sua ocorrência.

Apesar de os derivados contratados pelo Grupo corresponderem a instrumentos eficazes na cobertura económica de riscos, nem todos qualificam como instrumentos de cobertura contabilística de acordo com as regras e requisitos do IAS 39. Os instrumentos que não qualifiquem como instrumentos de cobertura contabilística são registados pelo seu justo valor e as variações no mesmo são reconhecidas em Comissões e perdas em instrumentos financeiros (Nota 10).

Sempre que possível, o justo valor dos derivados é estimado com base em instrumentos cotados. Na ausência de preços de mercado, o justo valor dos derivados é estimado através do método de fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções, de acordo com pressupostos geralmente utilizados no mercado. O justo valor dos instrumentos financeiros derivados encontra-se incluído, essencialmente nas rubricas de Valores a receber correntes e de Valores a pagar correntes.

Adicionalmente o Grupo contratou instrumentos financeiros derivados relativos a parte da carteira detida de licenças de emissão de gases com efeitos de estufa.

1.14 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento inclui imposto corrente e imposto diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é determinado com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal vigente à data de encerramento.

O imposto diferido é calculado com base na responsabilidade existente sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a respectiva base de tributação. Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa fiscal que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporárias serão revertidas.

São reconhecidos impostos diferidos activos sempre que exista razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos activos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

1.15 Existências

As existências encontram-se valorizadas de acordo com os seguintes critérios:

i) Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

ii) Produtos acabados e produtos e trabalhos em curso

Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, tomando por base o nível normal de produção) e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de acabamento e de comercialização. As diferenças entre o custo e o valor realizável líquido, se inferior, são registadas em Inventários consumidos e vendidos.

1.16 Valores a receber correntes

Os saldos de clientes e outros valores a receber correntes são contabilizados pelo valor nominal deduzido de perdas por imparidade, necessárias para os colocar ao seu valor realizável líquido esperado (Nota 24).

As perdas por imparidade são registadas quando existe uma evidência objectiva de que o Grupo não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das contas a receber.

1.17 Caixa e seus equivalentes

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com maturidade inicial até 3 meses, que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor. Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa esta rubrica inclui também os descobertos bancários, os quais são apresentados no passivo corrente, na rubrica Passivos remunerados.

1.18 Capital Social e Acções Próprias

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio (Nota 26).

Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou outros instrumentos de capital próprio são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante da emissão.

Os custos directamente imputáveis à emissão de novas acções ou opções, para a aquisição de um negócio são incluídos no custo de aquisição, como parte do valor da compra.

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição, como uma redução do capital próprio, na rubrica Acções próprias sendo os ganhos ou perdas inerentes à sua alienação registados em Outras reservas. Em conformidade com a legislação comercial aplicável, enquanto as acções próprias se mantiverem na posse da sociedade, é tornada indisponível uma reserva de montante igual ao seu custo de aquisição.

Quando alguma empresa do Grupo adquire acções da empresa-mãe (acções próprias) o pagamento, que inclui os custos incrementais directamente atribuíveis, é deduzido ao capital próprio atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe até que as acções sejam canceladas, reemitidas ou alienadas.

Quando tais acções são subsequentemente vendidas ou reemitidas, qualquer recebimento, líquido de custos de transacção directamente atribuíveis e de impostos, é reflectido no capital próprio dos detentores do capital da empresa, em outras reservas.

1.19 Passivos remunerados

Os passivos remunerados são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transacção incorridos sendo, subsequentemente apresentados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transacção) e o valor de reembolso é reconhecido na demonstração de resultados ao longo do período da dívida, utilizando o método da taxa de juro efectiva.

A dívida remunerada é classificada no passivo corrente, excepto se o Grupo possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do Encerramento (Nota 31).

1.20 Encargos financeiros com empréstimos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos são geralmente reconhecidos como custos financeiros, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios (Nota 10).

Os encargos financeiros de empréstimos directamente relacionados com a aquisição, construção (caso o período de construção ou desenvolvimento exceda um ano) ou produção de activos fixos são capitalizados, fazendo parte do custo do activo.

A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida após o início de utilização ou quando a execução do projecto em causa se encontre suspensa ou substancialmente concluída.

Qualquer proveito directamente relacionado com um investimento específico é deduzido ao custo do referido activo.

1.21 Provisões

São reconhecidas provisões sempre que o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, seja provável que uma saída de fluxos e/ou de recursos se torne necessária para liquidar a obrigação e possa ser efectuada uma estimativa fiável do montante da obrigação.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. As provisões são revistas na data de encerramento e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data (Nota 30).

O Grupo incorre em dispêndios e assume passivos de carácter ambiental. Assim, os dispêndios com equipamentos e técnicas operativas que assegurem o cumprimento da legislação e dos regulamentos aplicáveis (bem como a redução dos impactos ambientais para níveis que não excedam os correspondentes a uma aplicação viável das melhores tecnologias disponíveis desde as referentes à minimização do consumo energético, das emissões atmosféricas, da produção de resíduos e do ruído, às estabelecidas para a execução de planos de requalificação visual e paisagística) são capitalizados quando se destinem a servir de modo duradouro a actividade do Grupo, bem como se relacionem com benefícios económicos futuros e que permitam prolongar a vida, aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros activos detidos pelo Grupo (Notas 30 e 36).

Adicionalmente, os terrenos utilizados em exploração de pedreiras têm de ser sujeitos a reconstituição ambiental, sendo prática do Grupo a reconstituição continuada e progressiva dos espaços libertos pelas pedreiras, reconhecendo nos resultados desse mesmo período, os dispêndios incorridos.

No caso das pedreiras cuja reconstituição apenas é possível no fim da exploração, o Grupo solicitou a entidades independentes e especializadas a avaliação dessas responsabilidades, bem como o período estimado de exploração, reconhecendo provisões para este efeito (Nota 30).

1.22 Pensões e outros benefícios pós-emprego

1.22.1 Planos de pensões de benefícios definidos

Algumas subsidiárias do Grupo assumiram o compromisso de pagar aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma por velhice, invalidez, reforma antecipada e pensões de sobrevivência, constituindo planos de pensões de benefícios definidos.

Conforme referido na Nota 29, o Grupo constituiu Fundos de Pensões autónomos como forma de financiar uma parte das suas responsabilidades por aqueles pagamentos. De acordo com o IAS 19, as empresas com planos de pensões reconhecem os custos com a atribuição destes benefícios à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários. Deste modo a responsabilidade total do

Grupo é estimada, pelo menos, semestralmente, à data dos fechos intercalares e anuais de contas, para cada plano separadamente, por uma entidade especializada e independente de acordo com o método das unidades de crédito projectadas.

Os custos por responsabilidades passadas, que resultem da implementação de um novo plano ou acréscimos nos benefícios atribuídos, são reconhecidos imediatamente, nas situações em que os benefícios se encontrem a ser pagos ou se encontrem vencidos.

A responsabilidade assim determinada é apresentada deduzida do valor de mercado dos fundos constituídos, na rubrica Pensões e outros benefícios pós-emprego, nos passivos não correntes.

Os desvios actuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos utilizados para efeito de apuramento de responsabilidades e o que efectivamente ocorreu (bem como de alterações efectuadas aos mesmos e do diferencial entre o valor esperado da rentabilidade dos activos dos fundos e a rentabilidade real) são reconhecidos, quando incorridos, directamente em capitais próprios (Nota 27).

Os ganhos e perdas gerados por um corte ou uma liquidação de um plano de pensões de benefícios definidos são reconhecidos em resultados do exercício quando o corte ou a liquidação ocorrer. Um corte ocorre quando se verifica uma redução material no número de empregados ou o plano é alterado de forma a que os benefícios atribuídos sejam reduzidos, com efeito material.

1.22.2 Outros benefícios pós emprego

Adicionalmente, o Grupo atribui os seguintes benefícios pós-emprego:

Subsídio de reforma e morte

A CMP – Cimentos Maceira e Pataias, S.A. assumiu com os seus trabalhadores a responsabilidade pelo pagamento de (i) um subsídio de reforma por velhice e por invalidez, o qual representa 3 meses do último salário auferido e (ii) um subsídio por morte do trabalhador activo, de valor igual a 1 mês do último salário auferido.

Adicionalmente, a Portucel assumiu a obrigação de pagar um prémio de reforma, equivalente a 6 meses de vencimento, no caso o empregado se reformar na data normal da reforma de 65 anos. O valor actual das responsabilidades por pagamentos futuros de reforma e prémios de reforma é determinado por cálculo actuarial e registado como custo do período à medida em que os serviços são prestados pelos empregados, potenciais beneficiários.

Prémio de antiguidade

A Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. e a CMP – Cimentos Maceira e Pataias, S.A. assumiram com os seus trabalhadores a responsabilidade pelo pagamento de prémios: na Secil àqueles que atingem

25, 35 e 40 anos de antiguidade e (ii) na CMP àqueles que atingem 20 e 35 anos, calculados com base na remuneração base mensal, até 3 salários.

Assistência na doença

A Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. e a CMP – Cimentos Maceira e Pataias, S.A., mantêm para com os seus empregados um regime de assistência na doença, de natureza supletiva relativamente aos serviços oficiais de Saúde e Segurança Social, extensivo a familiares, reformados e viúvas.

Sob este regime, vêm sendo comparticipados custos de determinados cuidados de saúde: (i) na Secil através do Seguro de Saúde, contratado pela Empresa e (ii) na CMP, através da “Cimentos – Federação das Caixas de Previdência”, para os trabalhadores nela incluídos, bem como, mediante aprovação prévia dos serviços médicos da empresa, para os restantes trabalhadores.

1.22.3 Férias e subsídio de férias e prémios

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a 25 dias úteis de férias, bem como a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento.

De acordo com o Sistema de Gestão de Desempenho vigente, os trabalhadores têm direito a uma gratificação no caso de cumprirem os objectivos definidos anualmente, direito esse normalmente adquirido no ano anterior ao do seu pagamento.

Assim, estas responsabilidades são registadas no período em que os trabalhadores adquirem o respectivo direito, por contrapartida da demonstração de resultados, independentemente da data do seu pagamento, e o saldo por liquidar à data de encerramento está relevado na rubrica de Valores a pagar correntes.

1.23 Valores a pagar correntes

Os saldos de fornecedores e valores a pagar correntes são registados pelo seu valor nominal (Nota 32).

1.24 Subsídios

Os subsídios estatais só são reconhecidos após existir segurança de que o Grupo cumprirá as condições inerentes aos mesmos e que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios à exploração, recebidos com o objectivo de compensar o Grupo por custos incorridos, são registados na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os custos que aqueles subsídios visam compensar.

Os subsídios relacionados com activos biológicos valorizados pelo seu justo valor, conforme o IAS 41, são reconhecidos na demonstração dos resultados

quando os termos e condições de atribuição do subsídio estiverem satisfeitos.

Os subsídios ao investimento recebidos com o objectivo de compensar o Grupo por investimentos efectuados em activos imobilizados são incluídos na rubrica Valores a pagar correntes e são reconhecidos em resultados, durante a vida útil estimada do respectivo activo subsidiado, por dedução ao valor das amortizações.

1.25 Locações

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro.

De acordo com este método o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo na rubrica de empréstimos, os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na Nota 1.8, são registados como custos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

As locações em que uma parte significativa dos riscos e benefícios da propriedade é assumida pelo locador sendo o Grupo locatário, são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos efectuados nas locações operacionais, líquidos de quaisquer incentivos recebidos do locador, são registados na demonstração dos resultados durante o período da locação.

Locações incluídas em contratos conforme IFRIC 4

O Grupo reconhece uma locação operacional ou financeira sempre que celebre um acordo, compreendendo uma transacção ou uma série de transacções relacionadas, que, mesmo não assumindo a forma legal de uma locação, transmita um direito de usar um activo em retorno de um pagamento ou de uma série de pagamentos.

1.26 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos detentores do capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo no período em que os dividendos são aprovados pelos accionistas e até ao momento da sua liquidação.

1.27 Rédito e especialização dos exercícios

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os proventos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do encerramento.

Os juros recebidos são reconhecidos pelo princípio da especialização do exercício, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa de juro efectiva durante o período até à maturidade.

As empresas do Grupo registam os seus custos e proventos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual os custos e proventos são reconhecidos à medida em que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes custos e proventos são registadas nas rubricas Valores a receber correntes e Valores a pagar correntes (Notas 24 e 32 respectivamente).

1.28 Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes em que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja apenas possível, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo divulgados nas notas, a menos que a possibilidade de se concretizar a saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

São reconhecidas provisões para passivos que satisfaçam as condições previstas na Nota 1.21.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas são divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

1.29 Eventos subsequentes

Os eventos após a data do encerramento que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os eventos após a data do encerramento que proporcionem informação sobre condições que ocorram após essa data são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

1.30 Novas normas, alterações e interpretações a normas existentes

As interpretações e alterações a normas existentes identificadas abaixo, são de aplicação obrigatória pelo IASB, para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2009:

Novas Normas em vigor	Data de aplicação
IAS 1 (revisão) - Apresentação das demonstrações financeiras	1 de Janeiro de 2009
IAS 23 (alteração) - Custos de empréstimos obtidos	1 de Janeiro de 2009
IAS 32 (alteração) - Instrumentos financeiros: apresentação e consequente alteração à IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras	1 de Janeiro de 2009
IFRS 1 (alteração) - Adopção pela primeira vez das IFRS e consequente alteração à IAS 27 - Demonstrações financeiras separadas e consolidadas	1 de Janeiro de 2009
IFRS 2 (alteração) - Pagamentos baseados em acções	1 de Janeiro de 2009
IFRS 8 - Segmentos Operacionais	1 de Janeiro de 2009
Melhoria anual das normas em 2008 (a aplicar para os exercícios que se iniciem em 1 de Janeiro de 2009)	1 de Janeiro de 2009
IFRS 13 - Programas de fidelização de clientes	2009
IFRIC 14 - Limitação aos activos decorrentes de planos de benefícios definidos e a sua interacção com requisitos de contribuições mínimas	1 de Janeiro de 2009

* Exercícios iniciados em ou após

A introdução destas interpretações e a alteração das normas referidas anteriormente não tiveram impactos relevantes nas demonstrações do Grupo.

Novas normas e interpretações de aplicação não mandatória em 30 de Junho de 2009:

Existem novas normas, alterações e interpretações efectuadas a normas existentes, que apesar de já estarem publicadas, a sua aplicação apenas é obrigatória para períodos anuais que se iniciem depois de 1 de Janeiro de 2009 que o Grupo decidiu não adoptar antecipadamente:

Novas Normas aprovadas pela Comissão Europeia	Data de aplicação
IAS 27 (revisão) - Demonstrações financeiras separadas e consolidadas	1 de Julho de 2009
IAS 39 (revisão) - Instrumentos financeiros – Itens elegíveis para cobertura	1 de Julho de 2009
IFRS 3 (revisão) - Concentrações de actividades	1 de Julho de 2009
IFRIC 14 - Limitação aos activos decorrentes de planos de benefícios definidos e a sua interacção com requisitos de contribuições mínimas	1 de Julho de 2009
IFRIC 12 - Serviços de concessão	30 de Março de 2009
IFRIC 16 - Cobertura de investimentos em operações estrangeiras	1 de Julho de 2009

* Exercícios iniciados em ou após

Novas Normas não aprovadas pela Comissão Europeia	Data de aplicação
IFRS 2 (alteração) - Pagamentos baseados em acções no grupo – transacções pagas em dinheiro	1 de Janeiro de 2010
IFRS 7 (alteração) - Instrumentos financeiros - Divulgações	1 de Janeiro de 2009
IFRS 9 - Derivados embutidos e IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração	1 de Julho de 2009
IFRIC 15 - Contratos para a construção de imóveis	1 de Janeiro de 2009
IFRIC 17 - Distribuições em espécie aos accionistas	1 de Julho de 2009
IFRIC 18 - Transferência de activos pelos clientes	1 de Julho de 2009
Projecto de melhorias anual das normas de 2009	1 de Janeiro de 2010
IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras	1 de Janeiro de 2010
IAS 7 - Demonstração Fluxos de Caixa	1 de Janeiro de 2010
IAS 17 - Locações	1 de Julho de 2009
IAS 18 - Rédito	1 de Janeiro de 2010
IAS 36 - Imparidade activos	1 de Janeiro de 2010
IAS 38 - Activos intangíveis	1 de Julho de 2009
IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração	1 de Julho de 2009
IFRS 2 - Pagamentos baseados em acções	1 de Julho de 2009
IFRS 5 - Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	1 de Janeiro de 2010
IFRS 8 - Segmentos operacionais	1 de Janeiro de 2010

O Grupo não concluiu ainda o apuramento de todos os impactos decorrentes da aplicação das normas supra pelo que optou pela sua não adopção antecipada. Contudo, não espera que estas venham a produzir efeitos materialmente relevantes sobre a sua posição patrimonial e resultados.

2. Gestão do Risco

2.1 Factores do risco financeiro

A Semapa enquanto sociedade gestora de participações sociais (SGPS), não desenvolve directamente qualquer actividade, tendo por principais activos as acções representativas do capital social das sociedades por si participadas. Deste modo, o cumprimento das obrigações por si assumidas depende dos *cash flows* gerados pelas suas subsidiárias. A Empresa depende assim da eventual distribuição de dividendos por parte das suas subsidiárias, do pagamento de juros, do reembolso de empréstimos concedidos e de outros *cash-flows* gerados por essas sociedades.

A capacidade das subsidiárias da Semapa disponibilizarem fundos à holding dependerá, em parte, da sua capacidade de geração de *cash flows* positivos e, por outro lado, está dependente dos respectivos resultados, reservas disponíveis e estrutura financeira.

O Grupo Semapa tem um programa de gestão de risco que concentra a sua análise nos mercados financeiros com vista a minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira do Grupo. A gestão do risco é conduzida pela Direcção Financeira da holding e dos principais sub-Grupos de acordo com políticas aprovadas pelas respectivas Administrações. Existe ainda junto da Semapa uma Comissão de Controlo Interno com funções específicas na área do controlo riscos da actividade da sociedade.

2.1.1 Risco cambial

A variação da taxa de câmbio do euro face a outras moedas pode afectar significativamente as receitas do Grupo Semapa de diversas formas.

No que concerne ao sub-Grupo Portucel Soporcel, por um lado, o preço da BEKP no mercado mundial é tradicionalmente fixado em USD, pelo que a evolução do Euro face ao USD poderá ter um impacto nas vendas futuras da Empresa, independentemente dessas vendas serem denominadas em Euros ou noutra moeda. Por outro lado, uma parte das vendas de papel UWF é denominada em moedas diferentes do Euro, nomeadamente em USD entre outras com menor preponderância. Por esta via também a evolução do Euro face a estas moedas poderá ter um impacto significativo nas vendas futuras.

Adicionalmente, e uma vez concretizada uma venda em moeda diferente do Euro, a Empresa incorre em risco cambial até ao recebimento do montante dessa venda, caso não contrate instrumentos de cobertura deste risco, como vem sendo prática para as vendas de BEKP. Deste modo, existe permanentemente, no seu activo, um montante significativo de créditos a receber

expostos a risco cambial. O Grupo não detém investimentos em operações externas que sejam materialmente relevantes e cujos activos líquidos estejam expostos ao risco cambial.

Pontualmente, quando tal se afigura oportuno, o Grupo recorre à utilização de instrumentos financeiros derivados para a gestão do risco cambial, de acordo com uma política definida periodicamente e que tem como objectivo limitar o risco de exposição cambial associado às vendas futuras e aos créditos a receber denominados em moedas diferentes do Euro.

O risco cambial do sub-Grupo Secil resulta sobretudo das compras de combustíveis e fretes de navios ambos pagos em USD. Este sub-Grupo prosseguiu a sua política de maximização do potencial de cobertura natural da sua exposição cambial, via compensação dos fluxos cambiais intra-Grupo. Para os fluxos não compensados naturalmente, o risco tem vindo a ser analisado, e coberto, através da contratação de estruturas de forwards cambiais fixando o contra-valor, mitigando evoluções desfavoráveis na taxa de câmbio.

O sub-Grupo Secil detém activos localizados na Tunísia, Angola e Líbano, pelo que a variação das moedas dos referidos países poderá ter impacto na Posição Financeira da Semapa.

A exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio a 30 de Junho de 2009, com base nos valores dos activos e passivos financeiros do Grupo, tendo por base as taxas de câmbio a essa data, apresenta-se como segue:

Valores em Divisas	000 Libras Libanesas	Dinar Tunisino	Dólar Norte Americano	Libra esterlina	Zloti Polaco	Coroa Sueca
Activos						
Caixa e equivalentes	2.284.593	7.011.837	22.293.614	138.413	483	-
Valores a receber	5.875.372	7.046.487	53.843.681	14.324.656	4.099.651	178.893
Activos disponíveis para venda	-	-	428.987	-	-	-
Outros activos	2.757.092	3.581.721	1.067.417	-	-	-
Total de activos financeiros	10.917.057	17.640.045	77.633.699	14.463.069	4.100.134	178.893
Passivos						
Passivo remunerado	(15.381.354)	(15.776.139)	(15.776.139)	-	-	-
Valores a pagar	(17.059.636)	(14.082.273)	(15.384.011)	(926.345)	(362.181)	(129.009)
Total de passivos financeiros	(32.440.990)	(29.858.412)	(31.160.150)	(926.345)	(362.181)	(129.009)
Posição financeira líquida	(21.523.933)	(12.228.367)	46.473.549	13.536.724	3.737.953	49.884

Valores em Divisas	Coroa Checa	Franco Suíço	Coroa Dinamarquesa	Florim Hungaro	Dólar Australiano	Total
Activos						
Caixa e equivalentes	(92)	80.359	2.662	-	-	31.811.869
Valores a receber	(165.194)	2.174.677	1.488.373	(571.764)	174.705	88.469.537
Activos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	428.987
Outros activos	-	-	-	-	-	7.406.230
Total de activos financeiros	(165.286)	2.255.036	1.491.035	(571.764)	174.705	128.116.623
Passivos						
Passivo remunerado	-	-	-	-	-	(46.933.632)
Valores a pagar	(49.200)	(855.942)	(1.243.466)	(41.354)	(2.464)	(50.145.881)
Total de passivos financeiros	(49.200)	(855.942)	(1.243.466)	(41.354)	(2.464)	(97.079.513)
Posição financeira líquida	(214.486)	1.399.094	247.569	(613.118)	172.241	31.037.110

2.1.2 Risco de taxa de juro

O custo da quase totalidade da dívida financeira contraída pelo Grupo está indexado a taxas de referência de curto prazo, revistas com uma periodicidade inferior a um ano (geralmente seis meses na dívida de médio longo prazo e 3 meses na dívida de curto prazo). Deste modo, variações nas taxas de juro podem afectar os resultados do Grupo.

Nos casos em que a Administração considera adequado, o Grupo recorre à utilização de instrumentos financeiros derivados, nomeadamente swaps de taxa de juro para a gestão do risco de taxa de juro, tendo estes instrumentos como objectivo fixar a taxa de juro dos empréstimos que obtém, dentro de determinados parâmetros.

O sub-Grupo Portucel Soporcel decidiu fixar as taxas numa parte dos seus empréstimos de médio longo prazo, tendo para tal contratado swaps de taxa de juro cujo montante coberto representa cerca de 32% do valor total das linhas de crédito utilizadas e em dívida a 30 de Junho de 2009.

O sub-Grupo Secil, em finais de 2005, optou por contratar uma cobertura parcial do risco da taxa de juro através de uma estrutura de derivados que lhe fixa um valor máximo para os encargos financeiros relativos à dívida de longo prazo com reembolso escalonados. A restante dívida, foi mantida num regime de taxa variável. Actualmente o Grupo Secil tem contratado swaps de taxa de juro cujo notional representa cerca de 16% do montante total das linhas de crédito utilizadas e em dívida a 30 de Junho de 2009.

Relativamente à dívida bancária da holding, encontrava-se exposta a risco de taxa de juro, uma vez que todos os seus financiamentos se encontram em

regime de taxa de juro variável. Como forma de mitigar este risco e tendo em conta os níveis actuais de taxas de juro historicamente baixos, foi contratado, no decurso de mês de Julho, uma operação de cobertura de taxa de juro para dois empréstimos obrigacionistas com maturidade em 2016, cujo montante total coberto foi de 225 milhões de euros. Esta operação consistiu na contratação de “Zero Cost Collars” com algumas instituições financeiras nacionais.

A dívida bancária do sub-Grupo ETSA encontra-se exposta ao risco de taxa de juro, uma vez que a totalidade da dívida bancária se encontra em regime de taxa de juro variável.

Em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, o desenvolvimento dos activos e passivos financeiros com exposição a risco de taxa de juro em função da maturidade ou data de refixação é apresentado no quadro seguinte:

Valores em Euros	Até 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Activos em 30 de Junho de 2009						
Não correntes						
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	990.568	-	990.568
Outros activos não correntes	-	-	-	-	-	-
Correntes						
Caixa e equivalentes	126.049.157	10.279.070	-	-	-	136.328.227
Total de activos financeiros	126.049.157	10.279.070	-	990.568	-	137.318.795
Passivos em 30 de Junho de 2009						
Não correntes						
Passivos remunerados	-	-	-	512.373.791	414.142.250	926.516.041
Outros passivos	-	-	-	-	-	-
Correntes						
Passivos remunerados	6.780.316	2.135.115	395.099.891	-	-	404.015.322
Total de passivos financeiros	6.780.316	2.135.115	395.099.891	512.373.791	414.142.250	1.330.531.363
Diferencial acumulado	119.268.841	8.143.955	(395.099.891)	(511.383.223)	(414.142.250)	(1.193.212.568)
Activos em 31 de Dezembro de 2008						
Não correntes						
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	877.174	-	877.174
Outros activos não correntes	-	-	-	1.365.582	-	1.365.582
Correntes						
Caixa e equivalentes	205.172.630	-	-	-	-	205.172.630
Total de activos financeiros	205.172.630	-	-	2.242.756	-	207.415.386
Passivos em 31 de Dezembro de 2008						
Não correntes						
Passivos remunerados	-	2.408.885	18.957.272	920.858.118	284.892.008	1.227.116.283
Outros passivos	-	-	-	18.834.060	-	18.834.060
Correntes						
Passivos remunerados	14.475.513	13.848.899	35.707.620	-	-	64.032.032
Total de passivos financeiros	14.475.513	16.257.784	54.664.892	939.692.178	284.892.008	1.309.982.375
Diferencial acumulado	190.697.117	(16.257.784)	(54.664.892)	(937.449.422)	(284.892.008)	(1.102.566.989)

2.1.3 Risco de crédito

O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afectem as economias locais, pode resultar na incapacidade dos clientes em saldar os seus compromissos decorrentes da venda de produtos.

O seguro de crédito tem sido um dos instrumentos adoptados pelo Grupo Semapa para minorar os impactos negativos deste tipo de risco. As vendas que não estão abrangidas por um seguro de crédito estão sujeitas a regras que asseguram que estas são efectuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado e que se encontram dentro dos limites da exposição dos saldos máximos pré-definidos e aprovados para cada cliente.

Em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, os saldos a receber de clientes apresentava a seguinte estrutura de antiguidade, considerando como referência a data de vencimento dos valores em aberto:

Valores em Euros	30-06-2009	31-12-2008
valores não vencidos	180.086.058	166.234.942
de 1 a 90 dias	26.973.582	40.724.751
de 91 a 180 dias	3.643.551	6.575.106
de 181 a 360 dias	4.533.089	4.453.132
de 361 a 540 dias	817.795	2.332.528
de 541 a 720 dias	851.835	345.470
a mais de 721 dias	4.923.617	4.760.419
	221.829.527	225.426.348
Em contencioso de cobrança	4.953.139	4.839.232
Imparidades	(12.161.486)	(11.614.149)
Saldo líquido de clientes (nota 21)	214.621.180	218.651.431

Os valores apresentados correspondem aos valores em aberto, face aos prazos de vencimento contratados. Apesar de existirem atrasos na liquidação de alguns valores face a esses prazos, tal não resulta na identificação de situações de imparidade para além das consideradas através das correspondentes perdas. Estas são apuradas atendendo à informação regularmente reunida sobre o comportamento financeiro dos clientes do grupo, que permite, em conjugação com a experiência reunida na análise da carteira e em conjugação com os sinistros de crédito que se verificarem, na parte não atribuível à seguradora, definir o valor das perdas a reconhecer no período. O facto de existirem garantias para uma parte significativa dos saldos em aberto e com antiguidade justifica o facto de não se ter registado qualquer perda por imparidade nesses saldos.

A qualidade de risco de crédito do Grupo, em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, face a Activos financeiros (Caixa e equivalentes) cujas contrapartes sejam instituições financeiras, detalha-se como segue:

Classificação	30-06-2009	31-12-2008
AA	-	2.892.568
A	104.318.444	185.110.391
Outros	32.009.783	17.169.671
	136.328.227	205.172.630

Nota: Valores em Euros

A rubrica Outros diz respeito a instituições financeiras com as quais existem transacções de reduzida relevância, relativamente às quais não foi possível obter a notação de *rating* com referência às datas apresentadas.

A tabela seguinte apresenta uma análise da qualidade de crédito dos saldos a receber de clientes relativamente aos quais, face à informação de que o Grupo dispunha, não se considerou incumprimento nem imparidade:

Valores em Euros	30-06-2009	
	Valor bruto	JV Garantias
Saldos devedores vencidos não considerados em imparidades		
Vencidos há menos de 3 meses	26.934.190	14.898.269
Vencidos há mais de 3 meses	7.514.632	357.594
	34.448.822	15.255.863
Saldos devedores considerados em imparidades		
Não vencidos	86.643	-
Vencidos há menos de 3 meses	39.392	-
Vencidos há mais de 3 meses	12.035.451	-
	12.161.486	-

Valores em Euros	31-12-2008	
	Valor bruto	JV Garantias
Saldos devedores vencidos não considerados em imparidades		
Vencidos há menos de 3 meses	38.858.568	23.419.855
Vencidos há mais de 3 meses	12.980.740	3.761.552
	51.839.308	27.181.407
Saldos devedores considerados em imparidades		
Não vencidos	430.712	-
Vencidos há menos de 3 meses	858.289	-
Vencidos há mais de 3 meses	10.325.148	-
	11.614.149	-

De referir, conforme descrito anteriormente que o Grupo adoptou uma política de seguro de crédito para a generalidade de saldos a receber de clientes. A diminuição das coberturas por parte das seguradoras tem levado a um agravamento do risco de crédito. O Grupo tem também como prática a selecção de entidades financeiras para contrapartes nas suas transacções que apresenta em ratings financeiros bastante sólidos. Desta forma é convicção do Grupo que a exposição efectiva ao risco de crédito se encontra em níveis aceitáveis.

A exposição máxima ao risco de crédito em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, detalha-se como segue

Valores em Euros	30-06-2009	31-12-2008
Não correntes		
Activos disponíveis para venda	990.568	877.174
Outros activos não correntes	2.024.775	1.365.582
Correntes		
Valores a receber correntes	247.889.829	276.176.825
Caixa e seus equivalentes	136.328.227	205.172.630
Exposição ao Risco de crédito fora de balanço		
Garantias prestadas (Nota 39)	42.486.376	26.575.555

2.1.4 Risco de liquidez

O Grupo gere o risco de liquidez por duas vias: garantindo que a sua dívida financeira tem uma componente elevada de médio e longo prazo com maturidades adequadas às características das indústrias onde exerce a sua actividade, e através da contratação com instituições financeiras facilidades de crédito disponíveis a todo o momento e em montantes sempre superiores às necessidades efectivas.

A liquidez dos passivos financeiros contratados e remunerados originará os seguintes fluxos monetários não descontados, incluindo juros, tendo por base o

período remanescente até à maturidade contratual à data do encerramento:

Valores em Euros	Menos de 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivo remunerado em 30 de Junho de 2009						
Empréstimos por obrigações	-	4.140.000	322.236.902	444.295.495	265.938.774	1.036.611.171
Papel comercial	186.728	204.244	594.982	19.066.337	21.631.438	41.683.729
Empréstimos bancários	7.568.930	2.557.961	139.531.206	217.729.300	29.207.794	396.595.191
Credores de locação financeira	111.293	222.533	756.213	2.060.004	-	3.150.044
Total passivos	7.866.952	7.124.739	463.119.304	683.151.135	316.778.006	1.478.040.135
Passivo remunerado em 31 de Dezembro de 2008						
Empréstimos por obrigações	-	9.496.467	37.044.474	788.073.393	278.137.760	1.112.752.094
Papel comercial	2.080.298	-	4.617.248	67.708.122	43.908.300	118.313.967
Empréstimos bancários	15.502.763	12.305.566	56.713.593	228.762.386	1.121.142	314.405.450
Credores de locação financeira	101.042	202.084	983.936	1.716.702	-	3.003.763
Total passivos	17.684.102	22.004.116	99.359.252	1.086.260.603	323.167.202	1.548.475.275

2.1.5 Risco de licenças de emissão de carbono

O Grupo promove uma gestão activa da sua carteira de licenças de emissão de carbono que lhe foram atribuídas no âmbito da fase 2 do EU-ETS realizando operações sempre que possível que minimizem o risco de preço.

2.2 Factores de risco operacional

2.2.1 Abastecimento de matérias-primas

Relativamente ao sub-grupo Portucel Soporcel, o aprovisionamento de madeiras, nomeadamente de eucalipto, está sujeito a variações de preço e a eventuais dificuldades de abastecimento de matérias-primas que poderão ter um impacto significativo nos custos de produção das empresas produtoras de pasta.

A realização de novas plantações florestais de pinhal e eucalipto está sujeita a autorização das entidades competentes, pelo que o aumento das áreas florestadas ou a substituição de algumas das actuais áreas estão dependentes da decisão dos proprietários florestais que se estimam em cerca de 400.000, dos normativos aplicáveis e da celeridade das entidades competentes. Em caso de insuficiência da produção nacional, em quantidade e qualidade, nomeadamente em termos de madeira certificada, Grupo poderá ter de aumentar as quantidades de madeira importadas.

Tendo presente o Valor Acrescentado Nacional quase sem paralelo na economia portuguesa, nas componentes directa e indirecta da fileira florestal do eucalipto, assim como o montante de exportações e o volume de emprego criado e a procura crescente de material lenhoso de eucalipto, dificilmente satisfeita pela floresta nacional, o Grupo vem sensibilizando o Governo e a opinião pública para a necessidade de garantir que, enquanto não aumentar significativamente a oferta interna deste tipo de material lenhoso em condições economicamente viáveis, a utilização de biomassa para fins energéticos não prevaleça sobre a utilização de madeira de eucalipto para produção de bens transaccionáveis.

No que se refere ao sub-Grupo Secil, as principais matérias-primas do processo de fabrico do cimento são os calcários e as margas ou argilas, cuja extracção é efectuada em pedreiras próprias, localizadas no perímetro fabril, dispondo a Secil de reservas que asseguram a exploração sustentada nos próximos anos.

O abastecimento de matéria-prima para o sub-Grupo ETSA está condicionado à disponibilidade de cadáveres animais e de resíduos da indústria agro-alimentar, em particular nos matadouros e nos centros de abate de animais.

Este mercado é relativamente vulnerável à degradação da situação económica, assim como à consequente alteração de hábitos de consumo e a facilidade de substituição entre produtos alimentares, que poderão limitar a actividade deste sub-Grupo.

2.2.2 Preço de venda

No que respeita ao sub-Grupo Portucel Soporcel, os preços de mercado da pasta e do papel são formados no mercado mundial em regime de concorrência global e influenciam de forma determinante as receitas do sub-Grupo e a sua rentabilidade. As variações dos preços, quer de pasta, quer de papel, resultam essencialmente de alterações da oferta e da procura mundiais e da situação financeira de cada um dos diferentes agentes económicos intervenientes em cada um destes mercados (produtores, *traders*, distribuidores, clientes, etc.) a nível mundial, que provocam diferentes e sucessivos níveis de preços de equilíbrio aumentando a volatilidade do mercado global.

Com o objectivo de limitar no curto prazo o risco associado às flutuações do preço da pasta o Grupo efectuou algumas operações de cobertura através da venda de *forwards*.

Uma vez que o sub-Grupo Secil desenvolve a sua actividade em mercados geograficamente diversos, os preços praticados, dependem essencialmente, da conjuntura económica de cada país.

No caso do mercado tunisino, contrariamente ao que constava no caderno de encargos do processo de privatização da indústria cimenteira, os preços do cimento não estão liberalizados sendo objecto de regulação por parte das entidades governamentais.

Dada a natureza do seu negócio, o sub-Grupo ETSA está exposto ao risco de volatilidade dos preços das *soft commodities* nos mercados internacionais (cereais e subprodutos de cereais), uma vez que estas são substituídas da gama de alguns dos produtos comercializados pelo Grupo ETSA.

Neste contexto, os preços de venda de alguns produtos deste sub-Grupo estão correlacionados com a evolução das cotações das *soft commodities* nos mercados internacionais, o que constitui um factor de risco adicional à actividade desenvolvida.

2.2.3 Procura dos produtos do Grupo

Uma eventual diminuição da procura de pasta branqueada de eucalipto e de papel de impressão e escrita não revestido nos mercados da União Europeia e dos Estados Unidos poderá ter um impacto significativo nas vendas do sub-Grupo Portucel Soporcel. A procura da pasta produzida depende ainda da evolução da capacidade instalada para produção de papel a nível mundial, dado que os principais clientes do Grupo são os produtores de papel.

O volume de negócios do sub-Grupo Secil deriva do nível de actividade no sector da construção em cada um dos mercados geográficos em que opera. O sector da construção tende a ser cíclico, especialmente em economias maduras, e depende do nível de construção residencial e comercial, bem como do nível de investimentos em infra-estruturas.

O sector da construção é sensível a factores como as taxas de juro e uma quebra da actividade económica numa dada economia pode conduzir a uma recessão no sector da construção.

Apesar da Empresa considerar que a sua diversificação geográfica é a melhor forma de conseguir a estabilização dos seus resultados, a sua actividade, situação financeira e resultados operacionais podem ser negativamente afectados por uma quebra do sector da construção em qualquer mercado significativo em que opere.

Nos mercados maduros a procura de cimento e outros materiais de construção tende a ser bastante regular ao longo do ano, embora situações de forte pluviosidade ou neve tenham um efeito negativo na actividade. A procura dos produtos da Secil está, em geral, alinhada com esse padrão de comportamento.

A diminuição da procura ou a redução do nível de actividade de empresas das indústrias de rações de animais, de explorações agrícolas com criação de gado, de *petfood* e de biodiesel poderá ter um impacto significativo no volume de negócios do sub-Grupo ETSA.

2.2.4 Concorrência

O aumento da concorrência nos mercados onde opera pode ter um impacto significativo nos preços e consequentemente na rentabilidade do Grupo Semapa.

Os mercados de actuação do sub-Grupo Portucel Soporcel são altamente competitivos, pelo que na actual conjuntura, variações na capacidade de produção instalada poderão ter um impacto significativo nos preços praticados a nível mundial. Estes factores têm incentivado o sub-Grupo a prosseguir a estratégia de marketing e *branding* delineada, a realizar investimentos materialmente relevantes para melhorar a produtividade e produzir produtos de elevada qualidade.

O principal factor de ameaça de competitividade da fileira florestal do eucalipto, reside na baixa produtividade da floresta portuguesa e na procura mundial de produtos certificados, sendo que apenas uma reduzidíssima parte da floresta está certificada, sendo de prever que esta pressão concorrencial se mantenha no futuro.

O sub-Grupo Secil desenvolve a sua actividade num ambiente competitivo forte. No caso do mercado português, na actual conjuntura, eventuais excessos de capacidade dos operadores nacionais em conjugação com importações provenientes do mercado espanhol, que se encontra em forte queda, poderá afectar a performance do Sub-grupo Secil nesse segmento

O sub-Grupo ETSA desenvolve a sua actividade num mercado onde concorre com outras empresas que operam no sector da recolha e valorização de subprodutos de origem animal e com outras empresas que tem como actividade a produção de bens substituídos dos produtos do Grupo ETSA, como são exemplo as indústrias de produção de cereais e de óleos alimentares. Neste enquadramento, o eventual aumento ou diminuição da concorrência não deixará de ser reflectir nos níveis de rentabilidade do sub-Grupo.

2.2.5 Legislação ambiental

Nos últimos anos, a legislação da União Europeia em matéria ambiental tem vindo a tornar-se mais limitativa no que respeita ao controlo dos efluentes.

O Grupo Semapa respeita a legislação actualmente em vigor, tendo para isso realizado investimentos muito significativos nos últimos anos. Embora não se preveja, num futuro próximo, alterações significativas à actual legislação, existe a possibilidade do Grupo necessitar de realizar investimentos adicionais nesta área, de modo a cumprir com eventuais novos limites que venham a ser aprovados

2.2.6 Custos energéticos

Os custos energéticos assumem um peso significativo na maioria dos negócios do Grupo Semapa.

O Grupo protege-se, em certa medida, contra o risco da subida do preço da energia através da possibilidade de algumas das suas fábricas utilizarem combustíveis alternativos e de contratos de fornecimento de energia eléctrica de longo prazo para algumas das necessidades energéticas.

Apesar destas medidas, flutuações significativas nos custos da electricidade e dos combustíveis podem afectar negativamente a sua actividade, posição financeira e resultados operacionais do Grupo.

2.2.7 Custos de contexto

Ineficiências de que padece a economia portuguesa podem afectar negativamente a capacidade concorrencial do Grupo, designada mas não exclusivamente nos seguintes domínios:

- i) Infra-estruturas: portos e caminhos-de-ferro; vias de comunicação rodoviárias, em especial nos acessos às fábricas do Grupo;
- ii) Ordenamento do território e consequente risco adicional de incêndios florestais;
- iii) Fraca produtividade das florestas nacionais.

3. Estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas exige que a gestão do Grupo efectue julgamentos e estimativas que afectam os montantes de proveitos, custos, activos, passivos e divulgações à data do encerramento.

Estas estimativas são determinadas pelos julgamentos da gestão do Grupo, baseados: (i) na melhor informação e conhecimento de eventos presentes e em alguns casos em relatos de peritos independentes e (ii) nas acções que o Grupo considera poder vir a desenvolver no futuro. Todavia, na data de concretização das operações, os seus resultados poderão ser diferentes destas estimativas.

As estimativas e as premissas que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos activos e passivos no exercício seguinte são apresentadas abaixo:

3.1 Imparidade do Goodwill

O Grupo efectua testes anuais para efeitos de análise de imparidade do Goodwill de acordo com a política contabilística indicada na Nota 1.10. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa são determinados com base no cálculo de valores de uso. Esses cálculos exigem o uso de estimativas.

3.2 Imposto sobre o Rendimento

O Grupo reconhece passivos para liquidações adicionais de impostos que possam resultar de revisões pelas autoridades fiscais. Quando o resultado final destas situações é diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no

imposto sobre o rendimento e nas provisões para impostos, no período em que tais diferenças se constatarem.

3.3 Pressupostos actuariais

As responsabilidades referentes a planos de benefícios a empregados com benefícios definidos são calculadas com base em determinados pressupostos actuariais. Alterações nestes pressupostos podem ter um impacto relevante naquelas responsabilidades.

3.4 Justo valor dos activos biológicos

Na determinação do justo valor dos activos biológicos é utilizado o método do valor presente de fluxos de caixa descontados, no qual se consideram pressupostos correspondentes à natureza dos activos em avaliação (Nota 1.11). Alterações nestes pressupostos podem implicar valorizações/desvalorizações destes activos.

Em 30 de Junho de 2009, um agravamento de 0,5% na taxa de desconto utilizada, de 5,5%, implicaria uma desvalorização deste activo em Euros 4.776.348.

3.5 Reconhecimento de provisões e ajustamentos

O Grupo é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efectua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências.

Os ajustamentos para contas a receber são calculados essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos.

4. Relato por segmentos

A informação por segmentos é apresentada em relação aos segmentos operacionais identificados nomeadamente Pasta e Papel, Cimento e Derivados, Ambiente e Holdings. Os resultados, activos e passivos de cada segmento correspondem àqueles que lhe são directamente atribuíveis, assim como os que numa base razoável lhes podem ser atribuídos.

A informação financeira por segmento operacional, do 1º semestre de 2009, analisa-se como segue:

Valores em Euros	Pasta e Papel	Cimento e Derivados	Ambiente	Holdings	Consolidado
RÉDITOS					
Réditos	537.504.453	149.333.690	12.953.467	289.762	700.081.372
Resultados operacionais	51.594.084	25.322.681	2.556.235	(7.562.447)	71.910.553
Resultados financeiros líquidos externos	(8.212.195)	(1.774.115)	(255.346)	(12.034.601)	(22.276.257)
Parte de lucros líquidos em associadas	-	391.638	-	-	391.638
Imposto sobre o rendimento	(5.453.067)	(5.529.344)	(660.685)	(5.063)	(11.648.159)
Resultados actividades ordinárias	37.928.822	18.410.860	1.640.204	(19.602.111)	38.377.775
Interesses não controlados	(8.730.858)	(3.744.673)	(82.926)	-	(12.558.457)
Resultado líquido do período	29.197.964	14.666.187	1.557.278	(19.602.111)	25.819.318
OUTRAS INFORMAÇÕES					
Total dos Activos segmentais	2.517.995.363	491.935.524	26.700.642	282.086.169	3.318.717.698
Investimentos em Associadas	130.074	2.089.841	-	-	2.219.915
Total de Passivos segmentais	1.390.542.007	229.698.827	20.048.627	572.625.292	2.212.914.753
Amortizações e perdas por imparidade	56.624.860	11.102.576	834.258	68.479	68.630.173
Provisões líquidas	(9.134.043)	166.290	200.000	(818.217)	(9.585.970)

A informação financeira por segmento operacional, do 1º semestre de 2008, analisa-se como segue:

Valores em Euros	Pasta e Papel	Cimento e Derivados	Ambiente	Holdings	Consolidado
RÉDITOS					
Réditos	594.496.231	151.555.710	-	85.211	746.137.152
Resultados operacionais	94.785.533	30.909.323	-	(6.167.014)	119.527.842
Resultados financeiros líquidos externos	(10.663.849)	(3.448.748)	-	(13.946.208)	(28.058.805)
Parte de lucros líquidos em associadas	-	413.824	-	-	413.824
Imposto sobre o rendimento	(17.368.745)	(7.153.417)	-	6.093.424	(18.428.738)
Resultados actividades ordinárias	66.752.939	20.720.982	-	(14.019.798)	73.454.123
Interesses não controlados	(16.138.051)	(1.569.976)	-	-	(17.708.027)
Resultado líquido do período	50.614.888	19.151.006	-	(14.019.798)	55.746.096
OUTRAS INFORMAÇÕES					
Total dos Activos segmentais	2.522.643.826	506.528.336	-	234.703.453	3.263.875.615
Investimentos em Associadas	130.074	2.172.672	-	-	2.302.746
Total de Passivos segmentais	1.379.955.763	254.261.609	-	567.696.189	2.201.913.561
Amortizações e perdas por imparidade	55.255.647	10.307.621	-	73.458	65.636.726
Provisões líquidas	19.170	-	-	(41.926)	(22.756)

5. Outros proveitos

Em 30 de Junho de 2009 e 2008, a rubrica Outros proveitos operacionais decompõe-se como segue:

Valores em Euros	1ºS 2009	1ºS 2008
Reversão de imparidades (Nota 16 e 22)	6.259.193	209.219
Proveitos suplementares	1.697.148	2.730.369
Ganhos em existências	330.510	250.168
Ganhos na alienação de activos não correntes	3.689.207	6.613.155
Ganhos na alienação de activos correntes	5.806	87.037
Subsídios - Licenças de emissão CO2	8.617.903	17.669.451
Subsídios à exploração	1.133.378	98.997
Outros proveitos operacionais	4.761.162	4.054.797
	26.494.307	31.713.193

O valor na rubrica de Proveitos suplementares refere-se essencialmente a redébitos de electricidade, água e venda de outros produtos a entidades externas que actuam nos perímetros fabris do Grupo.

O montante relevado na rubrica Subsídios – Licenças de emissão de CO2 corresponde ao reconhecimento do subsídio, originado na atribuição de licenças a título gratuito (Nota 1.6.1), na proporção das emissões efectuadas no exercício (Nota 6).

Ganhos na alienação de activos não correntes

No primeiro semestre de 2009 e 2008 os ganhos obtidos na alienação de activos não correntes detalham-se como segue:

Valores em Euros	1ºS 2009	1ºS 2008
Terrenos, edifícios e equipamentos	95.021	137.127
Alienação de licenças de CO2	2.905.782	3.543.096
Outros activos não correntes	688.404	2.932.932
	3.689.207	6.613.155

Em 2008, a rubrica Outros activos não correntes corresponde a um ajustamento positivo no preço de venda de 49% da participação na Secil, pela Semapa à CRH no exercício de 2004, em virtude de sucessos obtidos, nesse exercício, em processos de contencioso fiscal

6. Gastos e perdas

Em 30 de Junho de 2009 e 2008, a rubrica Gastos e perdas decompõe-se como segue:

Valores em Euros	1ºS 2009	1ºS 2008
Custo das Vendas e Prestações de Serviços		
Inventários consumidos e vendidos	(288.860.203)	(288.023.513)
Materiais e serviços consumidos	(188.372.515)	(188.407.500)
Variação de produção	(23.206.602)	(1.844.669)
Gastos com Pessoal		
Remunerações dos Órgãos Sociais (Nota 7)	(10.393.954)	(12.546.666)
Outras remunerações	(50.595.422)	(52.765.224)
Pensões	(5.869.233)	(5.688.580)
Outros gastos com pessoal	(13.325.142)	(19.567.923)
	(80.183.751)	(90.568.393)
Outros Gastos e Perdas Operacionais		
Trabalhos para a própria empresa	69.615	167.029
Quotizações	(666.710)	(441.829)
Donativos	(247.787)	(490.651)
Gastos com emissões de CO2	(8.617.903)	(17.669.451)
Imparidades em existências e dívidas a receber	(1.928.972)	(459.676)
Perdas em existências	(237.881)	(239.721)
Impostos indirectos	(569.884)	(2.080.266)
Perdas na alienação de activos não correntes	(494.006)	(28.888)
Outros gastos operacionais	(3.118.817)	(3.797.069)
	(15.812.345)	(25.040.522)
Provisões líquidas (Nota 30)	9.585.970	22.756
Total dos Gastos e Perdas	(586.849.446)	(593.861.841)

7. Remuneração dos membros dos órgãos sociais

Em 30 de Junho de 2009 e 2008, a rubrica Remunerações dos membros dos órgãos sociais, decompõe-se como segue:

Valores em Euros	1ºS 2009	1ºS 2008
Conselho de Administração		
Semapa SGPS, S.A.	2.790.245	4.409.397
Membros do CA da Semapa noutras empresas	2.259.967	2.202.536
Órgãos sociais de outras empresas do Grupo	5.343.742	5.934.733
	10.393.954	12.546.666

Adicionalmente o Conselho de Administração da Semapa, bem como o da Portucel, beneficiam de planos de pensões conforme descrito na nota 29.

8. Depreciações, amortizações e perdas por imparidade

Em 30 de Junho de 2009 e 2008, a rubrica Depreciações, amortizações e perdas por imparidade decompõe-se como segue:

Valores em Euros	1ºS 2009	1ºS 2008
Depreciações de Terrenos, Edifícios e Equipamentos		
Terrenos	(756.810)	(499.728)
Edifícios	(11.406.976)	(11.548.231)
Equipamento Básico e outros tangíveis	(56.234.177)	(53.356.557)
	(68.397.963)	(65.404.516)
Amortizações de Activos Intangíveis		
Propriedade industrial e outros direitos	(232.210)	(232.210)
	(232.210)	(232.210)
	(68.630.173)	(65.636.726)

As amortizações são líquidas de subsídios ao investimento.

9. Apropriação de resultados em empresas associadas

No decurso do primeiro semestre de 2009 e 2008, o Grupo apropriou-se de resultados em empresas associadas conforme segue:

Valores em Euros	1ºS 2009	1ºS 2008
Sub-Grupo Secil		
Chryso - Aditivos de Portugal, S.A.	(6.373)	(3.130)
Setefrete, SGPS, S.A.	393.512	421.807
J.M. Henriques, Lda.	4.499	(4.853)
	391.638	413.824

O Grupo não reconhece impostos diferidos sobre estes montantes, quando positivos, por entender ser aplicável o disposto no artigo 46º do código do IRC.

10. Resultados financeiros Líquidos

Em 30 de Junho de 2009 e 2008, os Resultados financeiros líquidos decompõem-se como segue:

Valores em Euros	1ºS 2009	1ºS 2008
Juros suportados com empréstimos de accionistas	(101.745)	(212.762)
Juros suportados com outros empréstimos obtidos	(30.946.146)	(37.364.214)
Outros juros obtidos	2.937.978	10.119.459
Rendimentos de títulos de participação	866.316	34.439
Variações de Justo valor em activos financeiros	(556.100)	-
Ganhos / (Perdas) com instrumentos financeiros de negociação	(2.084.284)	(864.546)
Ganhos / (Perdas) com instrumentos financeiros de cobertura	1.891.559	7.736.511
Especialização de prémios de opções	-	(1.578.000)
Ganhos/(Perdas) com juros compensatórios	5.353.475	(1.900.225)
Diferenças de Câmbio	1.887.475	(756.314)
Outros custos e perdas financeiros	(1.575.657)	(1.226.535)
Outros proveitos e ganhos financeiros	10.560	(2.080.862)
	(22.276.257)	(28.058.805)

A rubrica Variação de justo valor em activos financeiros corresponde à desvalorização verificada nos títulos cotados detidos pelo Grupo, e classificados como activos financeiros ao justo valor através de resultados, conforme descrito na nota 20.

Em 2008 os juros compensatórios estavam associados a liquidações adicionais de impostos (relativos a liquidações dos anos de 1998 a 2003) e contingências fiscais em Portugal e no exterior, tendo sido revertidos em 2009 por se verificar não serem exigíveis.

As rubricas Ganhos com instrumentos financeiros de negociação e cobertura acomodam os ganhos registados no exercício com os instrumentos descritos na nota 33.

11. Imposto sobre o rendimento

Os grupos Semapa, Portucel, Secil e ETSA encontram-se sujeitos ao regime especial de tributação de grupos de sociedades, constituído pelas empresas com uma participação igual ou superior a 90% e que cumprem as condições previstas no artigo 63º e seguintes do Código do IRC.

As empresas que se englobam no perímetro dos grupos de sociedades sujeitos a este regime apuram e registam o imposto sobre o rendimento tal como se fossem tributadas numa óptica individual.

Caso sejam apurados ganhos na aplicação deste regime, estes são registados como um proveito nas diversas sociedades dominantes.

De acordo com a legislação em vigor, os ganhos e perdas em empresas do grupo e associadas, resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial, são deduzidos ou acrescidas, respectivamente, ao resultado do período, para apuramento da matéria colectável.

Os dividendos são considerados no apuramento da matéria colectável do ano em que são recebidos, se as participações forem detidas por um período inferior a um ano ou representem uma percentagem inferior a 10% do capital social da participada excepto se o custo de aquisição for superior a Euros 20.000.000.

Em 30 de Junho de 2009 e 2008, a rubrica Impostos sobre o Rendimento apresenta o seguinte detalhe:

Valores em Euros	1ºS 2009	1ºS 2008
Imposto corrente	17.072.940	30.687.574
Provisões líquidas para impostos (Nota 25)	(5.092.682)	(20.454.461)
Imposto diferido	(332.099)	8.195.625
	11.648.159	18.428.738

A reconciliação da taxa efectiva de imposto no primeiro semestre de 2009 e 2008, é evidenciada como segue:

Valores em Euros	30-06-2009	30-06-2008
Resultado antes de impostos	50.025.934	91.882.861
Imposto esperado	13.256.873	24.348.958
Diferenças (a)	(2.597.741)	2.528.644
Prejuízos fiscais recuperáveis de exercícios anteriores	(91.344)	-
Prejuízos fiscais não recuperáveis	4.463.175	1.346.632
Efeito de taxa de imposto	4.143.632	14.300.000
Provisão para imposto corrente	(5.092.682)	(20.454.461)
Ajustamentos à colecta	(2.433.754)	(3.641.035)
	11.648.159	18.428.738
Taxa efectiva de imposto	23,28%	20,06%

(a) Este valor respeita essencialmente a :

Efeito da aplicação do método da Equivalência Patrimonial	(170.453)	(413.824)
Mais / (Menos) valias fiscais	96.161	(3.638.081)
(Mais) / Menos valias contabilísticas	(441.438)	(3.216.004)
Ajustamentos e provisões tributadas	4.901.873	6.417.853
Benefícios fiscais	(630.459)	(699.496)
Dividendos de empresas sediadas fora da U.E.	4.267.647	3.210.569
Redução de provisões tributadas	(11.137.332)	(520.203)
Dotações para fundo de pensões	2.656.315	(256.343)
Outros	(9.345.109)	8.657.582
	(9.802.795)	9.542.053
Impacto fiscal (26,50%)	(2.597.741)	2.528.644

Em 30 de Junho de 2008, a provisão para imposto incluía Euros 11.797.305 relativos à anulação da responsabilidade decorrente da correcção da administração fiscal efectuada em exercícios anteriores no valor global de Euros 17.300.599, que desconsiderava para efeitos fiscais a dedução à colecta relativa aos incentivos fiscais recebidos pela Soporcel aquando da construção da segunda máquina de papel no complexo industrial da Figueira da Foz, no período de 1998 a 2000. Em Fevereiro de 2008, foi proferida sentença favorável relativamente à impugnação pela Soporcel desta decisão, pelo que foi reconhecida no exercício a anulação da responsabilidade relativa a esta correcção.

As declarações anuais de rendimentos estão sujeitas em Portugal a revisão, e eventuais ajustamentos por parte das autoridades fiscais, durante um período de 4 anos. Contudo, no caso de serem apresentados prejuízos fiscais estes podem ser sujeitos a revisão e liquidação pelas autoridades fiscais por um período de 10 anos. Noutros países em que o Grupo desenvolve a sua actividade os prazos são diferentes, em regra superiores.

O Conselho de Administração entende que eventuais correcções àquelas declarações em resultado de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais não terão efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2009, sendo certo que já foram revistos os exercícios até 2005, inclusive, estando a decorrer a inspecção aos exercícios de 2006 e 2007, na Portucel, Soporcel e Secil.

12. Resultados por acção

Não existem instrumentos financeiros convertíveis sobre as acções da Semapa, pelo que não existe diluição dos resultados.

Valores em Euros	1ºS 2009	1ºS 2008
Resultado atribuível aos Accionistas da Semapa	25.819.318	55.746.096
Número médio ponderado de acções	112.884.470	112.884.470
Resultado básico por acção	0,229	0,494
Resultado diluído por acção	0,229	0,494

O número médio ponderado de acções encontra-se deduzido do número de acções próprias de 2.727.975 detidas pela Seminv, S.A., sociedade subsidiária da Semapa SGPS, S.A. assim como 2.720.000 acções próprias adquiridas pela própria em Julho de 2007.

13. Interesses não controlados

Em 30 de Junho de 2009 e 2008, os Interesses não controlados evidenciados na Demonstração dos resultados detalham-se como segue:

Valores em Euros	30-06-2009	31-12-2008
Portucel - Empresa de Pasta e Papel, SA	259.879.386	273.339.404
Raiz - Instituto de Investigação da Floresta e Papel	199.680	231.358
Grupo Secil Betões e Inertes	193.546	212.990
Société des Ciments de Gabès	649.596	703.405
Secil Martingança	162.124	155.414
Secil - Companhia de Cimento do Lobito, S.A.	4.277.103	3.859.237
Cimentos de Siblino, S.A.L.	20.642.678	20.898.063
Grupo Cimentos Madeira	2.810.320	2.882.475
ETSA - Empresa Transformadora de Subprodutos Animais, SA	1.333.276	-
Abapor	-	803
Outros	806.997	657.344
	290.954.706	302.940.493

Em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, os Interesses não controlados evidenciados pela Posição Financeira Consolidada detalham-se como segue:

Valores em Euros	1ºS 2009	1ºS 2008
Portucel - Empresa de Pasta e Papel, SA	8.763.718	16.169.708
Raiz - Instituto de Investigação da Floresta e Papel	(32.860)	(31.657)
Grupo Secil Betões e Inertes	145.972	37.609
Société des Ciments de Gabès	11.661	25.407
Secil Martingança	6.714	11.682
Secil - Companhia de Cimento do Lobito, S.A.	1.213.364	143.378
Cimentos de Siblino, S.A.L.	2.351.746	1.097.829
Grupo Cimentos Madeira	(53.925)	237.583
ETSA - Empresa Transformadora de Subprodutos Animais, SA	98.093	-
Outros	53.974	16.488
	12.558.457	17.708.027

A movimentação dos interesses não controlados no decurso do primeiro semestre de 2009 e 2008 apresenta-se conforme segue:

Valores em Euros	Pasta e Papel	Cimento e Derivados	Ambiente	Total
Saldo em 1 Janeiro 2008	278.645.979	26.227.101	-	304.873.080
Variações perímetro	-	-	11.232	11.232
Aquisições a Interesses não controlad	(23.273.803)	279.389	-	(22.994.414)
Dividendos	(6.412.181)	(2.490.148)	-	(8.902.329)
Reserva de conversão cambial	52.723	1.483.655	-	1.536.378
Instrumentos financeiros	(632.351)	-	-	(632.351)
Ganhos e perdas actuariais	(1.821.840)	5.359	-	(1.816.481)
Outros movimentos nos CP's	(43.210)	(4)	(129.357)	(172.571)
Resultado do período	27.055.445	3.863.575	118.928	31.037.948
Saldo em 31 Dezembro 2008	273.570.762	29.368.927	803	302.940.492
Variações perímetro	-	-	1.655.159	1.655.159
Aquisições a Interesses não controlad	(3.222.604)	-	-	(3.222.604)
Dividendos	(18.248.232)	(2.908.243)	(420.000)	(21.576.475)
Reserva de conversão cambial	(2.552)	(710.681)	-	(713.233)
Instrumentos financeiros	(795.539)	-	-	(795.539)
Ganhos e perdas actuariais	(17.357)	5.754	-	(11.603)
Outros movimentos nos CP's	63.730	56.299	23	120.052
Resultado do período	8.730.858	3.744.673	82.926	12.558.457
Saldo em 30 Junho 2009	260.079.066	29.556.729	1.318.911	290.954.706

O montante apresentado na rubrica Aquisições a interesses não controlados ocorrida no segmento de Pasta e Papel resulta do aumento de 0,28% da participação do Grupo na subsidiária Portucel.

14. Aplicação do resultado do exercício anterior

Valores em Euros	Aplicação do resultado do exercício de:	
	2008	2007
Distribuição de dividendos	29.481.173	29.481.173
Outras reservas	61.866.307	35.181.478
Resultados Transitados	15.000.000	57.287.910
Resultado líquido do exercício	106.347.480	121.950.561
Dividendos por acção	0,255	0,249

À data de 30 de Junho de 2009, a reserva legal encontra-se constituída pelo seu limite máximo à qual se acresce a reserva por prémio de emissão.

15. Goodwill

No primeiro semestre de 2009, o movimento ocorrido na rubrica Goodwill, foi conforme segue:

Valores em Euros	30-06-2009	31-12-2008
Valor líquido no início do período	330.370.980	285.675.118
Variação de perímetro	(8.206.941)	46.146.634
Perdas por imparidade	-	(1.570.228)
Aquisições	-	78.403
Ajustamento Cambial	(810.598)	41.053
Saldo Final	321.353.441	330.370.980

Nota: Os valores apresentados encontram-se líquidos de perdas por imparidade (Nota 2)

Conforme preconizado pela IAS 36, o goodwill encontra-se sujeito a testes de imparidade efectuados numa base anual conforme política contabilística descrita na nota 1.7.

Em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, o Goodwil detalha-se como segue:

Entidade	Ano Aq.	30-06-2009	31-12-2008
Aquisições Semapa e restantes Holdings			
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, SA	1997	6.766.530	6.766.530
Cimentospar, SGPS, SA	2003	81.296.931	81.296.931
Portucel - Empresa Produtora de Pasta e Papel, SA	2004	135.565.059	135.565.059
ETSA - Empresa de Transformação de Subprodutos	2008	35.866.358	44.832.948
		259.494.878	268.461.468
Aquisições do sub-grupo Secil (51%)			
CMP - Cimentos Maceira e Pataias, S.A.	1994	24.906.178	24.906.178
Société des Ciments de Gabès	2000	16.717.127	17.392.453
Grupo Secil Betões e Inertes	2000	6.796.621	6.796.621
Sud-Béton-Société de Fabrication de Béton du Sud	2001	993.715	1.028.410
Tecnosecil, S.A.R.L.	2005	858.043	871.423
IRP - Indústria de Reboco de Portugal, S.A.	2005	1.611.226	1.557.891
Sicobético - Fabricação de Betão, S.A.	2005	421.747	421.747
Secil Cabo Verde Comércio e Serviços, S.A.	2006	71.117	71.117
Secil Betões e Inertes, SGPS, S.A.	2005	311.197	311.197
Cimentos Madeira, S.A.	2007	924.103	924.103
Minerbetão, S.A.	2007	476.507	476.507
Cimentos de Siblino, S.A.L.	2007	5.672.579	5.758.579
Taporset, S.A.	2008	78.403	78.403
Quimpedra	2009	694.850	-
Colegra	2009	11.464	-
		60.544.877	60.595.826
Aquisições do sub-grupo ETSA			
Abapor - Comércio e Indústria de Carnes, SA	2008	1.313.686	1.313.686
		1.313.686	1.313.686
		321.353.441	330.370.980

O Goodwill é atribuído às unidades geradoras de fluxos de caixa (CGU's) do Grupo, identificadas de acordo o segmento de negócio e com o país da operação, conforme segue:

30 de Junho de 2009

Valores em Euros	30 de Junho de 2009		Ambiente	Total
	Cimento e derivados	Pasta e Papel		
Portugal	124.295.757	135.565.059	37.180.044	297.040.860
Tunísia	17.710.842	-	-	17.710.842
Libano	5.672.579	-	-	5.672.579
Angola	858.043	-	-	858.043
Cabo Verde	71.117	-	-	71.117
	148.608.338	135.565.059	37.180.044	321.353.441

31 de Dezembro de 2008

Valores em Euros	31 de Dezembro de 2008		Ambiente	Total
	Cimento e derivados	Pasta e Papel		
Portugal	123.536.108	135.565.059	46.146.634	305.247.801
Tunísia	18.420.863	-	-	18.420.863
Libano	5.759.776	-	-	5.759.776
Angola	871.423	-	-	871.423
Cabo Verde	71.117	-	-	71.117
	148.659.287	135.565.059	46.146.634	330.370.980

Para efeitos de testes de imparidade, o valor recuperável das CGU's é determinado com base no valor em uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados. Os cálculos baseiam-se no desempenho histórico e nas expectativas de desenvolvimento do negócio com a actual estrutura produtiva, sendo utilizado o orçamento para o ano seguinte e uma estimativa dos fluxos de caixa para um período subsequente de 4 anos.

Em resultado dos testes de imparidade efectuados às diferentes CGU's, não foram identificadas perdas por imparidade no Goodwill, para além das devidamente registadas e detalhadas na nota 8.

16. Outros activos intangíveis

No decurso do primeiro semestre de 2009 e 2008, o movimento ocorrido na rubrica Outros activos intangíveis, foi conforme segue:

Valores em Euros	Marcas	Propriedade industrial e outros direitos	Licenças de Emissão de CO2	Total
Custo de aquisição				
Saldo a 1 de Janeiro de 2008	151.488.000	4.163.653	1.603.313	157.254.966
Aquisições	-	-	42.701.661	42.701.661
Alienações	-	-	(12.176.954)	(12.176.954)
Regularizações, transferências e abates	-	(2.265.551)	(59.796)	(2.325.347)
Saldo a 30 de Junho de 2008	151.488.000	1.898.102	32.068.224	185.454.326
Aquisições	-	-	5.887.892	5.887.892
Alienações	-	-	(1.020.583)	(1.020.583)
Regularizações, transferências e abates	-	-	(11.324.435)	(11.324.435)
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	151.488.000	1.898.102	25.611.098	178.997.200
Aquisições	-	-	19.790.627	19.790.627
Alienações	-	-	(6.346.800)	(6.346.800)
Regularizações, transferências e abates	-	-	(17.857.530)	(17.857.530)
Saldo a 30 de Junho de 2009	151.488.000	1.898.102	21.197.395	174.583.497
Amort. acumuladas e perdas por imparidade				
Saldo a 1 de Janeiro de 2008	-	(2.748.088)	(1.543.516)	(4.291.604)
Variação de perímetro	-	-	-	-
Amortizações e perdas por imparidade	-	(232.209)	-	(232.209)
Alienações	-	-	-	-
Regularizações, transferências e abates	-	2.263.726	-	2.263.726
Ajustamento cambial	-	-	-	-
Saldo a 30 de Junho de 2008	-	(716.571)	(1.543.516)	(2.260.087)
Variação de perímetro	-	-	-	-
Amortizações e perdas por imparidade	-	(234.036)	-	(234.036)
Alienações	-	-	-	-
Regularizações, transferências e abates	-	1.825	-	1.825
Ajustamento cambial	-	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	-	(948.782)	(1.543.516)	(2.492.298)
Variação de perímetro	-	-	-	-
Amortizações e perdas por imparidade	-	(232.210)	-	(232.210)
Alienações	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-
Ajustamento cambial	-	-	-	-
Saldo a 30 de Junho de 2008	-	(1.180.992)	(1.543.516)	(2.724.508)
Valor líquido a 1 de Janeiro de 2008	151.488.000	1.415.565	59.797	152.963.362
Valor líquido a 30 de Junho de 2008	151.488.000	949.320	30.524.708	182.962.028
Valor líquido a 31 de Dezembro de 2008	151.488.000	949.320	24.067.582	176.504.902
Valor líquido a 30 de Junho de 2009	151.488.000	717.110	19.653.879	171.858.989

O montante de Euros 151.488.000 relevado na rubrica Marcas, corresponde à valorização inicial apurada na avaliação efectuada por uma entidade especializada e independente, às marcas Navigator e Soporset, utilizando as respectivas projecções de fluxos de caixa actualizadas a uma taxa de desconto apropriada, na sequência da atribuição dos justos valores aos activos e passivos do sub-Grupo Portucel, o qual não se

encontra sujeito a amortização por se considerar não ter vida útil definida (Nota 1.6).

A imparidade deste activo intangível é testada anualmente. Da avaliação levada a cabo pelo Grupo no primeiro semestre de 2009 não resultou qualquer perda por imparidade.

17. Terrenos, edifícios e outros equipamentos

No decurso do primeiro semestre de 2009 e 2008, o movimento ocorrido nos Terrenos, Edifícios e outros equipamentos, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade, foi conforme segue:

Valores em Euros	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamentos e outros tangíveis	Imobilizado em curso	Adiantamentos	Total
Custo de aquisição						
Saldo em 1 de Janeiro de 2008	173.229.808	634.454.548	3.400.848.839	49.068.314	1.238.026	4.258.839.535
Variação de perímetro	-	-	1.715	1.820.821	34.680	1.857.216
Aquisições	726	196.579	3.913.396	109.155.831	994.520	114.261.052
Alienações (6.174)	(8.206)	(2.384.375)	-	(84.720)	(2.483.475)	
Regularizações, transferências e abates	113.487	549.152	7.577.500	(7.733.235)	(43.275)	463.629
Ajustamento cambial	(1.194.122)	(1.562.822)	(5.054.822)	(102.310)	(63.089)	(7.977.165)
Saldo em 30 de Junho de 2008	172.143.725	633.629.251	3.404.902.253	152.209.421	2.076.142	4.364.960.792
Variação de perímetro	3.512.640	10.299.374	23.617.543	(44.664)	-	37.384.893
Aquisições	2.950.340	387.559	12.655.601	144.176.734	556.631	160.726.865
Alienações (59.241)	(250.766)	(4.656.560)	-	84.720	(4.881.847)	
Regularizações, transferências e abates	(107.567)	990.533	8.922.646	(10.483.886)	(597.623)	(1.275.897)
Ajustamento cambial	1.090.386	2.417.535	7.100.611	220.203	148.315	10.977.050
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	179.530.283	647.473.486	3.452.542.094	286.077.808	2.268.185	4.567.891.856
Variação de perímetro	3.060.000	64.229	1.848.399	-	-	4.972.628
Aquisições	979.799	265.434	11.661.610	261.205.014	338.787	274.450.644
Alienações	-	(99.771)	(3.170.021)	-	-	(3.269.792)
Regularizações, transferências e abates	224.482	2.058.088	7.490.154	(9.877.417)	(143.142)	(247.835)
Ajustamento cambial	(1.181.846)	(796.727)	(3.227.715)	(111.906)	(38.784)	(5.356.978)
Saldo em 30 de Junho de 2009	182.612.718	648.964.739	3.467.144.521	537.293.499	2.425.046	4.838.440.524
Amort. acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo em 1 de Janeiro de 2008	(13.758.122)	(367.414.990)	(2.256.172.404)	-	-	(2.637.345.516)
Variação de perímetro	-	-	-	-	-	-
Amortizações e perdas por imparidade	(499.728)	(11.548.231)	(59.600.802)	-	-	(71.648.761)
Alienações	-	6.702	2.464.921	-	-	2.471.623
Regularizações, transferências e abates	184.191	238.390	757.527	-	-	1.180.108
Ajustamento cambial	167.215	617.250	2.428.184	-	-	3.212.649
Saldo em 30 de Junho de 2008	(13.906.444)	(378.100.879)	(2.310.122.574)	-	-	(2.702.129.897)
Variação de perímetro	-	(4.091.113)	(18.064.661)	-	-	(22.155.774)
Amortizações e perdas por imparidade	(410.873)	(10.681.986)	(49.543.798)	-	-	(60.636.657)
Alienações	2.984	32.617	4.443.717	-	-	4.479.318
Regularizações, transferências e abates	151.911	(647.772)	(7.114.828)	-	-	(7.610.689)
Ajustamento cambial	(118.580)	(949.238)	(3.194.110)	-	-	(4.261.928)
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	(14.281.002)	(394.438.371)	(2.383.596.254)	-	-	(2.792.315.627)
Variação de perímetro	(111.285)	(40.836)	(1.416.255)	-	-	(1.568.376)
Amortizações e perdas por imparidade	(525.523)	(11.010.619)	(59.427.389)	-	-	(70.963.531)
Alienações	-	90.816	3.051.787	-	-	3.142.603
Regularizações, transferências e abates	-	12.073	(62.536)	-	-	(50.463)
Ajustamento cambial	207.225	376.777	1.653.003	-	-	2.237.005
Saldo em 30 de Junho de 2009	(14.710.585)	(405.010.160)	(2.439.797.644)	-	-	(2.859.518.389)
Valor líquido em 1 de Janeiro de 2008	159.471.686	267.039.558	1.144.676.435	49.068.314	1.238.026	1.621.494.019
Valor líquido em 30 de Junho de 2008	158.237.281	255.528.372	1.094.779.679	152.209.421	2.076.142	1.662.830.895
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2008	165.249.281	253.035.115	1.068.945.840	286.077.808	2.268.185	1.775.576.229
Valor líquido em 30 de Junho de 2009	167.902.133	243.954.579	1.027.346.877	537.293.499	2.425.046	1.978.922.135

O Grupo aplica a interpretação IFRIC 4 – Determinar se um acordo contém uma locação. Em virtude da adopção desta norma a rubrica Activo fixos tangíveis – Equipamentos e outros tangíveis foi aumentada em Euros 44.003.950 ao qual se deduziram as respectivas depreciações acumuladas no montante de Euros 27.135.769 (31 de Dezembro de 2008: Euros 26.402.370), com referência a 30 de Junho de 2009. Em 30 de Junho de 2009 o valor líquido contabilístico destes equipamentos ascende a Euros 16.868.181 (31 de Dezembro de 2008: Euros 17.601.580).

Em 30 de Junho de 2009 a rubrica de imobilizado em curso inclui Euros 184.180.380 (2008: Euros 112.945.861), relativos a adiantamentos de imobilizado, atribuídos no âmbito dos projectos de investimento actualmente em curso no Grupo. Estes montantes encontram-se integralmente garantidos por garantias bancárias ao primeiro pedido entregues pelos fornecedores em causa às empresas do Grupo que se encontram a promover os investimentos, conforme prática de mitigação do risco de crédito implementada.

18. Activos biológicos

No decurso do primeiro semestre de 2009 e exercício 2008, o movimento ocorrido nos activos biológicos decompõe-se como segue:

Valores em Euros	30-06-2009	31-12-2008
Valor bruto a 1 de Janeiro	122.827.050	122.924.753
Variações de justo valor		
Cortes efectuados no período	(7.721.140)	(16.011.898)
Crescimento	5.707.432	13.697.838
Replantações	1.225.966	1.509.033
Outras variações de justo valor	1.602.235	707.324
Total de variações de justo valor	814.493	(97.703)
	123.641.543	122.827.050

Os montantes apresentados em Outras variações de justo valor correspondem, essencialmente, a alterações (positivas ou negativas) no volume estimado de potencial futuro de extracção de madeira por via de novas plantações, ganhos/perdas de eficiência na exploração dos activos florestais e abates por incêndios.

Durante o período de 6 meses findo em 30 de Junho de 2009, foram extraídos das florestas detidas ou exploradas pelo Grupo cerca de 262.000 m³ (31 de Dezembro de 2008: cerca de 847.000 m³) de madeira para incorporação na produção de BEKP.

19. Investimentos em associadas

O movimento ocorrido nesta rubrica no primeiro semestre de 2009 e 2008, foi como segue:

Valores em Euros	30-06-2009	31-12-2008
Saldo inicial	1.828.322	3.559.110
Varição de perímetro	-	(27.900)
Alteração de método de consolidação	-	(1.680.227)
Resultado líquido apropriado	391.638	432.989
Dividendos recebidos	-	(435.094)
Ajustamento cambial	(45)	(24)
Outros movimentos	-	(20.532)
	2.219.915	1.828.322

O total de investimentos em associadas inclui um montante de Euros 1.136.153 correspondente ao goodwill apurado na aquisição de uma participação na Setefrete, SGPS, SA..

Em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, os investimentos em associadas na Posição Financeira Consolidada, incluindo o goodwill, tinham a seguinte composição:

Participadas/Associadas	% detida	30-06-2009	31-12-2008
Secil - Energia, Lda.	100,00%	28.185	28.185
Chryso - Aditivos de Portugal, S.A.	40,00%	9.393	15.766
Setefrete, SGPS, S.A.	25,00%	1.848.712	1.455.200
MC - Matériaux de Construction	49,36%	1.354	1.400
J.M. Henriques, Lda.	100,00%	202.197	197.697
Soporgen	8,00%	4.000	4.000
Liaison Technologie	1,52%	126.074	126.074
		2.219.915	1.828.322

20. Activos financeiros ao justo valor através de resultados

O movimento ocorrido nesta rubrica no primeiro semestre de 2009 e exercício de 2008, foi como segue:

Valores em Euros	30-06-2009	31-12-2008
Justo valor no início do período	13.400.586	-
Aquisições	-	15.774.360
Alienações	-	-
Variações líquidas de Justo valor	(252.910)	(2.373.774)
Justo valor no fim do período	13.147.676	13.400.586

Em 30 de Junho de 2009, os activos financeiros ao justo valor através de resultados detalham-se como segue:

	Nº Acções	Justo valor
Banco Comercial Português, SA	6.135.000	4.441.740
EDP - Energias de Portugal, SA	3.116.071	8.703.186
Outros	1.000	2.750
	9.252.071	13.147.676

21. Activos disponíveis para venda

O movimento ocorrido nesta rubrica no primeiro semestre de 2009 e exercício de 2008, foi como segue:

Valores em Euros	30-06-2009	31-12-2008
Justo valor no início do período	877.174	1.427.137
Alteração do método de consolidação	-	-
Aquisições	115.945	-
Alienações	-	-
Varição cambial	(4.733)	16.835
Variações de Justo valor	2.182	(566.798)
Justo valor no fim do período	990.568	877.174

Em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, o justo valor dos Activos disponíveis para venda tinham a seguinte decomposição:

Valores em Euros	30-06-2009	31-12-2008
Titulos da dívida pública de Angola	303.514	308.247
Banco Espírito Santo, SA	432.864	323.201
Outros títulos	254.190	245.726
	990.568	877.174

22. Imparidades em activos não correntes e correntes

O movimento ocorrido na rubrica de imparidades em activos não correntes, no primeiro semestre de 2009 e exercício de 2008, foi como segue:

Valores em Euros	Goodwill*	Activos fixos Tangíveis	Investimentos Associadas	Total
1 de Janeiro de 2008	8.835.624	7.632.093	9.268	16.476.985
Alteração do método de consolidação	-	-	-	-
Varição de perímetro	-	-	-	-
Ajustamento cambial	(126.398)	-	-	(126.398)
Reforço	1.570.228	-	-	1.570.228
Reversões	-	-	(966)	(966)
Utilizações	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2008	10.279.454	7.632.093	8.302	17.919.849
Varição de perímetro	-	-	-	-
Ajustamento cambial	(250.415)	-	-	(250.415)
Reforço (Nota 8)	-	-	-	-
Reversões (Nota 5 e 16)	-	(150.000)	-	(150.000)
Utilizações	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-
30 de Junho de 2009	10.029.039	7.482.093	8.302	17.519.434

* Imparidade do Goodwill referente a empresas subsidiárias e associadas

O movimento ocorrido na rubrica de imparidades em activos correntes, no primeiro semestre de 2009 e exercício de 2008, foi como segue:

Valores em Euros	Existências	Clientes c/c	Valores a rec. Associadas	Outros Devedores	Total
1 de Janeiro de 2008	3.344.178	14.734.582	1.244.431	3.673.522	22.996.713
Alteração do método de consolidação	-	-	-	-	-
Variação de perímetro	3.564	177.517	-	-	181.081
Ajustamento cambial	50.191	11.991	-	602	62.784
Reforço	5.620.381	2.568.344	48.388	165.596	8.392.709
Reversões	(375.279)	(641.061)	-	(1.643)	(1.017.983)
Utilizações	-	(4.518.297)	-	(128.389)	(4.646.686)
Transferências	164.078	-	-	840.574	1.004.652
31 de Dezembro de 2008	8.807.113	12.323.076	1.292.819	4.550.262	26.973.270
Variação de perímetro	-	8.076	-	-	8.076
Ajustamento cambial	(37.202)	(34.470)	-	(44.670)	(116.342)
Reforço (Nota 6)	93.231	354.776	18.832	1.462.133	1.928.972
Reversões (Nota 5)	(5.563.559)	(346.108)	-	(199.526)	(6.109.193)
Utilizações	-	(141.865)	-	(23.914)	(165.779)
Transferências	-	-	-	(765.304)	(765.304)
30 de Junho de 2009	3.299.583	12.161.485	1.311.651	4.978.981	21.751.700

23. Existências

Em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, a rubrica Existências tinha a seguinte composição:

Valores em Euros	30-06-2009	31-12-2008
Matérias primas	168.331.128	185.464.040
Produtos e trabalhos em curso	12.985.277	12.975.171
Sub-produtos e desperdícios	1.076.917	926.906
Produtos acabados e mercadorias	49.878.079	78.485.909
Mercadorias	5.404.469	10.199.557
Adiantamentos	2.110.961	918.608
	239.786.831	288.970.191

Nota: Os valores apresentados encontram-se líquidos de perdas por imparidade (nota 22)

24. Valores a receber correntes

Em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, a rubrica Valores a receber correntes, decompõe-se como segue:

Valores em Euros	30-06-2009	31-12-2008
Clientes	214.599.852	218.651.431
Clientes - empresas associadas (Nota 34)	21.328	7.610
Instrumentos financeiros derivados (Nota 33)	8.461.941	11.332.679
Outros devedores	16.741.382	40.591.924
Acréscimo de proveitos	911.074	2.210.375
Custos diferidos	7.154.252	3.382.806
	247.889.829	276.176.825

Nota: Os valores apresentados encontram-se líquidos de perdas por imparidade (nota 22)

Em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, a rubrica Outros devedores detalha-se conforme segue:

Valores em Euros	30-06-2009	31-12-2008
Saldos com partes relacionadas		
Outras partes relacionadas (Nota 34)	540.219	1.174.455
	540.219	1.174.455
Outros devedores		
Adiantamentos a fornecedores	696.274	689.317
Subsídio a receber do IAPMEI	-	182.316
AICEP - Incentivos financeiros a receber	9.831.244	15.840.784
EDP	195.761	726.730
IMT	334.648	320.648
Outros	5.143.235	21.657.674
	16.201.162	39.417.469
	16.741.381	40.591.924

Em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, as rubricas de Acréscimo de proveitos e Custos diferidos detalham-se conforme segue:

Valores em Euros	30-06-2009	31-12-2008
Acréscimos de proveitos		
Juros a receber	104.162	1.241.416
Descontos em compras	122.634	114.766
Subsídios a receber	-	352.069
Outros	684.278	502.124
	911.074	2.210.375
Custos diferidos		
Grandes reparações	271.965	175.009
Seguros	4.294.461	43.526
Rendas e alugueres	409.385	210.649
Outros	2.178.441	2.953.622
	7.154.252	3.382.806
	8.065.326	5.593.181

25. Estado

Em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, não existiam dívidas em situações de mora com o Estado e outros Entes Públicos.

Os saldos com estas entidades detalham-se como segue:

Activos correntes

Valores em Euros	30-06-2009	31-12-2008
Estado e Outros entes Públicos		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC	10.100.431	8.788.212
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - IRS	184.349	270
Imposto sobre o Valor Acrescentado	11.656.955	9.768.447
Imposto sobre o Valor Acrescentado - Reembolsos pedidos	31.403.441	36.905.939
Restantes Impostos	213.081	-
	53.558.257	55.462.868

O montante de reembolsos pedidos em 30 de Junho de 2009 detalha-se como segue por empresa e por mês:

Valores em Euros	Fev/2009	Mar/2009	Abr/2009	Mai/2009	Jun/2009	Total
Enerpulp	729.993	802.215	816.579	740.147	782.038	3.870.972
Portugal	2.022.071	2.443.852	2.992.829	2.227.901	3.566.757	13.243.410
Soporal	-	-	-	2.706.155	3.092.702	5.798.857
About The Future	-	-	6.292.458	926.163	-	7.218.621
SPOG	-	-	-	-	739.967	739.967
PortugalSoporal Cogeração de Energia	-	-	-	-	270.000	270.000
ETSA	-	-	-	-	281.614	281.614
	2.752.064	3.246.067	10.101.866	6.600.366	8.793.078	31.403.441

Destes valores foram recebidos até à data de emissão deste relatório Euros 8.725.411.

Passivos correntes

Valores em Euros	30-06-2009	31-12-2008
Estado e Outros entes Públicos		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC	15.500.610	4.870.060
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - IRS	3.540.923	4.186.895
Imposto sobre o Valor Acrescentado	5.696.885	6.499.559
Contribuições para a Segurança Social	4.400.363	2.822.725
Liquidações adicionais de imposto	37.013.127	41.579.148
Outros	296.999	1.164.295
	66.448.907	61.122.682

Em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, a rubrica de Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas – IRC decompõe-se do seguinte modo:

Valores em Euros	30-06-2009	31-12-2008
Imposto sobre o rendimento do período	16.037.748	41.561.566
Ajustamento cambial	(27.166)	26.528
Pagamentos por conta	(1.828)	(31.202.511)
Retenções na fonte a recuperar	(1.335.504)	(4.621.368)
IRC de exercícios anteriores	827.360	(894.155)
	15.500.610	4.870.060

26. Capital social e acções próprias

Em 30 de Junho de 2009, o capital social da Semapa, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo

representado por 118.332.445 acções com o valor nominal de 1 Euro.

Em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 as pessoas colectivas que detinham posições relevantes no capital da sociedade detalham-se conforme segue:

Denominação	Nº de Acções	%	
		30-06-2009	31-12-2008
Longapar, SGPS, S.A.	20.769.300	17,55	17,55
Sodim, SGPS, S.A.	18.842.424	15,92	15,92
Cimo - Gestão de Participações, SGPS, S.A.	14.106.675	11,92	11,92
Banco BPI, SA	12.009.004	10,15	10,15
Bestinver Gestión, SGIIC, S.A.	8.823.222	7,46	8,20
Banco Espírito Santo, SA	6.058.823	5,12	5,23
Credit Suisse Group	5.461.325	4,62	19,94
Seminv - Investimentos, SGPS, S.A	2.727.975	2,31	2,31
Axa Rosenberg Group LLC	1.920.197	1,62	2,14
Sonaca - SGPS, S.A.	1.630.590	1,38	1,38
Acções próprias	2.720.000	2,30	2,30
Outros accionistas com participações inferiores a 2%	23.262.910	19,66	2,96
	118.332.445	100,00	100,00

A sociedade Seminv Investimentos, SGPS, S.A. é uma empresa subsidiária do Grupo Semapa pelo que as 2.727.975 acções por si detidas encontram-se evidenciadas como acções próprias nas Demonstrações Financeiras consolidadas do Grupo.

Adicionalmente, no dia 4 de Julho de 2007, a Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. adquiriu, através de operação realizada em bolsa, 2.720.000 acções próprias, passando a deter, directa e indirectamente, 4,6% do seu capital social.

27. Reservas e Lucros retidos

Em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, as rubricas Reserva de justo valor, Reserva de conversão cambial e Outras reservas decompõem-se como segue:

Valores em Euros	30-06-2009	31-12-2008
Justo valor de instrumentos financeiros	2.277.692	4.546.249
Justo valor de activos disponíveis para venda	316.386	316.386
Revalorização resultante da aquisição de controlo	(1.281.742)	(1.281.742)
Total de Reservas de justo valor	1.312.336	3.580.893
Reserva de conversão cambial	(17.292.847)	(14.005.971)
Reserva legal	23.666.489	23.666.489
Outras reservas	687.950.023	626.083.716
Total de Outras reservas	711.616.512	649.750.205
Total de reservas	695.636.001	639.325.127

Justo valor de Instrumentos financeiros

O montante de Euros 2.277.692, liquido de impostos diferidos, no montante de Euros 821.209, apresentado na rubrica Justo valor de instrumentos financeiros, corresponde à quota parte apropriada da variação do justo valor dos instrumentos financeiros classificados como de cobertura, cuja valorização, em 30 de Junho de 2009, ascendia a Euros 5.042.140 (Nota 33), contabilizados em conformidade com a política descrita na nota 1.13.

Justo valor de Activos disponíveis para venda

O montante de Euros 316.386 corresponde: à apropriação pelo Grupo do justo valor dos títulos da dívida de Angola ainda em carteira.

Revalorizações resultantes de aquisições de controlo

O montante de Euros 1.281.742 negativos evidenciado nesta rubrica corresponde à apropriação pelo Grupo do justo valor atribuído aos activos da subsidiária Ciment de Sibline, no exercício de 2007, na parte proporcional à participação já detida antes da aquisição do controlo.

Reserva de Conversão cambial

O montante negativo de Euros 17.292.847 respeita à apropriação pelo Grupo das diferenças cambiais resultantes da conversão das demonstrações financeiras das sociedades que operam fora da zona Euro, essencialmente na Tunísia, Líbano, Angola, Estados Unidos da América e Reino Unido.

Reservas legais

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital, o que se verifica em 31 de Dezembro de 2008.

Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da sociedade poderá, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Outras Reservas

Correspondem a reservas livres para distribuição aos accionistas constituídas através da transferência de resultados de exercícios anteriores.

Na sequência da aquisição de 2.720.000 acções próprias no exercício de 2007 e da detenção de 2.727.975 acções pela subsidiária Seminv, foi tornada indisponível uma reserva no montante equivalente ao custo de aquisição global das referidas acções, em conformidade com a legislação comercial aplicável, reserva esta que deverá ser mantida até à alienação das referidas acções.

Lucros Retidos

Reforço de participação em empresas controladas

O Grupo regista nesta rubrica as diferenças apuradas entre a quota parte dos capitais próprios adquiridos e o valor de aquisição de participações adicionais de capital em empresas por si já controladas.

Em 30 de Junho de 2009, o montante acumulado destas diferenças registado nesta rubrica ascende a Euros 62.174.893.

Ganhos e perdas actuariais

São igualmente registados nesta rubrica os desvios actuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos utilizados para efeito de apuramento de responsabilidades com benefícios pós emprego e o que efectivamente ocorreu (bem como de alterações efectuadas nos mesmos e do diferencial entre o valor esperado da rentabilidade dos activos dos fundos e a

rentabilidade real) conforme política descrita na Nota 1.22.1.

No primeiro semestre de 2009 o Grupo registou desvios actuariais positivos num montante de Euros 2.424.287 (Nota 29), dos quais Euros 2.435.890 positivos foram apropriados pelo Grupo, correspondentes à sua proporção nos impactos ocorridos na Semapa e suas subsidiárias. Os restantes Euros 1.816.481 negativos correspondem à quota parte atribuível aos interesses não controlados.

28. Impostos diferidos

No decurso primeiro semestre de 2009, o movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos de cada sub grupo, foi o seguinte:

Valores em Euros	A 1 de Janeiro de 2009	Ajustamento Cambial	Demonstração de resultados		Lucros Retidos	Transferências	A 30 de Junho de 2009
			Aumentos	Reduções			
Diferenças temporárias que originam activos por impostos diferidos							
Prejuízos fiscais reportáveis	24.754.819	-	-	(287.133)	-	-	24.467.686
Provisões tributadas	21.884.997	(57.617)	602.447	(5.084.850)	-	-	17.344.977
Ajustamento de activos imobilizados	13.149.228	-	5.733.287	(2.795.386)	-	-	16.087.129
Insuficiência do fundo de pensões	2.597.369	(2.581)	25.886	-	721.688	(336.559)	3.005.803
Mais-valias contabilísticas diferidas (intra-grupo)	9.535.257	-	-	(3.378.243)	-	-	6.157.014
Valorização das florestas em crescimento	15.681.948	-	-	(2.440.557)	-	-	13.241.391
Amortizações em activos sujeitos à IFRIC 4	3.842.014	-	-	(113.352)	-	-	3.728.662
Incentivos fiscais ao investimento	11.785.472	-	-	(9.869.834)	-	-	1.915.638
Responsabilidade por subsídio de reforma	582.178	(5.033)	15.698	-	28.560	-	621.403
Responsabilidade por prémio de antiguidade	645.460	-	6.369	-	42.785	-	694.614
Benefícios de reforma sem fundo autónomo	5.608.438	-	-	(140.524)	14.558	-	5.482.472
Desreconhecimento do subsídio ao investimento por harmoni	2.837.899	-	-	(61.055)	76.040	-	2.852.884
Responsabilidade por assistência na doença	5.876.962	-	-	(42.299)	-	-	5.834.663
Outras diferenças temporárias	3.163.754	25.196	-	(1.194.273)	-	-	1.994.677
	121.945.795	(40.035)	6.383.687	(25.407.506)	883.631	(336.559)	103.429.013
Diferenças temporárias que originam passivos por impostos diferidos							
Reavaliação de activos imobilizados	(22.915.042)	-	-	4.022.773	-	-	(18.892.269)
Benefícios de reforma	(905.721)	-	(13.097)	-	46.016	-	(872.802)
Instrumentos financeiros	(8.403.307)	-	-	52.614	4.168.838	-	(4.181.855)
Justo valor dos activos fixos - Soporcel	(239.782.448)	-	-	1.753.019	-	-	(238.029.429)
Benefícios Fiscais	(1.181.592)	-	-	-	-	-	(1.181.592)
Extensão da vida útil dos activos fixos tangíveis	(120.401.323)	141.270	(13.277.971)	-	-	-	(133.538.024)
Menos-valias diferidas contabilísticas intra-grupo	(102.863.202)	-	(6.894.170)	24.751.762	-	-	(85.005.610)
Mais valia fiscais com tributação diferida	(675.336)	-	-	38.991	-	-	(636.345)
Harmonização do critério das amortizações	(76.846.322)	195.674	(3.053.584)	-	-	-	(79.704.232)
Justo valor dos activos intangíveis - Marcas	(151.488.000)	-	-	-	-	-	(151.488.000)
Justo valor dos activos fixos - Portucel	(248.778.625)	-	-	12.438.932	-	-	(236.339.693)
Justo valor de subsidiárias	(70.354.485)	1.702.962	(105.396)	-	-	-	(71.705.872)
Excesso do fundo de pensões	(1.899.062)	-	-	30.712	(203.576)	336.559	(1.735.367)
Outras diferenças temporárias	(29.535)	-	-	15.313	-	-	(14.222)
	(1.046.524.000)	2.039.906	(23.344.218)	43.104.116	4.011.278	336.559	(1.023.325.312)
Activos por impostos diferidos	31.775.603	45.408	1.604.788	(6.736.336)	230.040	(89.188)	26.830.315
Passivos por impostos diferidos	(278.308.207)	573.310	(5.803.675)	11.267.322	1.064.128	89.188	(271.899.406)

Prejuízos fiscais reportáveis sem imposto diferido activo

Os prejuízos fiscais sobre os quais o Grupo considera, em 30 de Junho de 2009, não existir a capacidade de dedução a lucros tributáveis futuros, e como tal sem imposto diferido activo, detalham-se conforme segue:

Valores em Euros	Total	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	s/ prazo
Semapa e outras Holdings									
Semapa SGPS	21.476.192	5.120.440	8.830.888	-	-	-	7.524.864	-	-
Seminv SGPS	15.730.099	7.987.025	7.743.074	-	-	-	-	-	-
Seinpart SGPS	12.413.151	1.889	3.996.548	4.249.157	3.480.353	528.362	156.842	-	-
Verdeoculto SGPS	1.566	-	-	-	-	1.566	-	-	-
Great Earth - Prjectos, S.A.	75.198	-	-	-	-	-	75.198	-	-
Sub-Grupo Portucel									
Portucel Florestal	3.279.020	3.279.020	-	-	-	-	-	-	-
Sub-Grupo Secil (51%)									
Secil Pré-betão, S.A.	743.279	-	-	-	-	-	-	743.279	-
Secil Angola, SARL	2.321.951	2.321.951	-	-	-	-	-	-	-
Hewbol, SGPS, Lda	148.339	-	-	-	-	-	148.339	-	-
Florimar, SGPS, Lda	11.812	-	-	-	-	-	-	11.812	-
Betomadeira, S.A.	450.325	-	-	-	-	-	450.325	-	-
Madebritas, Lda.	15.151	-	-	-	15.151	-	-	-	-
Promadeira, Lda.	434.489	-	-	-	-	-	434.489	-	-
Cimentos Costa Verde	224.500	-	-	-	-	-	-	224.500	-
Secil Cabo Verde	11.437	-	-	-	-	-	11.437	-	-
Serife, Lda.	39.490	-	-	-	-	-	-	39.490	-
Zarzis Béton	24.464	-	-	-	24.464	-	-	-	-
Silonor, S.A.	1.093.126	-	-	-	-	-	-	-	1.093.126
Secil Unicon - S.G.P.S., Lda.	3.561	-	-	-	-	-	-	3.561	-
Sanimar	122	-	-	-	-	-	-	122	-
Pedra Regional. S.A.	129.850	-	-	-	-	-	129.850	-	-
COLEGRA, S.A.	3.779	-	-	-	-	-	-	3.779	-
Teporset - Terminal Portuário	8.920	-	-	-	-	-	-	8.920	-
Total	58.639.821	18.710.325	20.570.510	4.249.157	3.519.968	529.928	8.931.344	1.035.463	1.093.126

29. Pensões e outros benefícios pós-emprego

Conforme referido na Nota 1.30 o Grupo atribui aos seus trabalhadores e seus familiares diversos benefícios pós emprego. Em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 as responsabilidades evidenciadas pela Posição Financeira Consolidada detalham-se como segue:

Valores em Euros	30-06-2009	31-12-2008
Responsabilidades com Pensões	260.100.347	256.047.807
Fundos de pensões	(141.259.333)	(139.531.809)
Capital seguro	(1.024.111)	(987.968)
Responsabilidades com pensões não cobertas	117.816.903	115.528.030
Outras Responsabilidades pós emprego		
Assistência na Doença	5.910.704	5.876.962
Reforma e Morte	3.131.031	3.092.397
Prémio de Antiguidade	694.613	645.460
Total responsabilidades não cobertas	127.553.251	125.142.849

Semapa

A Assembleia Geral Anual de accionistas, realizada em 30 de Março de 2005, aprovou o Regulamento de reforma dos administradores da Semapa, em execução do disposto no artigo 17º dos estatutos da sociedade. Nos termos do referido regulamento, os administradores da Semapa têm direito ao abono de uma pensão mensal vitalícia paga 12 vezes por ano, a partir dos 55 anos de idade, se tiverem, regra geral, prestado o mínimo de 8 anos de serviço à sociedade, seguidos ou interpolados, na qualidade de administradores, o qual só poderá ser exercido quando da cessação de funções. Esta pensão atinge um máximo de 80%, sobre o vencimento mensal à data de cessação de funções, nos casos em que estejam atingidos 20 anos ao serviço da sociedade (8 dos quais na qualidade de administrador) e um mínimo de 27,2% correspondente a oito anos nessa qualidade. A estes montantes serão no entanto subtraídos os valores de pensões recebidos pelos beneficiários através do sistema público de segurança social.

Uma vez que os estatutos da sociedade determinam que os mandatos dos Órgãos sociais correspondem a um período de quatro anos, a responsabilidade decorrente deste plano é apurada e contabilizada a partir do início do segundo mandato.

Em 30 de Junho de 2009, o montante de responsabilidade afecta a este plano ascende a Euros 88.831.340. Até à data, não foi constituído qualquer fundo de pensões para financiamento desta responsabilidade que ficou a cargo do Grupo.

Sub Grupo Portucel

Presentemente, coexistem diversos planos de complemento de pensões de reforma e de sobrevivência, bem como de prémios de reforma, no conjunto das empresas que constituem o perímetro de consolidação do sub-Grupo Portucel, existindo, para determinadas categorias de trabalhadores activos, planos com carácter supletivo em relação aos abaixo descritos, igualmente com património autónomo afecto à cobertura dessas responsabilidades adicionais.

Nos termos do Regulamento dos Benefícios Sociais em vigor, os empregados do quadro permanente da Portucel e das suas principais subsidiárias, com mais de cinco anos de serviço (dez anos de serviço para a Soporcel, Aliança Florestal e Raiz) têm direito, após a passagem à reforma ou em situação de invalidez, a um complemento mensal de pensão de reforma ou de invalidez. Esse complemento está definido de acordo com uma fórmula que tem em consideração a remuneração mensal ilíquida actualizada para a categoria profissional do empregado à data da reforma e o número de anos de serviço, no máximo de 30 (máximo de 25 para a Soporcel, Aliança Florestal e Raiz), sendo ainda garantidas pensões de sobrevivência ao cônjuge e a descendentes directos.

Para cobrir esta responsabilidade, foram constituídos fundos de pensões autónomos, geridos por entidade externa, estando os activos dos fundos repartidos por cada uma das empresas. Adicionalmente, algumas das empresas do sub-Grupo Portucel assumiram responsabilidades de pagamento de um prémio de reforma, equivalente a 6 meses de vencimento, caso o empregado se reforme na data normal da reforma (65 anos).

Em 30 de Junho de 2009, o montante de responsabilidades afectas a planos de benefícios pós-emprego respeitantes a cinco administradores do Grupo Portucel, ascende a Euros 4.602.961 (31 de Dezembro de 2008: Euros 4.676.538).

Sub Grupo Secil

O sub-Grupo Secil implementou os planos de benefícios definidos, abaixo discriminados:

(i) Planos de benefícios definidos com fundos geridos por terceiras entidades

RESPONSABILIDADES POR COMPLEMENTOS DE PENSÕES DE REFORMA E SOBREVIVÊNCIA

- (i) CMP- Cimentos Maceira e Pataias, S.A.;
- (ii) Unibetão- Industrias de Betão Preparado, S.A.; e
- (iii) Cimentos Madeira, Lda.;

Assumiram o compromisso de pagar aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de reforma por velhice, invalidez, reforma antecipada e pensões de sobrevivência. As responsabilidades derivadas destes planos são asseguradas por fundos autónomos, administrados por terceiros. Estes planos são avaliados semestralmente, às datas dos fechos intercalar e anuais das demonstrações financeiras, por entidades especializadas e independentes, utilizando o método de crédito da unidade projectada.

(ii) Planos de benefícios definidos a cargo do Grupo**RESPONSABILIDADES POR COMPLEMENTOS DE PENSÕES DE REFORMA E SOBREVIVÊNCIA**

As responsabilidades decorrentes dos reformados da Secil, à data de constituição do Fundo de Pensões, 31 de Dezembro de 1987, são asseguradas directamente pela Secil. De igual forma, as responsabilidades assumidas por várias das suas subsidiárias, em Portugal, que se dedicam à produção e comercialização de betão pronto e argamassas, são asseguradas directamente por aquelas empresas.

Estes planos são igualmente avaliados semestralmente, por entidades independentes, utilizando o método de cálculo dos capitais de cobertura correspondentes aos prémios únicos das rendas vitalícias imediatas, na avaliação das responsabilidades com actuais pensionistas e o método de crédito da unidade projectada, na avaliação das responsabilidades com activos.

RESPONSABILIDADES POR ASSISTÊNCIA NA DOENÇA

A Secil e a suas subsidiárias CMP- Cimentos Maceira e Pataias, S.A., Cimentos Madeira, Lda., Brimade – Sociedade de Britas da Madeira, S.A. e a Promadeira – Sociedade Técnica de Construção da Ilha da Madeira, Lda., mantêm com os seus empregados um regime de assistência na doença, de natureza supletiva relativamente aos serviços oficiais de saúde, extensivo a familiares, pré-reformados e reformados e viúvas. Sob este regime, vêm sendo comparticipados custos de determinados cuidados de saúde:

- (i) na Secil através do Seguro de Saúde, contratado pela empresa;
- (ii) na CMP, através da “Cimentos - Federação das Caixas de Previdência”, para os trabalhadores nela incluídos, bem como, mediante aprovação prévia dos serviços médicos da empresa, para os restantes trabalhadores; e
- (iii) nas subsidiárias Cimentos Madeira, Brimade e Promadeira, mediante aprovação prévia dos serviços médicos das empresas.

RESPONSABILIDADES POR SUBSÍDIOS DE REFORMA E MORTE

A subsidiária CMP - Cimentos Maceira e Pataias, S.A. assumiu com os seus trabalhadores a responsabilidade pelo pagamento de um subsídio de reforma por velhice e por invalidez. Este subsídio de reforma representa 3 meses do último salário auferido. Adicionalmente, concede um subsídio por morte do trabalhador activo, de valor igual a 1 mês do último salário auferido.

RESPONSABILIDADES POR PRÉMIOS DE ANTIGUIDADE

A Secil e a sua subsidiária CMP – Cimentos Maceira e Pataias, S.A., assumiram com os seus trabalhadores a responsabilidade pelo pagamento de prémios àqueles que:

- (i) na Secil, atingem 25, 35 e 40 anos; e
- (ii) na CMP, atingem 20 e 35 anos de antiguidade nas referidas empresas, os quais são pagos no ano em que o trabalhador perfaz aquele número de anos ao serviço da Empresa.

Estas responsabilidades são asseguradas directamente pelas empresas.

PRESSUPOSTOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES

Os estudos actuariais desenvolvidos por entidades independentes, com referência a 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, para efeitos de apuramento nessas datas das responsabilidades por serviços passados, tiveram por base os seguintes pressupostos:

	30-06-2009	31-12-2008
Formula de Benefícios da Segurança Social	Decreto-Lei nº 187/2007 de 10 de Maio	Decreto-Lei nº 187/2007 de 10 de Maio
Tabelas de invalidez	EKV 80	EKV 80
Tabelas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de crescimento salarial - Grupo Secil	3,30%	3,30%
Taxa de crescimento salarial - Restantes empresas	2,50%	2,50%
Taxa de juro técnica	5,50%	5,50%
Taxa de crescimento das pensões	2,25%	2,25%
Taxa de reversibilidade das pensões Semapa	50,00%	50,00%
Nº de prestações anuais do complemento Semapa	12	12
Prémio de seguro de saúde - Secil	498,84	478,95
Prémio de seguro de saúde - CMP	484,00	484,00

FUNDOS AFECTOS AOS PLANOS DE BENEFÍCIO COM PENSÕES

No primeiro semestre de 2009 e exercício de 2008 a evolução do património dos fundos foi conforme segue:

Valores em Euros	30-06-2009		31-12-2008	
	Fundo autónomo	Capital seguro	Fundo autónomo	Capital seguro
Valor no início do exercício	139.531.810	987.968	145.637.604	1.040.086
Variação de perímetro	-	(2.140)	-	-
Variação cambial	-	-	-	(592)
Dotação efectuada	-	26.432	7.235.399	53.128
Rendimento real	3.747.082	17.121	(9.146.272)	81.534
Pensões pagas	(2.019.558)	-	(4.194.922)	-
Reformas processadas	-	(5.270)	-	(119.154)
Resgate de apólices de seguro	-	-	-	(67.034)
	141.259.334	1.024.111	139.531.809	987.968

A composição dos fundos, em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, é conforme segue:

Valores em Euros	30-06-2009	31-12-2008
Acções	25.296.055	21.821.769
Obrigações	77.843.729	39.050.490
Dívida Pública	9.924.071	30.548.639
Index Linked Bonds	3.245.590	28.341
Imobiliário	223.663	85.518
Liquidez	24.726.116	47.439.016
Outras aplicações - curto prazo	110	558.036
	141.259.334	139.531.809

Evolução das Responsabilidades com pensões e outros benefícios pós emprego

A evolução das responsabilidades assumidas em 30 de Junho de 2009 detalha-se conforme segue:

Valores em Euros	Saldo Inicial	Variação de Cambial	Custos e Proveitos na DR	Ganhos e Perdas Actuarias	Pagamentos efectuados	Reformas Processadas	Saldo Final
Benefícios pós-emprego							
Pensões a cargo do Grupo	95.349.054	-	2.706.983	(2.991.788)	(750.438)	-	94.313.811
Pensões com fundo autónomo	159.923.125	-	6.700.445	564.735	(2.019.556)	-	165.168.749
Apólice de Seguro	627.030	(4.721)	31.093	(30.344)	-	(5.270)	617.788
Morte e subsídios de reforma	3.091.806	(5.032)	30.109	28.560	(14.411)	-	3.131.032
Assistência na doença	5.876.962	-	206.502	76.040	(248.801)	-	5.910.703
Prémios de antiguidade	645.460	-	33.454	42.785	(27.087)	-	694.612
	265.513.437	(9.753)	9.708.586	(2.310.012)	(3.060.293)	(5.270)	269.836.695

Evolução das Responsabilidades com pensões e outros benefícios pós emprego na Posição Financeira Consolidada

A evolução das responsabilidades assumidas, reflectidas na Posição Financeira Consolidada em 30 de Junho de 2009, apresenta-se conforme segue:

Valores em Euros	Saldo inicial	Acréscimo/ (Redução) responsab.	Pagamentos efectuados	Reformas Processadas	Saldo final
Benefícios pós-emprego					
Pensões a cargo do Grupo	95.349.054	(284.805)	(750.438)	-	94.313.811
Pensões com fundo autónomo	20.540.506	5.388.466	(2.019.556)	-	23.909.416
Apólice de Seguro	(360.939)	(40.113)	-	(5.270)	(406.322)
Morte e subsídios de reforma	3.091.806	53.636	(14.411)	-	3.131.031
Assistência na doença	5.876.962	282.541	(248.801)	-	5.910.702
Prémios de antiguidade	645.460	76.240	(27.087)	-	694.613
	125.142.849	5.475.965	(3.060.293)	(5.270)	127.553.251

Gastos suportados com Pensões e outros benefícios pós emprego

Relativamente aos gastos suportados no período com pensões e outros benefícios pós emprego, o detalhe é conforme segue:

Valores em Euros	1ºS 2009				1ºS 2008			
	Serviços correntes	Custo dos juros	Retorno esperado dos activos	Impacto no resultado do exercício	Serviços correntes	Custo dos juros	Retorno esperado dos activos	Impacto no resultado do período
Benefícios pós-emprego								
Pensões a cargo do Grupo	137.124	2.569.859	-	2.706.983	204.886	2.522.342	-	2.727.228
Pensões com fundo autónomo	2.160.886	4.417.812	(3.839.353)	2.739.345	2.191.628	4.114.298	(3.646.604)	2.659.322
Morte e subsídios de reforma	12.258	170.690	-	182.948	9.026	13.240	-	22.266
Assistência na doença	48.544	157.958	-	206.502	59.545	184.840	-	244.385
Prémios de antiguidade	14.886	18.569	-	33.455	15.688	19.691	-	35.379
	2.373.698	7.334.888	(3.839.353)	5.869.233	2.480.773	6.854.411	(3.646.604)	5.688.580

Ganhos e perdas actuariais reconhecidos em Capitais próprios

Os ganhos e perdas actuariais reconhecidos directamente nos capitais próprios no primeiro semestre de 2009, conforme política descrita na nota 1.22, detalham-se conforme segue:

Valores em Euros	Ganhos e (perdas) actuariais			Valor Bruto	Imposto diferido	Impacto nos Capitais próprios
	Outros	Activos do plano esperado vs real				
Benefícios pós-emprego						
Pensões a cargo do Grupo	2.991.789	-		2.991.789	5.909	2.997.698
Pensões com fundo autónomo	(534.389)	(75.153)		(609.542)	150.529	(459.013)
Morte e subsídios de reforma	(28.560)	-		(28.560)	1.473	(27.087)
Assistência na doença	(76.040)	-		(76.040)	20.175	(55.865)
Prémios de antiguidade	(42.785)	-		(42.785)	11.338	(31.447)
	2.310.015	(75.153)		2.234.862	189.424	2.424.286

30. Provisões

No decurso do primeiro semestre de 2009 e exercício de 2008, realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

Valores em Euros	Processos Judiciais	Processos Fiscais	Recuperação Ambiental	Outras	Total
1 de Janeiro de 2008	1.309.590	30.105.415	342.615	14.697.300	46.454.920
Varição de perímetro	-	-	-	174.247	174.247
Aumentos (Nota 6)	1.918.855	-	251.530	37.909.571	40.079.956
Reversões (Nota 6)	(365.207)	(23.153.999)	(39.229)	(1.384.322)	(24.942.757)
Utilizações	-	(5.850.000)	(25.478)	(1.114.835)	(6.990.313)
Ajustamento Cambial	-	-	-	89.742	89.742
Transferências	(946.148)	1.291.975	-	(345.827)	-
31 de Dezembro de 2008	1.917.090	2.393.391	529.438	50.025.876	54.865.795
Varição de perímetro	-	-	1.539	148.920	150.459
Aumentos (Nota 6)	14.860	-	89.768	1.041.896	1.146.524
Reversões (Nota 6)	(69.977)	(2.393.391)	-	(8.269.126)	(10.732.494)
Utilizações	-	-	(13.167)	(441.200)	(454.367)
Ajustamento Cambial	-	-	-	13.008	13.008
Transferências	-	-	-	(894.125)	(894.125)
30 de Junho de 2009	1.861.973	-	607.578	41.625.249	44.094.800

Em 31 de Dezembro de 2008 as provisões para processos fiscais diziam respeito a contingências fora de Portugal em sede de IVA, que se extinguíram no período.

Por seu turno as Outras provisões respeitam essencialmente a responsabilidades com Outros Entes Públicos.

31. Passivos remunerados

Em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, a dívida líquida remunerada detalha-se como segue:

Valores em Euros	30-06-2009	31-12-2008
Dívida a terceiros remunerada		
Não Corrente	926.516.042	1.227.116.283
Corrente	404.015.322	64.032.032
	1.330.531.364	1.291.148.315
Caixa e seus equivalentes		
Numerário	242.619	204.119
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	20.537.068	(28.355.871)
Outras aplicações de tesouraria	115.548.540	233.324.382
	136.328.227	205.172.630
Dívida líquida remunerada	1.194.203.137	1.085.975.685

Dívida remunerada não corrente

Em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, a dívida remunerada não corrente detalha-se como segue:

Valores em Euros	30-06-2009	31-12-2008
Não correntes		
Empréstimos por obrigações	620.400.000	920.400.000
Papel Comercial	37.550.000	92.750.000
Empréstimos bancários	272.160.015	218.603.092
Encargos com emissão de empréstimos	(5.679.911)	(6.416.994)
Dívida bancária remunerada	924.430.104	1.225.336.098
Locação Financeira	2.014.264	1.674.065
Outros empréstimos - POE's	71.673	106.120
Outras dívidas remuneradas	2.085.937	1.780.185
Total de dívida remunerada não corrente	926.516.041	1.227.116.283

Empréstimos por obrigações

Em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, os empréstimos por obrigações não correntes detalham-se como segue:

Valores em Euros	30-06-2009	31-12-2008
Empréstimos por obrigações		
Portucel 2005 / 2010	300.000.000	300.000.000
Portucel 2005 / 2010 II	25.000.000	25.000.000
Portucel 2005 / 2012	150.000.000	150.000.000
Portucel 2005 / 2013	200.000.000	200.000.000
Semapa 2006 / 2016	175.000.000	175.000.000
Semapa 2006 / 2016	50.000.000	50.000.000
SBI 2007	20.400.000	20.400.000
	920.400.000	920.400.000

Valores em Euros	Montante	Vencimento	Indexante
Empréstimos por obrigações			
Portucel 2005 / 2010	300.000.000	Março 2010	Euribor 6m
Portucel 2005 / 2010 II	25.000.000	Dezembro 2010	Euribor 6m
Portucel 2005 / 2012	150.000.000	Outubro 2012	Euribor 6m
Portucel 2005 / 2013	200.000.000	Maio 2013	Euribor 6m
Semapa 2006 / 2016	175.000.000	Abril 2016	Euribor 6m
Semapa 2006 / 2016	50.000.000	Maio 2016	Euribor 6m
SBI 2007	20.400.000	Dezembro 2017	Euribor 6m
	920.400.000		

Os empréstimos obrigacionistas do sub-Grupo Portucel, efectuados por subscrição privada e remunerados a uma taxa variável indexada à Euribor a 6 meses, num montante total de Euros 675.000.000, serão integralmente reembolsados numa única prestação.

Dois dos referidos empréstimos obrigacionistas, nos montantes de Euros 300.000.000 e Euros 150.000.000 encontram-se cotados na Euronext Lisboa sob as designações de "Obrigações Portucel 2005 / 2010" e "Obrigações Portucel 2005 / 2012". O valor unitário destes títulos em 30 de Junho de 2009 era de Euros 99,00 e Euros 99,60 respectivamente (31 de Dezembro de 2008: Euros 98,50 e Euros 99,87 respectivamente).

Adicionalmente, a Semapa SGPS, SA, tem contratados dois empréstimos obrigacionistas, nos montantes de Euros 50.000.000 e Euros 175.000.000 pelo prazo de 10 anos, liderados pelos bancos Banco BPI, SA e Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. conjuntamente com o Caixa BI, respectivamente. Este último encontra-se cotado na Euronext Lisboa sob a designação "Obrigações Semapa 2006/2016" ascendendo o seu valor unitário, em 30 de Junho de 2009, a Euros 93,99.

Papel Comercial

No exercício de 2006, a Semapa contratou um programa de papel comercial até ao montante máximo de Euros 175.000.000, pelo prazo de 10 anos, junto de um sindicato bancário liderado pelo Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. e pela Caixa – Banco de Investimento, S.A. do qual se encontra utilizado um montante de Euros 20.900.000, em 30 de Junho de 2009.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, a Semapa e a Verdeoculto contrataram um programa de papel comercial grupado até ao montante máximo de Euros 70.000.000, pelo prazo de 5 anos, junto do Grupo BES, do qual se encontra utilizado pela Semapa um montante de Euros 16.650.000, em 30 de Junho de 2009.

Empréstimos bancários

Em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, os empréstimos bancários correntes e não correntes detalham-se como segue:

Valores em Euros	30-06-2009	31-12-2008	Indexante
Não correntes			
Semapa e Holdings			
Caixa Geral de Depósitos	133.079.000	133.079.000	Euribor 6m
Credit Suisse	18.726.084	18.726.084	Euribor 3m
Caixa Galicia	25.000.000	25.000.000	Euribor 3m
Sub-Grupo Secil			
Banque Mediterranee	5.412.482	5.496.842	TMM
Banco BCP Investimentos	-	3.984.375	Euribor 6m
Banco BPI, SA	-	2.798.256	Euribor 3m
Banco Fomento de Angola	1.612.197	798.696	Libor 6m
Outros empréstimos	9.796.897	11.892.136	Vários
Sub-Grupo Portucel			
Caja Duero	6.250.000	15.625.000	Euribor 6m
BEI	71.250.000	-	Euribor 6m
Sub-Grupo ETSA			
Caixa Geral de Depósitos	166.961	39.666	Euribor 3M
BBVA	866.394	931.850	Euribor 3M
Outros empréstimos	-	231.187	Euribor 3M
	272.160.015	218.603.092	
Correntes			
Semapa e Holdings			
Caixa Geral de Depósitos	1.589.232	-	Euribor 3m
Caixa Galicia	169.448	-	Euribor 12m
Fortis Bank	24.099.183	-	Euribor 3m
Sub-Grupo Secil			
Banco BCP Investimentos	7.968.750	7.968.750	Euribor 3m
Banco BCP Investimentos	30.049.784	8.594.906	Euribor 1m
Banco BPI, SA	6.232.479	6.868.447	Euribor 3m
Banco Espírito Santo	1.530.000	1.504.500	Euribor 3m
Banco Espírito Santo	1.541.869	2.098.800	Euribor 3m
Outros empréstimos	5.270.909	8.208.732	Vários
Sub-Grupo Portucel			
Caja Duero	6.251.206	16.094.889	Euribor 6m
Sub-Grupo ETSA			
Caixa Geral de Depósitos	847.278	1.415.202	Euribor 3M
Banco BPI, SA	1.750.000	1.233.000	Euribor 3M
BBVA	476.497	-	Euribor 3M
Banco Santander Totta	1.000.000	1.000.000	Euribor 3M
Banco BES	3.039.969	-	Euribor 3M
Outros empréstimos	-	1.727.259	Euribor 3M
	91.816.604	56.714.485	
	363.976.619	275.317.577	

Prazos de reembolso dos empréstimos obrigacionistas, bancários e POE's

Os prazos de reembolso relativamente ao saldo registado em préstimos obrigacionistas, empréstimos bancários e outros empréstimos, de médio e longo prazo, detalham-se como segue:

Valores em Euros	30-06-2009	31-12-2008
1 a 2 anos	61.998.002	366.947.918
2 a 3 anos	38.184.692	36.008.028
3 a 4 anos	361.292.929	155.333.004
4 a 5 anos	10.279.622	201.281.682
Mais de 5 anos	420.876.443	379.538.580
	892.631.688	1.139.109.212

Dívida remunerada corrente

Em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, a dívida remunerada corrente detalha-se como segue:

Valores em Euros	30-06-2009	31-12-2008
Correntes		
Empréstimos por obrigações	300.000.000	-
Empréstimos bancários	91.816.604	56.714.485
Dívida bancária remunerada	391.816.604	56.714.485
Empréstimos de curto prazo de accionista	11.160.719	6.160.850
Locação Financeira	1.037.999	1.156.697
Outros empréstimos - POE	-	-
Outras dívidas remuneradas	12.198.718	7.317.547
Total de dívida remunerada corrente	404.015.322	64.032.032

Dívida referente a locações financeiras

Em 30 de Junho de 2009 o Grupo utiliza os seguintes bens adquiridos em Locação financeira:

Valores em Euros	30-06-2009		
	Valor aquisição	Amortização acumulada	Valor líquido contabilístico
Equipamento básico	4.859.310	(1.500.876)	3.358.434
Equipamento básico - Soporgen (II)	44.003.950	(27.869.168)	16.134.782
Equipamentos de transporte	88.939	(75.534)	13.405
	51.152.131	(29.814.969)	21.337.162

O grupo detém uma participação de 8% na Soporgen – Sociedade Portuguesa de Geração de Electricidade e Calor, S.A. (Soporgen), empresa que tem como actividade principal a produção de energia eléctrica e vapor que é vendida maioritariamente à subsidiária Soporcel. A Soporcel tem a opção de compra do capital que ainda não detém da Soporgen, por um montante que corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa esperados da empresa até ao termo de vigência do contrato para fornecimento de vapor energia eléctrica existente entre a Soporgen e a Soporcel.

Em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, os planos de reembolso da dívida do Grupo referente a locações financeiras, exceptuando os Equipamentos – Soporgen, detalha-se como segue:

Valores em Euros	30-06-2009	31-12-2008
A menos de 1 ano	1.045.727	1.197.924
1 a 2 anos	1.198.715	892.145
2 a 3 anos	443.804	509.640
3 a 4 anos	232.063	154.084
4 a 5 anos	145.270	21.352
Mais de 5 anos	-	61.549
	3.065.579	2.836.694
Juros futuros	(13.316)	(5.932)
Valor actual das responsabilidades	3.052.263	2.830.762

Em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, os créditos bancários concedidos e não sacados, eram conforme segue:

Valores em Euros	30-06-2009	31-12-2008
Sub-Grupo Portucel	171.660.714	281.660.714
Sub-Grupo Secil	289.021.140	314.944.061
Semapa SGPS, SA	213.842.138	164.102.882
	674.523.992	760.707.657

Financial Covenants

Para determinado tipo de operações de financiamento, existem compromissos de manutenção de certos rácios financeiros cujos limites se encontram previamente negociados.

32. Valores a pagar correntes

Em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, a rubrica de Valores a pagar correntes decompõe-se como segue:

Valores em Euros	30-06-2009	31-12-2008
Fornecedores c/c	120.895.341	146.596.871
Fornecedores - partes relacionadas (Nota 34)	1.303.794	2.495.889
Fornecedores de Imobilizado c/c	93.021.602	23.203.083
Instituto do Ambiente - Licenças de emissão de CO2	8.847.389	23.954.746
Instrumentos Financeiros Derivados (Nota 33)	3.419.801	110.797
Outros credores	10.236.524	8.383.140
Acréscimos de custos	58.340.541	73.494.573
Proveitos diferidos	58.863.632	48.539.141
	354.928.624	326.778.240

Em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, as rubricas de Acréscimos de custos e Proveitos diferidos decompõe-se como segue:

Valores em Euros	30-06-2009	31-12-2008
Acréscimo de custos		
Seguros	135.401	46.376
Custos com o pessoal	29.695.009	31.838.922
Juros a pagar (incluindo compensatórios)	11.729.202	23.276.309
Periodificação de gastos com energia	7.939.226	6.099.229
Serviços de transporte	1.094.099	607.415
Reponsabilidades relativas à aquisição de Matas	965.957	2.365.789
Comissões a liquidar pela venda de papel	143.363	2.269.194
Outros	6.638.284	6.991.339
	58.340.541	73.494.573
Proveitos diferidos		
Subsídios ao investimento	44.844.939	48.261.549
Subsídios - licenças de emissão CO2	13.930.836	196.052
Outros	87.857	81.540
	58.863.632	48.539.141

33. Activos e Passivos Financeiros

Estando as suas actividades expostas a uma variedade de factores de risco financeiro e operacional, o Grupo tem tido uma postura activa de gestão do risco, procurando minimizar os potenciais efeitos adversos a eles associados, nomeadamente no que respeita o risco do preço da pasta, o risco cambial e o risco de taxa de juro.

Detalhe dos Activos e Passivos Financeiros

A reconciliação da Posição Financeira Consolidada em 30 de Junho de 2009 com as diversas categorias dos activos e passivos financeiros nele incluídos detalha-se como segue:

Valores em Euros	IF detidos para negociação Nota 33	IF derivados designados de cobertura Nota 33	Credito e valores a receber Nota 24	AF ao Justo valor através de resultados Nota 29	AF disponíveis para venda Nota 21	Outros passivos financeiros Nota 32	Activos (passivos) Não financeiros
Activos							
Activos ao Justo Valor através de resultados	-	-	-	13.147.676	-	-	-
Activos disponíveis para venda	-	-	-	-	990.568	-	-
Outros activos não correntes	-	-	-	-	-	2.920.381.398	-
Disponibilidades e Valores a receber correntes	2.580.880	2.461.260	367.669.461	-	-	-	11.206.455
Total de activos	2.580.880	2.461.260	367.669.461	13.147.676	990.568	-	2.931.867.853
Passivos							
Passivos remunerados não correntes	-	-	-	-	-	588.010.041	-
Outros passivos	-	-	-	-	-	17.458.402	509.996.384
Passivos remunerados correntes	-	-	-	-	-	404.015.322	-
Valores a pagar correntes	-	-	-	-	-	228.877.862	130.051.862
Total de passivos	-	-	-	-	-	1.276.964.627	639.947.926

IF - Instrumentos Financeiros

AF - Activos Financeiros

Ganhos líquidos com activos e passivos financeiros

O efeito nos resultados do período dos activos e passivos financeiros detidos analisam-se como segue:

Valores em Euros	1ºS 2009	1ºS 2008
Ganhos ((perdas) de empréstimos e contas a receber	1.867.815	(756.316)
Ganhos ((perdas) de outros passivos financeiros	1.891.559	7.736.511
Ganhos ((perdas) de instrumentos financeiros de negociação	(2.084.284)	(864.546)
Dividendos obtidos:		
Provenientes de títulos classificados como de negociação	-	-
Provenientes de títulos classificados como disponíveis para venda	2.421	34.439
Juros obtidos:		
Provenientes de activos financeiros disponíveis para venda	-	-
Provenientes de empréstimos e outros valores a receber	2.978.290	10.153.703
Juros suportados:		
Provenientes de passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	(31.045.944)	(37.576.976)
Outros	(169.678)	(1.578.000)
Total de ganhos e perdas líquidos	(26.539.821)	(22.851.185)

Instrumentos Financeiros Derivados

Em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, o justo valor dos Instrumentos financeiros derivados, decompõe-se como segue:

Valores em Euros	Moeda	30-06-2009		31-12-2008	
		Valor Nominal	Maturidade	Justo valor	Justo valor
Instrumentos financeiros detidos para negociação					
Forwards cambiais	USD	9.025.000	14-Jul-09	103.177	475.594
	GBP	3.360.000	11-Jul-09	(142.867)	293.177
	USD	36.737.030	30-Out-09	1.244.217	536.875
Opções sobre taxa de juro	GBP	7.460.000	12-Out-09	(344.242)	1.512.929
	EUR	10.612.709	3-Dez-10	(86.735)	(44.461)
Swaps de taxa de juro (SWAP's)	EUR	2.652.238	28-Fev-10	(65.503)	(22.226)
Forwards cambiais (USD)	EUR	13.176.000	28-Fev-10	1.872.833	1.334.559
Saldo no fim do período				2.580.880	4.086.447

Valores em Euros	Moeda	30-06-2009		31-12-2008	
		Valor Nominal	Maturidade	Justo valor	Justo valor
Instrumentos financeiros designados como de cobertura					
Opções sobre taxa de Câmbio	USD	125.000.000	31-Dez-09	5.689.133	7.179.545
	EUR	150.000.000	29-Mar-10	(1.782.133)	(2.193)
Cobertura Taxa de Juro	EUR	75.000.000	27-Out-10	(1.445.740)	(41.917)
Saldo no fim do período				2.461.260	7.135.435
Total de instrumentos financeiros				5.042.140	11.221.882

Movimento ocorrido na rubrica em Instrumentos Financeiros Derivados

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados encontra-se incluído na rubrica de Valores a pagar correntes (Nota 32), quando negativos e na rubrica Valores a receber correntes (Nota 24), quando positivo.

O movimento dos saldos apresentados na Posição Financeira Consolidada referentes a instrumentos financeiros, no primeiro semestre de 2009 e exercício de 2008, decompõe-se conforme segue:

Valores em Euros	Premios pagos	Varição Justo valor (Neg.)	Varição Justo valor (Cab.)	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2008	1.963.000	1.763.909	10.551.043	14.277.952
Novos contratos	-	1.028.581	-	1.028.581
Maturidade (Nota 10)	(1.963.000)	1.549.360	(11.081.506)	(11.495.146)
Aumentos de justo valor	-	-	7.665.898	7.665.898
Diminuições de justo valor (Nota 10)	-	(255.403)	-	(255.403)
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	-	4.086.447	7.135.435	11.221.882
Novos contratos	578.717	-	-	578.717
Maturidade (Nota 10)	-	(1.958.290)	1.891.559	(66.731)
Aumentos de justo valor	-	-	-	-
Diminuições de justo valor (Nota 10)	-	(125.994)	(6.565.734)	(6.691.728)
Saldo em 30 de Junho de 2009	578.717	2.002.163	2.461.260	5.042.140

Adicionalmente, em 5 de Setembro de 2008 e 19 de Novembro de 2008, a Secil celebrou com uma instituição financeira contratos de troca de "EU Emission Allowances" (EUA) por "Certified Emission Reductions" (CER), implicando o recebimento de um montante total de Euros 6.778.688 correspondente a 9.180 toneladas.

O Grupo irá utilizar as "licenças CER" a receber para entregar à entidade coordenadora do licenciamento como pagamento das suas responsabilidades pelas emissões de gases com efeitos de estufa a efectuar nos períodos futuros respectivos.

Assim, o Grupo entende que a transacção a realizar constitui uma promessa de troca de activos similares com idêntica utilidade e valor económico de uso para a Secil, e que não sujeita o Grupo a riscos de volatilidade futura dos preços de mercado destas licenças, pelo que o rédito correspondente será reconhecido nos resultados do exercício na data em que ocorra o seu recebimento e o respectivo usufruto económico relativo às respectivas transacções a realizar.

Activos Financeiros ao Justo Valor através de resultados

Estes valores são reconhecidos ao seu justo valor, correspondendo ao seu valor de mercado (Nota 20).

Activos Financeiros disponíveis para venda

Estes valores são reconhecidos ao seu justo valor, correspondendo ao seu valor de mercado, deduzido de eventuais imparidades (Nota 21).

Créditos e Valores a Receber

Estes valores são reconhecidos ao seu justo valor, correspondendo ao seu valor nominal, deduzido de eventuais imparidades identificadas no decurso da análise dos riscos de crédito das carteiras de crédito detidas (Notas 2, 22 e 24).

Outros Passivos Financeiros

Estes valores são reconhecidos pelo seu custo amortizado, correspondendo ao valor dos respectivos fluxos de caixa, descontados pela taxa efectiva de juro associada a cada um dos passivos (Nota 31).

34. Saldos e transacções com partes relacionadas

Em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, os saldos com partes relacionadas decompõe-se como segue:

Valores em Euros	Dívida remunerada corrente	
	30-06-2009	31-12-2008
Accionistas		
Cimo SGPS, SA	372.744	105.155
Longapar, SGPS, SA	9.829.461	5.449.967
Sonaca SGPS, SA	958.514	602.818
Cimigest, SGPS, SA	-	970
Sonagi, SA	-	970
Sodim, SGPS, SA	-	970
	11.160.719	6.160.850

Valores em Euros	Valores a receber correntes	
	30-06-2009	31-12-2008
Empresas Associadas e empreendimentos conjuntos		
Secil Prebetão - Pré-Fabricados de Betão, S.A.	21.328	7.610
	21.328	7.610

Valores em Euros	30-06-2009		31-12-2008	
	Outros Devedores	Outros Credores	Outros Devedores	Outros Credores
Outras entidades relacionadas				
Beton Catalan	1.158	-	-	-
J.M. Henriques, Lda.	52.078	-	52.078	-
Cimentação	-	-	35	-
Secil Unicon - S.G.P.S., Lda	-	-	98.889	-
Setefrete	1.886	262.391	-	-
Inertogrande	102.030	-	117.444	-
Teporset	-	-	452.208	-
Soporgen	319.992	523.988	319.992	523.988
TASC	2.743	13.910	2.743	13.910
SGVR	-	420.000	-	-
Outras entidades relacionadas	60.332	83.505	131.066	1.957.991
Total	540.219	1.303.794	1.174.455	2.495.889

Em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, as transacções ocorridas entre partes relacionadas decompõe-se como segue:

Valores em Euros	30-06-2009		30-06-2008	
	Compras de serviços	Custos financeiros	Compras de serviços	Custos financeiros
Accionistas				
Cimianto SGPS, SA	53.870	-	53.870	-
Cimo SGPS, SA	-	2.811	-	130.253
Longapar, SGPS, SA	-	89.640	-	174.709
Sonaca SGPS, SA	-	9.295	-	34.169
	53.870	101.746	53.870	339.131

Valores em Euros	30-06-2009			
	Compras de serviços	Prestação de serviços	Proveitos operacionais	Custos/(Prov) financeiros
Empresas Associadas e Empreendimentos conjuntos				
Viroc Portugal, S.A.	-	286.152	3.594	24.889
Chryso Portugal, S.A.	274.650	-	36.419	-
Setefrete, S.A.	666.459	-	3.663	-
Secil Prebetão, S.A.	10.803	191.945	27.284	1.971
Soporgen	2.647.658	-	-	-
TASC	43.538	-	-	-
Outros	83.724	-	36.419	(4.685)
	4.252.133	478.097	107.379	22.175

35. Alterações no perímetro de consolidação

Entradas no perímetro

Aquisição, pela participada Secil, de 100% do capital da sociedade Quimipetra - Secil Britas, Calcários e Derivados, Lda, com sede em Leiria.

36. Dispêndios em matérias ambientais

O Grupo no âmbito do desenvolvimento da sua actividade incorre em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo das suas características, estão a ser capitalizados ou reconhecidos como um custo nos resultados operacionais do período.

Os dispêndios de carácter ambiental incorridos para preservar recursos ou para evitar ou reduzir danos futuros, e que se considera que permitem prolongar a vida ou aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros activos detidos pelo Grupo, são capitalizados.

Os dispêndios capitalizados e reconhecidos em gastos no primeiro semestre de 2009, têm a seguinte discriminação:

Domínios	Imputados		Total
	a custos	Capitalizados	
Emissões para a atmosfera	605.133	462.157	1.067.290
Gestão das águas residuais	2.956	5.711	8.667
Gestão dos resíduos	259.292	988.766	1.248.058
Protecção dos solos e das águas subterrâneas	22.042	8.956	30.998
Protecção da natureza	115.018	14.133	129.151
Caldeira de recuperação	-	5.650.786	5.650.786
Tratamento de efluentes líquidos	3.780.167	59.253	3.839.420
Reciclagem de materiais	658.323	-	658.323
Rede de esgotos	60.860	-	60.860
Aterro de resíduos sólidos	152.590	-	152.590
Outras actividades de protecção do ambiente	516.431	126.151	642.582
	6.383.582	7.315.913	13.699.495

Os dispêndios capitalizados e reconhecidos em gastos no primeiro semestre de 2008, têm a seguinte discriminação:

Domínios	Imputados		Total
	a custos	Capitalizados	
Emissões para a atmosfera	514.736	473.145	987.881
Gestão das águas residuais	2.008	-	2.008
Gestão dos resíduos	244.958	1.371.873	1.616.831
Protecção dos solos e das águas subterrâneas	19.658	12.278	31.936
Protecção da natureza	58.165	47.067	105.232
Caldeira de recuperação	-	1.384.205	1.384.205
Tratamento de efluentes líquidos	3.609.529	354.955	3.964.484
Reciclagem de materiais	830.185	-	830.185
Rede de esgotos	29.332	-	29.332
Aterro de resíduos sólidos	159.709	-	159.709
Outras actividades de protecção do ambiente	420.755	2.227.580	2.648.335
	5.889.035	5.871.103	11.760.138

Licenças de emissão de CO2

No âmbito do Protocolo de Quioto, a União Europeia comprometeu-se a reduzir a emissão de gases com efeito de estufa. Neste contexto, foi emitida uma Directiva Comunitária que prevê a comercialização das chamadas Licenças de emissão de CO2, entretanto transposta para a legislação portuguesa com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2005, entre outras, às indústrias cimenteiras e de pasta e papel.

Como resultado da conclusão das negociações de formalização do Plano Nacional de Atribuições de Licenças para o período de 2008-2012, o Grupo assegurou licenças em montante suficiente para satisfazer as suas necessidades por via de emissões.

37. Custos suportados com auditoria e revisão legal de contas

Em 30 de Junho de 2009 e 2008, os dispêndios com serviços de revisão legal de contas e auditorias, decompõem-se como segue:

Valores em Euros	1ºS 2009	1ºS 2008
Serviços de revisão legal de contas	198.906	206.342
Serviços de consultoria fiscal	118.155	108.836
Outros serviços de garantia de fiabilidade	53.200	33.029
	370.261	348.207

Os serviços descritos como de assessoria fiscal consistem essencialmente em serviços de apoio na salvaguarda do cumprimento de obrigações de índole fiscal, em Portugal e no estrangeiro, bem como em serviços de levantamentos de situações relativamente a processos operacionais de negócio, dos quais não resultou qualquer tipo de consultoria de reformulação de práticas, procedimentos ou controlos existentes.

O Conselho de Administração entende existirem suficientes procedimentos de salvaguarda da independência dos auditores através da definição criteriosa dos trabalhos em sede de contratação.

38. Número de pessoal

Em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, o número de colaboradores ao serviço das diversas empresas do Grupo, detalha-se conforme segue:

	30-06-2009				
	Pasta e Papel	Cimento	Ambiente	Holdings	Total
Portugal	2.220	1.416	174	21	3.831
Resto Europa	59	3	-	-	62
Angola	-	293	-	-	293
Libano	-	500	-	-	500
Tunísia	-	432	-	-	432
Cabo Verde	-	37	-	-	37
	2.279	2.681	174	21	5.155

	31-12-2008				
	Pasta e Papel	Cimento	Ambiente	Holdings	Total
Portugal	2.105	1.426	174	21	3.726
Resto Europa	59	3	-	-	62
Angola	-	290	-	-	290
Libano	-	481	-	-	481
Tunísia	-	437	-	-	437
Cabo Verde	-	37	-	-	37
	2.164	2.674	174	21	5.033

39. Compromissos

Em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, as garantias prestadas pelo Grupo decompõem-se como segue:

Entidade	30-06-2009	31-12-2008
Garantias prestadas		
DGT - Direcção Geral do Tesouro	-	50.000.000
IAPMEI (âmbito do POE)	3.061.144	3.061.144
IAPMEI (âmbito do CREM)	494.802	-
IVA - Pedidos de reembolso	3.324.250	3.159.496
DGCI - Direcção Geral dos Impostos	24.195.996	11.082.974
Financiamento Soporgen	555.556	666.667
Câmara Municipal de Setúbal	492.101	492.290
APSS - Admi. dos Portos de Setúbal e Sesimbra	1.246.355	204.960
Direcção Geral de Alfândegas	435.751	408.000
APDL - Administração do Porto de Leixões	322.505	297.736
OMMP e Eifouladh	-	-
Simria	514.361	514.361
Instituto de Conservação da Natureza - Arrábida	508.188	481.771
IFADAP	902.894	-
INGA - Instituto Nacional de Garantia Agrícola	-	-
IAPMEI (âmbito do PEDIP)	50.878	50.878
BFA (Angola)	-	1.832.291
Comissão de Coord. e Desenv. Reg. Centro	419.971	400.591
BTA (Angola)	-	1.832.291
KEVE (Angola)	-	3.664.583
Chaussee	121.738	-
Comissão de Coordenação e Desenv. Regional LVT	366.424	366.424
AKA (Libano)	3.868.521	3.928.817
Outras	1.604.942	1.453.106
	42.486.377	83.898.380
Outros compromissos		
De compra	355.366.330	151.223.062
Locações operacionais, rendas devidos a 12 meses	3.783.132	3.602.848
	359.149.462	154.825.910
	401.635.839	238.724.290

A subsidiária Seinpart – Participações, SGPS, S.A. prestou uma garantia bancária, no exercício de 2004, a favor da Direcção Geral do Tesouro, no valor de Euros 50.000.000, a manter durante um período de cinco anos e destinada a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas por esta subsidiária, nos termos fixados no capítulo IV do caderno de encargos aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 194/2003, de 30 de Dezembro, relativa à privatização da Portucel. O referido período de cinco anos terminou em Maio de 2009 pelo que foi a referida garantia devolvida.

No decurso do exercício de 2006, a Semapa SGPS e a Semapa Inversiones, SL, na qualidade de garante, celebraram com uma instituição financeira um contrato promessa de concessão de crédito, até um montante de Euros 200.000.000, tendo como objectivo financiar a aquisição de acções cotadas na Euronext Lisboa e que integrassem o PSI 20 e/ou aquisição de acções da Portucel.

Com a disponibilidade de fundos ao abrigo do referido contrato, a Semapa e/ou a Garante obrigam-se a dar em penhor as correspondentes acções adquiridas e/ou acções da Portucel que detenham em carteira, ou alternativamente a constituição de um depósito a prazo, suficiente para manter um rácio de cobertura do montante em dívida nunca inferior a 1,1. Desta linha de crédito encontrava-se utilizado, em 30 de Junho de 2009, tal como no final de 2008, o montante de Euros 133.079.000, tendo sido dadas em penhor 93.505.280 acções da Portucel.

Em 30 de Junho de 2009, o Grupo Secil tinha prestado livranças a instituições financeiras para garantia de empréstimos obtidos no montante de Euros 85.104.606 (Euros 15.152.706 em 31 de Dezembro de 2008).

Relativamente aos compromissos de compra o montante apresentado inclui Euros 343.235.774 relativos a investimentos em equipamento fabril da subsidiária Portucel. Estes valores incluem-se nos compromissos assumidos com a AICEP que prevêem investimentos globais de cerca de Euros 914.600.000.

Contrato de Investimento – AICEP

Em 12 de Julho de 2006 foi celebrado, entre a Portucel, a Soporcel e a AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, contratos de investimento, em curso e a realizar, que compreendem incentivos fiscais de Euros 22.480.095 e financeiros de Euros 102.038.801 no montante total de Euros 124.518.896, dos quais foram utilizados incentivos fiscais até 30 de Junho de 2009 de Euros 21.161.100.

Atendendo à fase de desenvolvimento dos projectos, o Grupo reconheceu até 30 de Junho de 2009 em resultados incentivos financeiros na quota-parte das amortizações dos investimentos elegíveis de Euros 30.446.418. Ao abrigo destes contratos a Portucel e a Soporcel irão ainda realizar investimentos no valor global de cerca de Euros 68.500.000.

Adicionalmente foi celebrado um contrato com a subsidiária About the Future, S.A., para investimentos inicialmente estimados em 482 milhões de euros, que prevê a atribuição de um incentivo fiscal a esse projecto de Euros 52.433.150, dos quais foram utilizados Euros 1.252.489 em 2008.

Todos os contratos foram aprovados pelas autoridades nacionais e comunitárias, o último dos quais relativo à Soporcel, em Junho de 2007.

40. Outros compromissos assumidos pelas empresas do Grupo

Promessas de Penhor

A Secil, no exercício de 2000, contraiu junto de instituições bancárias, financiamentos, com maturidade em 2010, tendo em vista a aquisição da subsidiária Société des Ciments de Gab  s, na Tunísia. No âmbito desses financiamentos a Secil entregou uma

procura  o irrevogável às institui  es financeiras, permitindo-lhes constituir, em caso de incumprimento das suas obriga  es, penhor sobre as ac  es da referida sociedade tunisina.

A subsidiária Société des Ciments de Gab  s, contraiu, em Dezembro de 2002, junto de uma institui  o bancária tunisina, um financiamento no montante de TND 15.000.000 (Euros 8.823.529), para aquisi  o de equipamento básico para a sua unidade fabril. No âmbito desse financiamento a subsidiária Société des Ciments de Gab  s, entregou uma procura  o irrevogável    institui  o financeira, permitindo-lhe constituir, em caso de incumprimento das suas obriga  es, penhor sobre o referido equipamento. O referido financiamento vence-se em Março de 2010.

A subsidiária Secil Martingança, Lda., em Abril de 2005, contraiu junto de uma institui  o bancária um financiamento, com maturidade em 2012, para aquisi  o das subsidiárias IRP – Industrias de Rebocos de Portugal, S.A. e Lusocil – Sociedade Portuguesa de Cimento Cola, S.A.. No âmbito desse financiamento a Secil Martingança entregou uma procura  o irrevogável    institui  o financeira, permitindo-lhe constituir, em caso de incumprimento das suas obriga  es, penhor sobre as ac  es das referidas sociedades.

Cartas Conforto

A Secil emitiu a favor de uma institui  o financeira Cartas Conforto como garantia de cumprimento da obriga  o com os financiamentos contraídos pela associada Viroc Portugal, S.A., no montante de Euros 2.574.082.

Investimento numa nova fábrica em Angola

Nos termos do Memorando de Entendimento celebrado entre o Governo de Angola e a Secil, em Abril de 2004, foi constituída em 29 de Novembro de 2005 a Secil – Companhia de Cimento do Lobito, S.A. detida a 51% pelo Grupo Secil e os restantes 49% pelo Estado Angolano, a qual começou a operar a partir de 1 de Janeiro de 2006, cessando assim o contrato de cessão de explora  o da unidade fabril Encime do Lobito, celebrado entre o Estado Angolano e a TecnoSecil em vigor desde Setembro de 2000.

O capital social da Secil Lobito de USD 21.274.286 foi realizado através da transferência dos activos tangíveis e intangíveis da Tecnosecil e da Encime U.E.E. respectivamente pelo Grupo Secil e pelo Governo de Angola, pelo valor resultante da avalia  o efectuada em Outubro de 2003 por uma empresa de auditoria internacional independente. Estimou-se que, num horizonte de 36 meses contados desde a data de realiza  o do respectivo capital social, a Secil Lobito iria instalar uma fábrica de cimento no Lobito.

Em 26 de Novembro de 2007, a ANIP – Agência Nacional para o Investimento Privado (em Angola), aprovou o Projecto de Investimento Privado “Nova Fábrica de Cimento e Clinker - Secil Lobito”, no montante de USD 91.539.000.

41. Activos contingentes

Sub-grupo Secil

Plano de Pensões CMP

O Grupo registou nas suas demonstrações financeiras, no exercício findo em 31 de Dezembro de 1995, o montante de Euros 5.598.358 (o qual se encontra totalmente ajustado), a receber do Estado Português, em resultado de um estudo actuarial das responsabilidades com reformas, reportadas à data de 31 de Dezembro de 1993, avaliadas por uma entidade especializada e independente, no seguimento do processo de reprivatização da subsidiária CMP.

Em resultado da referida avaliação, foram detectados erros, tendo sido solicitado, em 1996, pela Administração da subsidiária CMP, ao Estado Português a regularização do montante acima referido.

A Administração da Secil, apresentou, em 16 de Setembro de 1999, um processo judicial contra o Estado Português, reclamando o pagamento daquele montante e respectivos juros, no Tribunal Administrativo de Circulo de Lisboa.

Em 30 de Setembro de 2008, o Tribunal julgou a acção parcialmente procedente, condenando o Estado Português ao pagamento de Euros 3.114.891, acrescida de juros moratórios calculados sobre a quantia anterior, desde a data de aquisição das acções da CMP.

O Estado recorreu da decisão e a Secil interpôs também recurso subordinado, estando nesta data a decorrer a fase de apresentação das alegações de recurso.

Sub-grupo Portucel

Fundo de Regularização da Dívida Pública

Nos termos do Decreto-Lei n.º 36/93 de 13 de Fevereiro, as dívidas fiscais de empresas privatizadas referentes a períodos anteriores à data da privatização (25 de Novembro de 2006) são da responsabilidade do Fundo de Regularização da Dívida Pública.

Em 16 de Abril de 2008, a Portucel apresentou um requerimento ao Fundo de Regularização da Dívida Pública a solicitar o pagamento das dívidas fiscais até então liquidadas pela Administração Fiscal.

Neste contexto, será da responsabilidade do referido Fundo o montante total de Euros 27.697.972, detalhados como segue:

Empresa	Imposto	Exercício	Em aberto*
Portucel	IVA - Alemanha		5.850.000
Portucel	IRC	2001	314.340
Portucel	IRC	2002	625.033
Portucel	IVA	2002	2.697
Portucel	IRC	2003	1.573.165
Portucel	IRC	2003	3.158.530
Portucel	IRC (Ret. Fonte)	2004	3.160
Portucel	IRC	2004	1.167.629
Portucel	IRC	2005	11.773.112
			24.467.666
Soporcel	IRC	2002	270.025
Soporcel	IVA	2003	2.509.101
Soporcel	Imposto do Selo	2004	451.180
			3.230.306
Total em aberto			27.697.972

* Valores em Euros

Retenções na Fonte em Espanha – Euros 516.729

A ENCE – Empresa Nacional de Celulose, S.A., sociedade na qual a Portucel deteve 8% do capital social até 2004, pagou, entre 2001 e 2004, dividendos no montante global de Euros 3.444.862, os quais foram sujeitos a retenção na fonte no montante de Euros 516.729.

O valor retido foi contestado pela Portucel, junto da Administração Tributária Espanhola, com fundamento na violação do direito de livre estabelecimento consagrado no Tratado de Roma (os mesmos dividendos pagos a uma entidade residente em Espanha não seriam sujeitos a qualquer retenção na fonte). A reclamação foi indeferida em 15 de Fevereiro de 2008, pelo que seguiu recurso para o Tribunal em 29 de Abril de 2008.

Adicionalmente, e durante 2007, a Comissão Europeia solicitou formalmente a Espanha a alteração da lei que regula as retenções na fonte efectuadas a não residentes, nomeadamente no que respeita a dividendos pagos, dado que esta viola a lei comunitária por se tratar de uma norma discriminatória face à que regula a tributação dos rendimentos da mesma natureza, quando pagos entre sociedades residentes fiscais em Espanha tendo mesmo interposto acção judicial para o efeito junto do TJCE. Finalmente, em 2007 o TJCE emitiu o Acórdão “Amurta”, que vem sustentar a posição da Empresa.

Imposto do Selo sobre empréstimos – Imposto do Selo sobre capital – Euros 77.000

Em 7 de Abril de 2008 a SPCG e a Portucel Soporcel Cogeração de Energia S.A. apresentaram no Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada Impugnação Judicial sobre a liquidação de imposto do selo, no valor de Euros 50.000 e Euros 27.000, respectivamente cobrado pelo aumento do capital social das referidas empresas, por a mesma ser contrária ao estabelecido na Directiva Comunitária n.º 69/335/CEE do Conselho, de 17 de Julho de 1969, na redacção dada pela Directiva 85/303/CEE do Conselho, de 10 de Junho de 1985.

As referidas empresas encontram-se a aguardar a decisão daquele tribunal.

42. Cotações utilizadas

Os activos e passivos das subsidiárias e associadas estrangeiras foram convertidos para contra-valores em euros, ao câmbio de 30 de Junho de 2009.

As rubricas de resultados do período foram convertidas ao câmbio médio do período. As diferenças resultantes da aplicação destas taxas comparativamente aos valores anteriores foram reflectidas na rubrica “Reservas de conversão cambial” no capital próprio.

As cotações utilizadas no primeiro semestre de 2009 e 2008, face ao Euro, foram as seguintes:

	30-06-2009	30-06-2008	2008	Valorização/ (desvalorização)
TND (dinar tunisino)				
Câmbio médio do período	1,8545	1,8099	1,8012	(2,96%)
Câmbio de fim do período	1,8852	1,8312	1,8216	(3,49%)
LBN (libra libanesa)				
Câmbio médio do período	2.009,20	2.307,08	2.217,10	9,38%
Câmbio de fim do período	2.130,70	2.376,42	2.098,00	(1,56%)
USD (dólar americano)				
Câmbio médio do período	1,3328	1,5304	1,4708	9,38%
Câmbio de fim do período	1,4134	1,5764	1,3917	(1,56%)
GBP (libra esterlina)				
Câmbio médio do período	0,8939	0,7752	0,7963	(12,26%)
Câmbio de fim do período	0,8521	0,7923	0,9525	10,54%

43. Empresas incluídas na consolidação

Denominação Social	Sede	% directa e indirecta do capital detido pela Semapa		
		Directa	Indirecta	Total
Empresa-mãe:				
Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.	Lisboa	-	-	-
Subsidiárias:				
Seminv, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00	-	100,00
Cimentospar - Participações Sociais, SGPS, Lda.	Lisboa	-	100,00	100,00
Seinpart, SGPS, S.A.	Lisboa	49,00	51,00	100,00
Verdeoculto, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00	-	100,00
Seinpar Investments, B.V.	Amesterdão	100,00	-	100,00
Interholding Investments B.V. (ex Semapa Investments B.V.)	Amesterdão	100,00	-	100,00
Semapa Inversiones S.L.	Madrid	100,00	-	100,00
Great Earth, SA	Lisboa	100,00	-	100,00

Empresas subsidiárias do sub Grupo Portucel – Incluídas no consolidado pelo método integral

Denominação Social	Sede	% directa e indirecta do capital detido na Portucel			% do capital efectivamente detido pela Semapa
		Directa	Indirecta	Total	
Portucel – Empresa Produtora de Pasta e Papel, SA	Setúbal	12,87	64,07	76,95	76,95
Subsidiárias:					
Soporcel - Sociedade Portuguesa de Papel, SA	Figueira da Foz	100,00	-	100,00	76,95
Tecnipapel – Sociedade de Transformação e Distribuição de Papel, Lda	Setúbal	56,00	44,00	100,00	76,95
Soporcel España, SA	Espanha	-	100,00	100,00	76,95
Soporcel International, BV	Holanda	-	100,00	100,00	76,95
Soporcel France, EURL	França	-	100,00	100,00	76,95
Soporcel United Kingdom, Ltd	Reino Unido	-	100,00	100,00	76,95
Soporcel Italia, SRL	Itália	-	100,00	100,00	76,95
Soporcel 2000 - Serviços Comerciais de Papel, Soc. Unipessoal, Lda	Figueira da Foz	-	100,00	100,00	76,95
Soporcel North America Inc.	EUA	-	100,00	100,00	76,95
Soporcel Deutschland, GmbH	Alemanha	-	100,00	100,00	76,95
Soporcel Handels, GmbH	Austria	-	100,00	100,00	76,95
Portucel Florestal – Empresa de Desenvolvimento Agro-Florestal, SA	Setúbal	-	100,00	100,00	76,95
Aliança Florestal – Sociedade para o Desenvolvimento Agro-Florestal, SA	Setúbal	-	100,00	100,00	76,95
Arboser – Serviços Agro-Industriais, SA	Setúbal	-	100,00	100,00	76,95
Enerforest - Empresa de Biomassa para Energia, SA	Setúbal	-	100,00	100,00	76,95
Sociedade de Vinhos da Herdade de Espirra - Produção e Comercialização de Vinhos, SA	Setúbal	-	100,00	100,00	76,95
Viveiros Aliança - Empresa Produtora de Plantas, SA	Palmela	-	100,00	100,00	76,95
Aflomec - Empresa de Exploração Florestal, SA	Setúbal	-	100,00	100,00	76,95
Cofotrans - Empresa de Exploração Florestal, SA	Figueira da Foz	-	100,00	100,00	76,95
SPCG – Sociedade Portuguesa de Co-geração Eléctrica, SA	Setúbal	100,00	-	100,00	76,95
Enerpulp – Cogeração Energética de Pasta, SA	Setúbal	-	100,00	100,00	76,95
Empremédia - Corretores de Seguros, Lda	Lisboa	-	100,00	100,00	76,95
Socortel - Sociedade de Corte de Papel, SA	Figueira da Foz	-	100,00	100,00	76,95
PortucelSoporcel Papel - Sales e Marketing, ACE	Figueira da Foz	50,00	50,00	100,00	76,95
Cutpaper - Transformação, Corte e Embalagem de Papel, ACE	Figueira da Foz	-	50,00	50,00	38,47
Raiz - Instituto de Investigação da Floresta e Papel	Eixo	43,00	51,00	94,00	72,33
PortucelSoporcel Floresta, SGPS, SA	Figueira da Foz	50,00	50,00	100,00	76,95
About the Future - Empresa Produtora de Papel, SA	Setúbal	0,01	99,99	100,00	76,95
Headbox - Operação e Contolo Industrial, SA	Setúbal	-	100,00	100,00	76,95
EMA21 - Engenharia e Manutenção Industrial Século XXI, SA	Setúbal	-	100,00	100,00	76,95
Ema Cacia - Engenharia e Manutenção Industrial, ACE	Cacia	-	91,15	91,15	70,14
Ema Setúbal - Engenharia e Manutenção Industrial, ACE	Setúbal	-	92,56	92,56	71,22
Ema Figueira da Foz- Engenharia e Manutenção Industrial, ACE	Figueira da Foz	-	91,47	91,47	70,38
ImpactValue - SGPS, SA	Setúbal	100,00	-	100,00	76,95
PortucelSoporcel Papel, SGPS SA	Setúbal	100,00	-	100,00	76,95
PortucelSoporcel Energia, SGPS SA	Setúbal	100,00	-	100,00	76,95
PortucelSoporcel Participações, SGPS SA	Setúbal	100,00	-	100,00	76,95
PortucelSoporcel Cogeração de Energia, SA	Setúbal	-	100,00	100,00	76,95
Atlantic Forests, SA	Setúbal	-	100,00	100,00	76,95
Portucel International GmbH	Alemanha	100,00	-	100,00	76,95
Afocelca - Agrupamento complementar de empresas para protecção contra incenc	Portugal	-	64,80	64,80	49,86
Bosques do Atlantico, SL	Espanha	-	100,00	100,00	76,95
PortucelSoporcel Sales & Marketing NV	Bélgica	25,00	75,00	100,00	76,95
Portucel Papel Setúbal, S.A. *	Setúbal	-	100,00	100,00	76,95
PortucelSoporcel Pulp SGPS, S.A. *	Setúbal	100,00	-	100,00	76,95
EPFF - Empresa de Pasta de Figueira da Foz, S.A. *	Figueira da Foz	-	100,00	100,00	76,95
CELSET - Celulose de Setúbal, S.A. *	Setúbal	-	100,00	100,00	76,95
CELCACIA - Celulose de Cacia, S.A. *	Cacia	-	100,00	100,00	76,95

* Constituídas em Março de 2009

Empresas subsidiárias do sub Grupo ETSA – Incluídas no consolidado pelo método integral

Denominação Social	Sede	% directa e indirecta do capital detido na ETSA			% do capital efectivamente detido pela Semapa
		Directa	Indirecta	Total	
Empresa-mãe:					
ETSA - Empresa Transformadora de Subprodutos Animais, SA	Stº Antão do Tojal	-	100,00	100,00	100,00
Subsidiárias:					
ABAPOR – Comércio e Industria de Carnes, S.A	Stº Antão do Tojal	100,00	-	100,00	100,00
SEBOL – Comércio e Industria de Sebo, S.A.	Stº Antão do Tojal	100,00	-	100,00	100,00
ITS – Indústria Transformadora de Subprodutos Animais, S.A.	Coruche	100,00	-	100,00	100,00
BIOLOGICAL - Gestão de Resíduos Industriais, L.da,	Stº Antão do Tojal	100,00	-	100,00	100,00
AISIB – Aprovechamiento Integral de Subprodutos Ibéricos, S.A.	Mérida	100,00	-	100,00	100,00

Empresas subsidiárias do sub Grupo Secil – Incluídas no consolidado pelo método proporcional

Denominação Social	Sede	% directa e indirecta do capital detido na Secil			% do capital efectivamente detido pela Semapa
		Directa	Indirecta	Total	
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Setúbal	6,42	44,58	51,00	51,00
Subsidiárias:					
Parcim Investments, B.V.	Amesterdão	100,00	-	100,00	51,00
Secilpar, SL.	Madrid	-	100,00	100,00	51,00
Somera Trading Inc.	Panamá	-	100,00	100,00	51,00
Hewbol, SGPS, Lda.	Funchal	-	100,00	100,00	51,00
Secil Cabo Verde Comércio e Serviços, Lda.	Praia	-	100,00	100,00	51,00
ICV - Inertes de Cabo Verde, Lda.	Praia	37,50	25,00	62,50	31,88
Florimar- Gestão e Participações, SGPS, Lda.	Funchal	100,00	-	100,00	51,00
Seciment Investments, B.V.	Amesterdão	100,00	-	100,00	-
Serife - Sociedade de Estudos e Realizações Industriais e de Fornecimento de Silonor, S.A.	Lisboa	100,00	-	100,00	51,00
Société des Ciments de Gabés	Dunkerque - França	100,00	-	100,00	51,00
Sud- Béton- Société de Fabrication de Béton du Sud	Tunis	98,72	-	98,72	50,35
Zarzis Béton	Tunis	-	98,72	98,72	50,35
Secil Angola, SARL	Tunis	-	78,97	78,97	40,28
Secil - Companhia de Cimento do Lobito, S.A.	Luanda	100,00	-	100,00	51,00
Secil, Betões e Inertes, S.G.P.S., S.A. e Subsidiárias	Lobito	-	51,00	51,00	26,01
Britobetão - Central de Betão, Lda.	Setúbal	91,85	8,15	100,00	51,00
Unibetão - Indústrias de Betão Preparado, S.A.	Évora	-	73,00	73,00	37,23
Secil Britas, S.A.	Lisboa	-	100,00	100,00	51,00
Sicobetão - Fabricação de Betão, S.A.	Penafiel	-	100,00	100,00	51,00
Colegra - Exploração de Pedreiras, S.A.	Pombal	-	100,00	100,00	51,00
Quimpedra - Secil Britas, Calcários e Derivados, Lda	V. N. Famalicão	-	100,00	100,00	51,00
Minerbetão - Fabricação de Betão Pronto, Lda.	Lisboa	-	100,00	100,00	51,00
Secil Martingança - Aglomerantes e Novos Materiais para a Construção, Lda.	Leiria	-	100,00	100,00	51,00
IRP - Industria de Rebocos de Portugal, S.A.	Leiria	51,19	45,81	97,00	49,47
Condind - Conservação e Desenvolvimento Industrial, Lda.	Lisboa	-	97,00	97,00	49,47
Ciminpart - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	Setúbal	50,00	50,00	100,00	51,00
Argibetão - Sociedade de Novos Produtos de Argila e Betão, S.A.	Lisboa	-	100,00	100,00	51,00
Ave- Gestão Ambiental e Valorização Energética, S.A.	Lisboa	-	90,87	90,87	46,34
Cimentos Costa Verde - Comércio de Cimentos, Lda.	Lisboa	-	70,00	70,00	35,70
Ecoresíduos - Centro de Tratamento e Valorização de Resíduos, Lda.	Lisboa	-	100,00	100,00	51,00
Prescor Produção de Escórias Moídas, Lda.	Lisboa	50,00	50,00	100,00	51,00
CMP - Cimentos Maceira e Pataias, S.A. ("CMP")	Lisboa	-	100,00	100,00	51,00
Ciments de Sibline, S.A.L.	Leiria	100,00	-	100,00	51,00
Soime, S.A.L.	Beirute	28,64	22,03	50,67	25,84
Premix Liban, S.A.L.	Beirute	-	50,67	50,67	25,84
Cimentos Madeira, Lda.	Beirute	-	50,67	50,67	25,84
Beto Madeira - Betões e Britas da Madeira, S.A.	Funchal	57,14	-	57,14	29,14
Promadeira - Sociedade Técnica de Construção da Ilha da Madeira, Lda.	Funchal	-	57,14	57,14	29,14
Sanimar Madeira, Sociedade de Materiais de Construção, Lda.	Funchal	-	57,14	57,14	29,14
Brimade - Sociedade de Britas da Madeira, S.A.	Funchal	-	57,14	57,14	29,14
Madebritas - Sociedade de Britas da Madeira, Lda.	Funchal	-	29,14	29,14	14,86
Pedra Regional - Transformação e Comercialização de Rochas Ornamentais, Lc	Funchal	-	29,14	29,14	14,86
Secil Unicon - S.G.P.S., Lda.	Funchal	-	29,14	29,14	14,86
Secil Prébetão, S.A.	Lisboa	50,00	-	50,00	25,50
Teporset - Terminal Portuário de Setúbal, S.A.	Montijo	-	39,80	39,80	20,30
	Oeiras	-	50,00	50,00	25,50

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:

Pedro Mendonça de Queiroz Pereira

Vogais:

Maria Maude Mendonça de Queiroz Pereira Lagos

José Alfredo de Almeida Honório

Francisco José Melo e Castro Guedes

Carlos Maria Cunha Horta e Costa

José Miguel Pereira Gens Paredes

Paulo Miguel Garcês Ventura

Rita Maria Lagos do Amaral Cabral

António da Nóbrega de Sousa da Câmara

António Paiva de Andrada Reis

Joaquim Martins Ferreira do Amaral

Relatório de Revisão Limitada Elaborado por Auditor Registado na CMVM sobre a Informação Semestral Consolidada

Introdução

1 Nos termos do Código dos Valores Mobiliários (CVM), apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2009, da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A., incluída: no Relatório de Gestão, na Demonstração da Posição Financeira Consolidada (que evidencia um total de €3.318.717.698, e um total de capital próprio de €1.105.802.945, o qual inclui interesses minoritários de €290.954.706 e um resultado líquido de €25.819.318), na Demonstração dos Resultados Consolidada, na Demonstração Consolidada de Rendimentos e Gastos Integral, na Demonstração de Alterações dos Capital Próprio Consolidados e na Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidados do período findo naquela data, e no correspondente Anexo.

2 As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

Responsabilidades

3 É da responsabilidade do Conselho de Administração: (a) a preparação de informação financeira consolidada que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação e o resultado consolidado das suas operações; (b) que a informação financeira histórica seja preparada em conformidade com a Norma Internacional de Contabilidade 34, “Relato Financeiro Intercalar”, tal como adoptada na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo CVM; (c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

4 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita conforme exigido pelo CVM, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

NS

Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.

Âmbito

5 O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida não contém distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu, principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicação, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; e (v) se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

6 O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.

7 Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre a informação semestral.

Parecer

8 Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2009 contém distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com a Norma Internacional de Contabilidade 34, "Relato Financeiro Intercalar", tal como adoptada na União Europeia e que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 25 de Agosto de 2009

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C., Lda.
Inscrita na Comissão de Valores Mobiliários sob o nº 9077
representada por:



Abdul Nasser Abdul Sattar, R.O.C.